

igfss



RELATÓRIO E CONTAS 2012



SEGURANÇA SOCIAL



FICHA TÉCNICA

Título

RELATÓRIO E CONTAS 2012

Autor/Editor

INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.
Av. Manuel da Maia, n.º 58
1049-002 Lisboa
Tel: 21 843 33 00
Fax: 21 843 37 20
Email: igfss@seg-social.pt

Conceção Técnica

DIREÇÃO DE CONTABILIDADE/NCEC

Data de Edição

29 maio de 2013

ÍNDICE

1.	Apresentação	8
2.	Órgãos Estatutários.....	9
3.	Estrutura e Recursos Humanos	11
4.	Atribuições e Competências.....	20
5.	Introdução	24
6.	Condicionantes da Atividade	27
7.	Factos mais relevantes do exercício de 2012	29
7.1	Contribuintes.....	29
7.2	Alienação do Património Imobiliário do IGFSS.IP.....	37
7.3	Transferências para o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social	37
7.4	Acompanhamento dos protocolos	38
8.	Análise ao balanço	49
8.1	Ativo.....	49
8.2	Fundos Próprios e Passivo.....	65
9.	Análise à Demonstração de Resultados.....	75
10.	Evolução das Despesas por classificação económica no triénio 2012/2010	82
11.	Evolução das Receitas por classificação económica no triénio 2012/2010	102

Anexos:

I	Balço	VIII	Mapa de Orçamento – Despesa
II	Demonstração de Resultados	IX	Mapa de Orçamento – Receita
III	Controlo Orçamental – Despesa	X	Demonstração das Variações dos Fundos Circulantes
IV	Controlo Orçamental – Receita	XI	Anexo às Demonstrações Financeiras do POCISSSS
V	Mapa dos Fluxos de Caixa	XII	Balancete – antes do apuramento
VI	Mapa dos Desc. e Retenções no Exercício	XIII	Balancete – após apuramento
VII	Mapa de Entrega de Descontos e Retenções	XIV	Ata de Aprovação das Contas

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura orgânica do IGFSS.IP	11
Figura 2 – Organigrama nominal do IGFSS.IP	12
Figura 3 – Recuperação de dívidas em processo executivo	28

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – N.º trabalhadores por sexo, segundo modalidade de grupo/Cargo/carreira	14
Gráfico 2 – N.º trabalhadores por escalão etário e género	15
Gráfico 3 – N.º trabalhadores por nível de escolaridade e género	16
Gráfico 4 – Encargos com o Pessoal	17
Gráfico 5 – Ações de formação profissional realizadas durante o ano, por tipo e duração	19
Gráfico 6 – Recuperação anual de dívida à Segurança Social	29
Gráfico 7 – Cobrança voluntária “versus” cobrança coerciva de 2006 a 2012	30
Gráfico 8 – Taxa de cobrança da carteira líquida de dívida ativa de 2011 a 2012	32
Gráfico 9 – Carteira líquida de dívida ativa de 2010 a 2012	32
Gráfico 12 – Receita de Contribuições no biénio 2012/2011	102
Gráfico 13 – Evolução da Receita de Contribuições no período de 2001 a 2012	103

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – N.º de trabalhadores por sexo, segundo a modalidade de grupo/cargo/carreira	13
Quadro 2 – Distribuição do número de efetivos segundo o escalão etário...	15
Quadro 3 – Distribuição dos trabalhadores de acordo com a escolaridade e género	16
Quadro 4 – Encargos com o pessoal no ano de 2012	17
Quadro 5 – N.º de ações de formação ocorridas em 2012	18
Quadro 6 – Distribuição da receita por natureza de devedor.....	30
Quadro 7 – Recuperação extraordinária.....	31
Quadro 8 – Receita de Contribuições (Mapa 7.2)	33
Quadro 9 – Receita cobrada nas SPET por Tributos	34
Quadro 10 – Declaração de Remunerações	34
Quadro 11 – Recebimento de Contribuições	35
Quadro 12 – Dações no Triénio 2012/2010.....	36
Quadro 13 – Provisões de Contribuições.....	37
Quadro 14 – Valor recebido referente à alienação de Património.....	37
Quadro 15 – Valores transferidos para o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social	38
Quadro 16 – Evolução do nº de registos_ alteração de critérios – 2006 a 2012	39
Quadro 17 – Receita arrecada pelos prestadores de serviços financeiros com os quais o IGFSS.IP tem celebrados contratos.....	41
Quadro 18 – Pagamento de prestações sociais e benefícios diferidos ao abrigo de novos contratos	42

Quadro 19 – Cobrança de Contribuições na aplicação GT	43
Gráfico 20 – Fundo de Garantia de Alimento a Menores	44
Gráfico 21 – Valor cobrado e registado de DUC's na aplicação GT	45
Quadro 22 – Abastecimentos Financeiros.....	47
Quadro 23 – Devolução de Disponibilidades e Benefícios em Prescrição	47
Quadro 24 – Pagamento de prestações sociais – Tesouraria Única	47
Quadro 25 – Pagamento de Tesouraria Única - CNP	48
Quadro 26 – Balanço - Ativo	49
Quadro 27 – Balanço – Imobilizado	51
Quadro 28 – Balanço - Amortizações do Exercício	53
Quadro 29 – Balanço - Ações e Títulos da Dívida Pública.....	55
Quadro 30 – Balanço - Dívidas de Terceiros.....	55
Quadro 31 – Balanço MLP – Conta 218 – MLP	57
Quadro 32 – Balanço - Outros Devedores MLP	58
Quadro 33 – Balanço - Dívidas de Terceiros a Curto Prazo.....	61
Quadro 34 – Balanço – Desagregação das dívidas de cobrança duvidosa ..	62
Quadro 35 – Balanço – Desagregação dos Acréscimos e Diferimentos	63
Quadro 36 – Balanço - Acréscimos de Proveitos e Custos Diferidos	64
Quadro 37 – Balanço - Fundos Próprios e Passivo	65
Quadro 38 – Balanço - Reservas	67
Quadro 39 – Balanço - Fundos Especiais	68
Quadro 40 – Balanço - Resultados Transitados.....	68
Quadro 41 – Balanço - Passivo	70
Quadro 42 – Balanço - Dívidas a pagar ao Estado e a Outros Entes Públicos	71
Quadro 43 – Balanço - Acréscimo de Custos e Proveitos Diferidos	73

Quadro 44 – Demonstração de Resultados.....	75
Quadro 45 – Demonstração de Resultados - Síntese dos Resultados do Ano 2012	76
Quadro 46 – Demonstração de Resultados - Resultados Operacionais	78
Quadro 47 – Demonstração de Resultados - Resultados Extraordinários.....	80
Quadro 48 – Demonstração de Resultados – Transferências de Capital Concedidas.....	81
Quadro 49 – Evolução da Despesa por classificação económica no triénio 2011/2009.....	83
Quadro 50 – Comparação dos Encargos de Administração – Despesas com Pessoal – no biénio 2012/2011	85
Quadro 51 – Comparação dos Encargos de Administração – Fornecimentos e Serviços Externos – no biénio 2012/2011	86
Quadro 52 – Comparação dos Encargos de Administração – Juros e outros encargos – no biénio 2012/2011	89
Quadro 53 – Comparação dos Encargos de Sociedades e Quase Sociedades Não Financeiras no biénio 2012/2011	90
Quadro 54 – Transferências correntes para o INATEL.....	91
Quadro 55 – Transferências correntes para a Administração Central	91
Quadro 56 – Transferências correntes no âmbito da Administração	93
Quadro 57 – Comparação dos Encargos – Subsistema de Ação Social – no biénio 2012/2011	95
Quadro 58 – Comparação dos Encargos de Administração – Transferências de Capital – no biénio 2012/2011	100
Quadro 59 – Taxas, Multas e Penalidades no biénio 2012/2011	104
Quadro 60 – Receita de Coimas da ACT	105
Quadro 61 – Receita de Rendimentos da Propriedade no biénio 2012/2011	106

Quadro 62 – Receita de Transferências Correntes no biénio 2012/2011 ..	109
Quadro 63 – Receita de Transferências do MSSS e do MFAP	110
Quadro 64 – Receita de Transferências do MSSS e do MFAP no biénio 2012/2011	112
Quadro 65 – Reembolso das pensões pagas a desalojados das ex-colónias	114
Quadro 66 – Transferências da Caixa Geral de Aposentações – Rádio Marconi	116
Quadro 67 – Receita das Transferências Outras ISS's e RA's no biénio 2012/2011	117
Quadro 68 – Transferências de excedentes das Regiões Autónomas	117
Quadro 69 – Receita da SCML no biénio 2012/2011	118
Quadro 70 – Receita da SCML no biénio 2012/2011 – distribuição por alíneas	120
Quadro 71 – Receita das Transferências UE/FSE no biénio 2012/2011	121
Quadro 72 – Distribuição da receita obtida em reposições não abatidas aos pagamentos	126
Quadro 73 – Devolução de Saldo de Gerência	127
Quadro 74 – Receitas Correntes / Capital por classificação económica no triénio 2012/2010.....	129

1. APRESENTAÇÃO

O Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS.IP), criado em 1977 pelo Decreto Regulamentar n.º 24 de 1 de abril, sob a tutela do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, é um Instituto Público com autonomia administrativa e financeira, personalidade jurídica e património próprio, com a missão da gestão financeira unificada dos recursos económicos consignados no Orçamento da Segurança Social, exercendo as suas atribuições nas áreas do planeamento, orçamento e conta, gestão do património imobiliário, gestão financeira e da gestão da dívida para todo o sistema de Segurança Social.

No ano de 2012 o Instituto alterou a sua orgânica, pelo Decreto-Lei n.º 84/2012 de 30 de março e os estatutos pela Portaria n.º 417/2012 de 19 de dezembro.

O IGFSS.IP é dotado com instrumentos e meios que lhe possibilitam uma gestão com autonomia, flexibilidade e capacidade de resposta às exigências decorrentes de um moderno sistema unificado de Segurança Social.

Organizado numa estrutura central, o IGFSS.IP dispõe de serviços distritais para a área da dívida, as Secções de Processo Executivo e Tributário.

2. ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

CONSELHO DIRETIVO

Presidente

Rui Filipe de Moura Gomes, licenciado em Economia, nomeado pelo Despacho do Ministro da Solidariedade e da Segurança Social n.º 13481/2012, de 9 de outubro, publicado no Diário da República n.º 200 – 2ª Série, de 16 de outubro.

Vice-Presidente

Nuno Miguel Simões Venes, licenciado em Economia, nomeado pelo Despacho do Ministro da Solidariedade e da Segurança Social n.º 13481/2012, de 9 de outubro, publicado no Diário da República n.º 200 – 2ª Série, de 16 de outubro.

Vogais

Rui Manuel de Freitas Corrêa de Mello, licenciado em Direito, nomeado pelo Despacho do Ministro da Solidariedade e da Segurança Social n.º 13481/2012, de 9 de outubro, publicado no Diário da República n.º 200 – 2ª Série, de 16 de outubro.

Beatriz Justina Sepúlveda da Fonseca Imperatori, licenciada em Economia, nomeada pelo Despacho do Ministro da Solidariedade e da Segurança Social n.º 13481/2012, de 9 de outubro, publicado no Diário da República n.º 200 – 2ª Série, de 16 de outubro.

CONSELHO GERAL

Designado pelo Despacho n.º 6721/2004 (2.º série), de 17 de março, publicado no Diário da República – II Série, n.º 79, de 2 de abril de 2004.

FISCAL ÚNICO

O Estatuto Orgânico atual do IGFSS (DL 84/2012, de 30 de março), bem como o anterior (DL 215/2007, de 29 de maio), estabelece o Fiscal Único, como órgão do instituto, remetendo para as suas competências e nomeação de acordo com o previsto na Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, órgão cuja nomeação se aguarda conforme proposto à tutela.

3. ESTRUTURA E RECURSOS HUMANOS

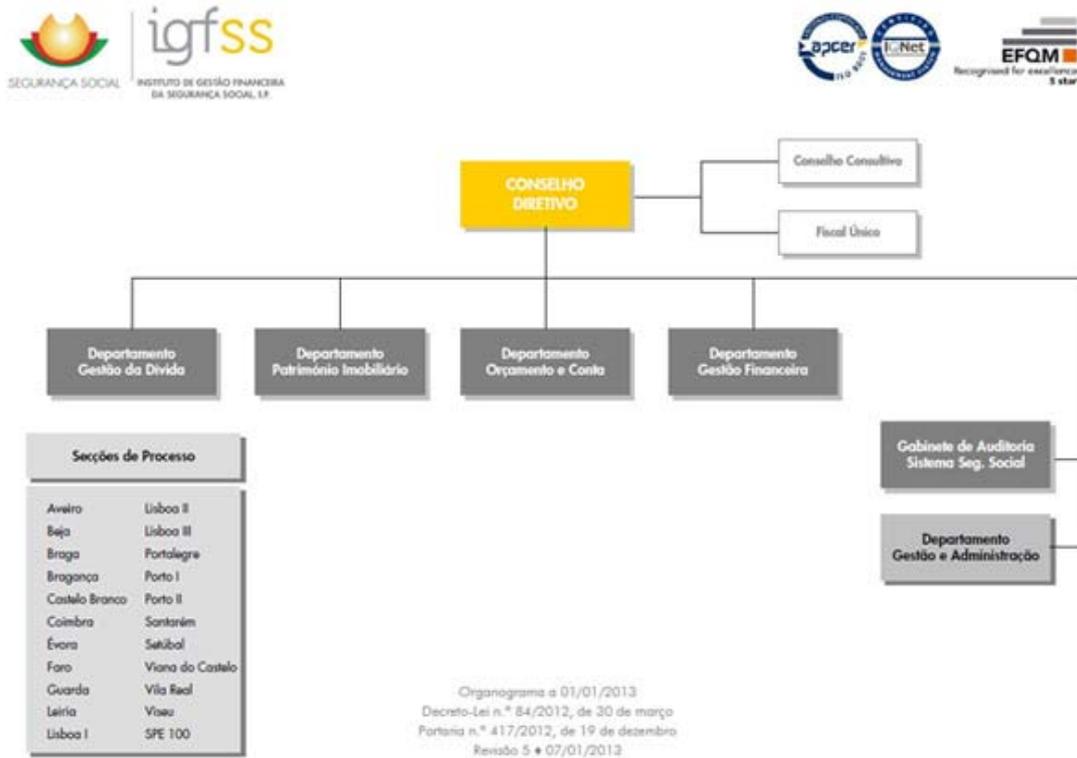


Figura 1 – Estrutura orgânica do IGFSS.IP

Eram os seguintes os órgãos de direção das unidades orgânicas, e respetivas estruturas intermédias (até ao nível da Direção de Serviços), à data de 31.12.2012:

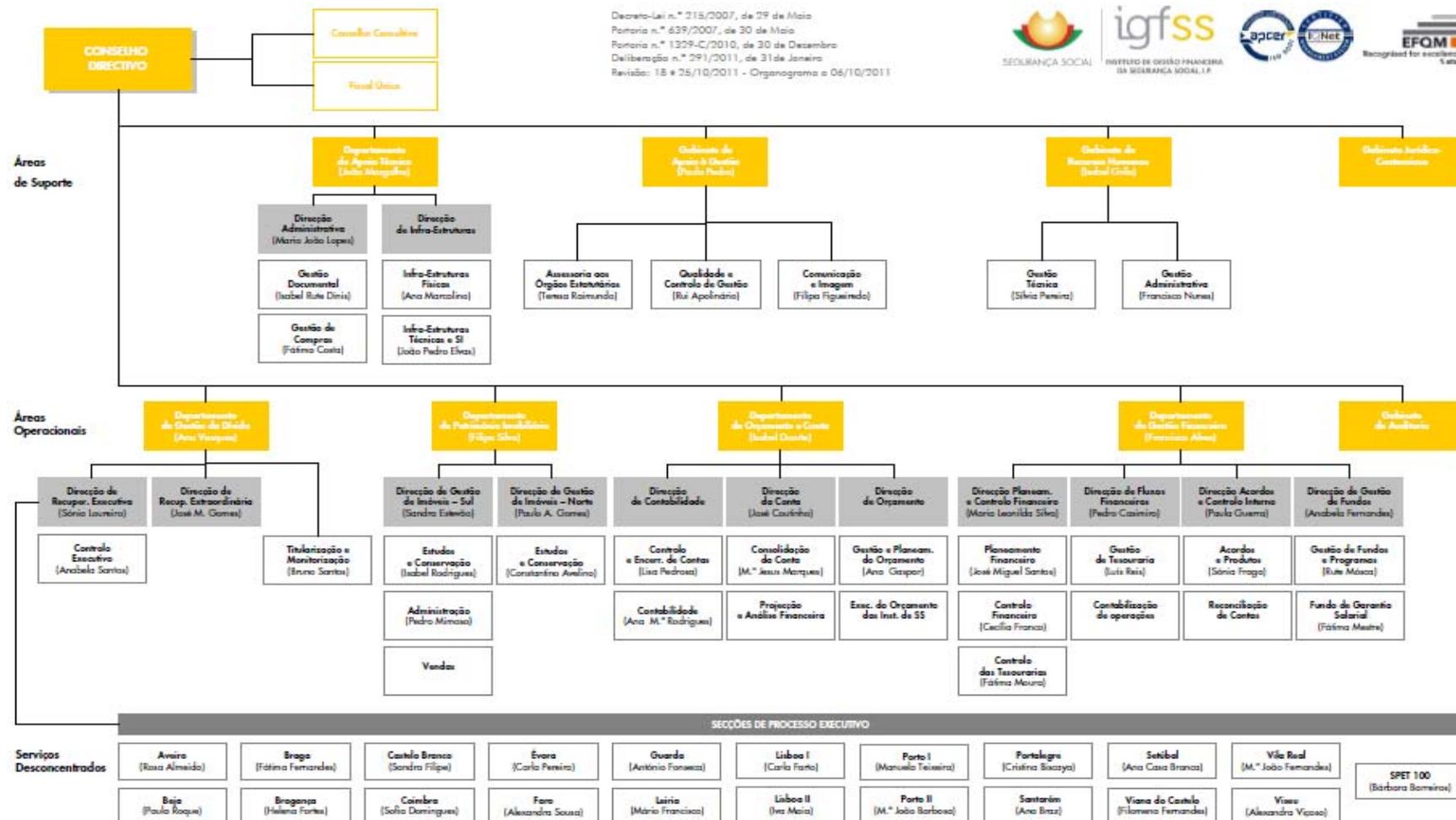


Figura 2 – Organograma nominal do IGFSS.IP

No IGFSS.IP a 31.12.2012 foram contabilizados **377 trabalhadores**, dos quais **109 do sexo masculino e 268 do sexo feminino**. De acordo com os dados apurados na tabela anexa, constata-se que a taxa de emprego feminina foi de **71 %** e a masculina de **29 %**. Relativamente à taxa de emprego de chefias diretas é de **17 %** e do grupo de pessoal – técnico superior **52 %**.

Instituição: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

Ano: 2012

Efetivos por grupos de pessoal segundo a relação jurídica

Grupo / cargo / carreira / Modalidades de vinculação	Cargo Político / Mandato		Nomeação definitiva		Nomeação Transitória por tempo determinado		Nomeação Transitória por tempo determinável		CT em Funções Públicas por tempo indeterminado		CT em Funções Públicas a termo resolutivo certo		CT em Funções Públicas a termo resolutivo incerto		Comissão de Serviço no âmbito da LYCR		CT no âmbito do Código do Trabalho por tempo indeterminado		CT no âmbito do Código do Trabalho a termo (certo ou incerto)		Comissão de Serviço no âmbito do Código do Trabalho		TOTAL		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Dirigente Superior a)															3	1							3	1	4	
Dirigente Intermédio a)															16	44							16	44	60	
Técnico Superior								56	137														56	137	193	
Assistente Técnico								25	82														25	82	107	
Assistente Operacional								9	4														9	4	13	
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	90	223	0	0	0	0	19	45	0	0	0	0	0	0	109	268	377

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro)

Quadro 1 – N.º de trabalhadores por sexo, segundo a modalidade de grupo/cargo/carreira

Comparativamente com o total de efetivos de 2011, constatamos que o quadro do IGFSS.IP sofreu um decréscimo de **16 colaboradores**, sendo o valor de referência de 2011 – **393 colaboradores**.

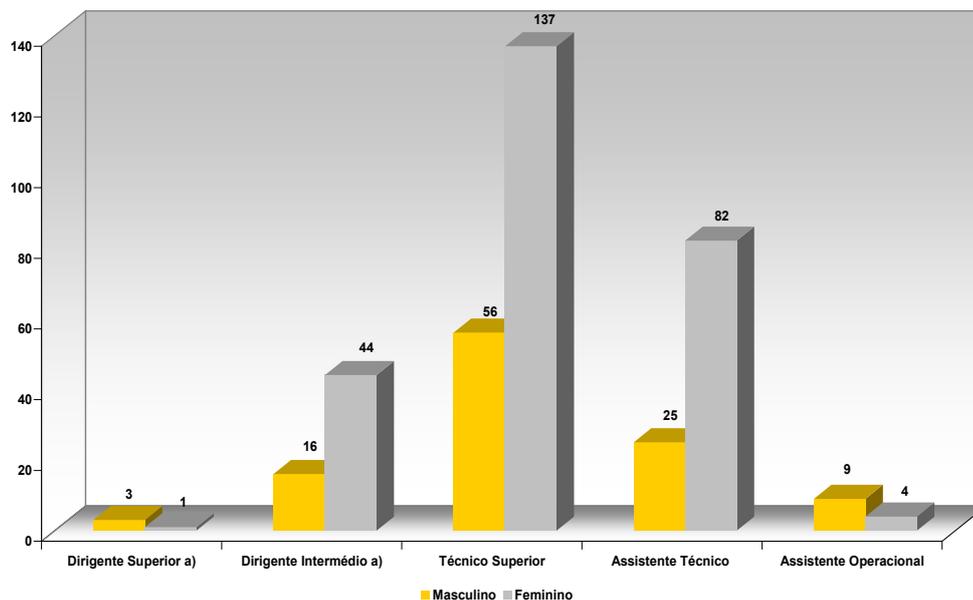


Gráfico 1 – N.º trabalhadores por sexo, segundo modalidade de grupo/Cargo/carreira

ESCALÃO ETÁRIO E GÉNERO

Da contagem dos trabalhadores por escalão etário identificou-se que a idade média dos trabalhadores femininos é de 45 anos enquanto no efetivo masculino este valor situa-se nos 47 anos.

Para o total de efetivos, em 31.12.2012 a idade média situa-se nos 46 anos.

Grupo / cargo / carreira / Escalação etário e género	Menos de 20 anos		20-24		25-29		30-34		35-39		40-44		45-49		50-54		55-59		60-64		65-69		70 e mais		TOTAL		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Dirigente Superior a)									1			1	1			1										3	1	4
Dirigente Intermédio a)							1	5	20	3	17	1	2	2	2	3	1	2	1	0						16	44	60
Técnico Superior				1	1	3	10	20	58	13	35	9	14	5	7	4	10	1	2							56	137	193
Assistente Técnico						1	2		5	2	7	3	9	4	18	7	20	7	21	1						25	82	107
Assistente Operacional														4	1	3	3	2								9	4	13
Total	0	0	0	0	1	1	4	13	26	83	18	60	14	25	15	28	18	34	12	24	1	0	0	0	109	268	377	

Quadro 2 – Distribuição do número de efetivos segundo o escalão etário

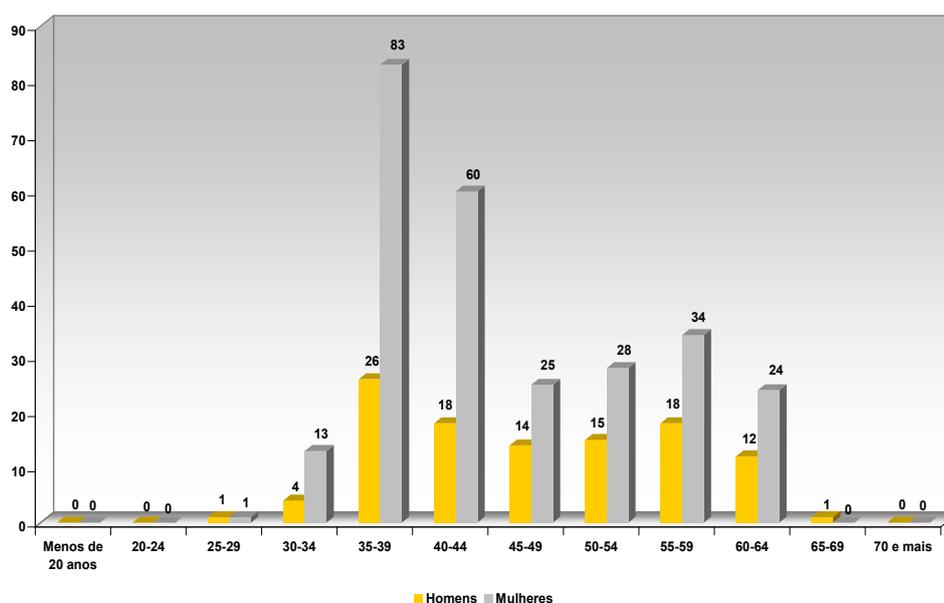


Gráfico 2 – N.º trabalhadores por escalão etário e género

NÍVEL DE ESCOLARIDADE E GÉNERO

Dos 377 trabalhadores, **258 têm habilitações de nível superior**, representando uma taxa de formação superior de **68,5%**.

Com habilitações literárias de nível secundário (11.º e 12.º ano de escolaridade), encontra-se **72 trabalhadores**, o que representa uma taxa de **19,1%**.

Com habilitações de nível básico (até ao 9.º ano de escolaridade), há **47 trabalhadores**, o que representa **12,4%** do efetivo total do Instituto.

Grupo/cargo/carreira / Habilitação Literária	Menos de 4 anos de escolaridade		4 anos de escolaridade		6 anos de escolaridade		9.º ano ou equivalente		11.º ano		12.º ano ou equivalente		Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior a)															2	1			1		3	1	4
Dirigente Intermédio a)													1		14	42	1	2			16	44	60
Técnico Superior									1				5	4	46	126	5	6			56	137	193
Assistente Técnico			1	1	1	2	12	20	1	12	10	45		1		1					25	82	107
Assistente Operacional			2	1			5	2			2	1									9	4	13
Total	0	0	3	2	1	2	17	22	1	13	12	46	6	5	62	170	6	8	1	0	109	268	377

Quadro 3 – Distribuição dos trabalhadores de acordo com a escolaridade e género

Na estrutura habilitacional, é de registar uma diminuição dos níveis de escolaridade; no entanto, ao nível das habilitações superiores, verificou-se um aumento do número de trabalhadores com mestrado e doutoramento.

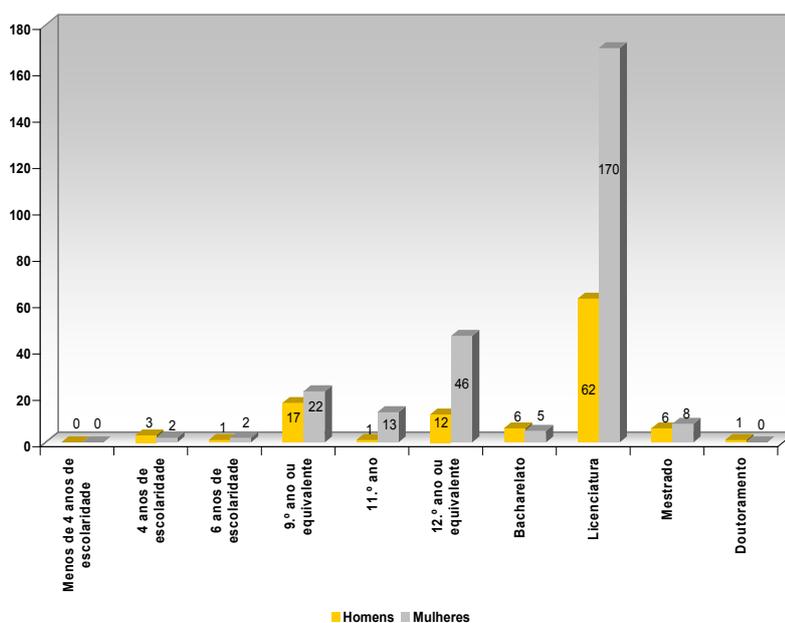


Gráfico 3 – N.º trabalhadores por nível de escolaridade e género

ENCARGOS COM PESSOAL

Os custos com pessoal atingiram, em 2012, o valor de 9.879.335,07€ (um decréscimo de 2.111.121,36€ face a 2011), sendo a rubrica “remuneração base” aquela que maior impacto tem no total de encargos com 8.476.472,52€, seguido da rubrica “Suplementos remuneratórios”, com 795.447,73€.

Encargos com pessoal	Valor (Euros)
Remuneração base (*)	8.476.472,52 €
Suplementos remuneratórios	795.447,73 €
Prémios de desempenho	0,00 €
Prestações sociais	452.145,81 €
Benefícios sociais	0,00 €
Outros encargos com pessoal	155.269,01 €
Total	9.879.335,07 €

(*) - Incluindo o subsídio de férias e o subsídio de Natal

Quadro 4 – Encargos com o pessoal no ano de 2012

O gráfico abaixo ilustra os custos com pessoal de acordo com o tipo de encargo suportado.

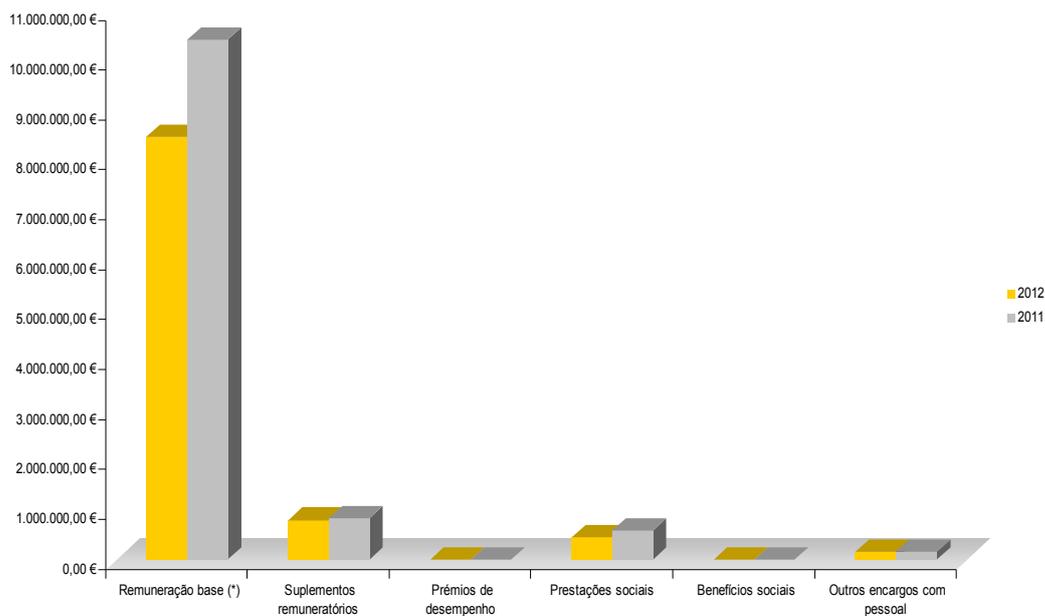


Gráfico 4 – Encargos com o Pessoal

CONTAGEM DAS AÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

No que respeita às ações de formação desenvolvidas no ano de 2012, refere-se que decorreram 47 ações de formação interna e 399 ações de formação externa.

O quadro abaixo, representa o número de ações realizadas por carga horária.

Tipo de ação/duração	Menos de 30 horas	De 30 a 59 horas	de 60 a 119 horas	120 horas ou mais	Total
Internas	47	0	0	0	47
Externas	373	25	1	0	399
Total	420	25	1	0	446

Quadro 5 – N.º de ações de formação ocorridas em 2012

Relativamente às ações de formação profissional realizadas durante o ano e em que tenham participado os efetivos do serviço, considerar como:

- Ação interna, a que se destina exclusivamente a efetivos do serviço.
- Ação externa, a que pode ter a participação de efetivos de vários serviços.

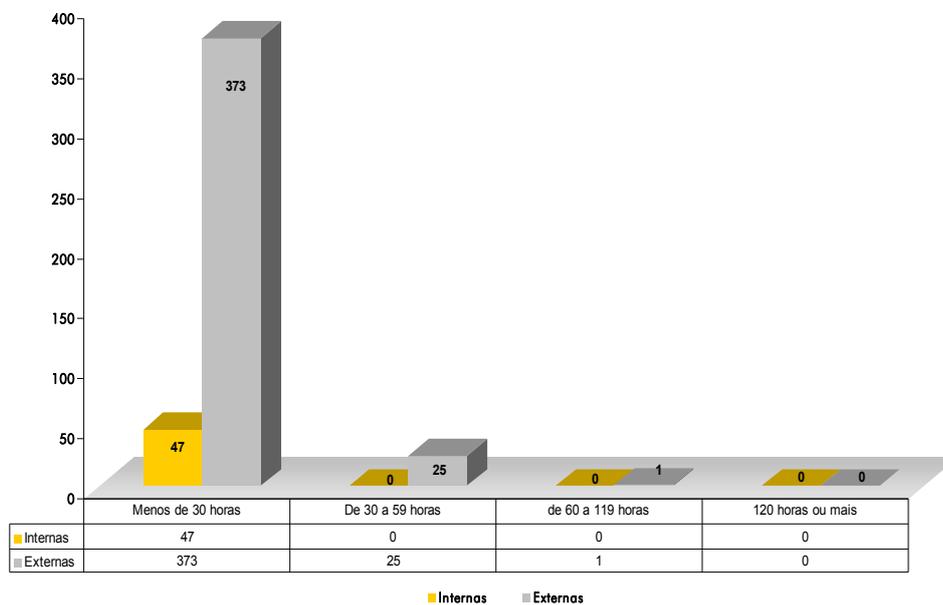


Gráfico 5 – Ações de formação profissional realizadas durante o ano, por tipo e duração

4. ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

A atividade do IGFSS.IP é exercida a nível nacional sob a tutela e superintendência do Ministro da Solidariedade e da Segurança Social.

O estatuto do IGFSS.IP é regulado pelo Decreto-Lei 84/2012 de 30 de março e a estrutura orgânica pela Portaria n.º 417/2012 de 19 de dezembro.

As competências do Instituto centram-se, essencialmente, em:

ORÇAMENTO E CONTA

- ✚ Coordenar a preparação do orçamento da segurança e propor as orientações para a elaboração do orçamento das instituições de segurança social;
- ✚ Proceder à consolidação e controlo da execução do orçamento das instituições que integram o perímetro de consolidação da segurança social e elaborar o respetivo relatório;
- ✚ Propor as alterações ao orçamento da segurança social que se mostrem adequadas no âmbito da legislação em vigor;
- ✚ Elaborar projeções de suporte à preparação do orçamento da segurança social e respetiva previsão de execução;
- ✚ Planificar o processo de consolidação das contas das instituições de segurança social e elaborar e manter atualizado o manual de consolidação;
- ✚ Promover a normalização contabilística das transações orçamentais, financeiras e patrimoniais e elaborar as normas de fecho de contas aplicáveis a todas as instituições que integram o perímetro de consolidação da segurança social;

- ✚ Proceder à consolidação das demonstrações financeiras e orçamentais no âmbito da elaboração da conta da segurança social e elaborar o respetivo relatório;
- ✚ Assegurar a elaboração e execução do orçamento privativo do instituto;
- ✚ Assegurar o controlo e encerramento das contas do instituto e elaborar as respetivas demonstrações financeiras e orçamentais;
- ✚ Produzir e difundir informação respeitante à execução orçamental e à conta da segurança social.

GESTÃO FINANCEIRA

- ✚ Promover a unidade de tesouraria do sistema propondo e acompanhando a implementação dos processos necessários à tesouraria única;
- ✚ Efetuar o planeamento e controlo dos fluxos financeiros e necessidades de tesouraria das instituições do sistema garantindo o abastecimento financeiro;
- ✚ Propor normas e procedimentos relativos ao funcionamento das tesourarias do sistema de segurança social e à otimização dos respetivos fluxos financeiros, assegurando os processos de recebimento e depósito dos valores recebidos;
- ✚ Controlar a posição diária de tesouraria de forma a permitir a identificação de saldos disponíveis para aplicação, bem como a sua rentabilização;
- ✚ Assegurar as funções de controlo, a nível externo, promovendo o acompanhamento de acordos com os prestadores de serviços bancários ou outros;
- ✚ Assegurar a gestão e contabilização de títulos e participações financeiras;

- ✚ Gerir o Fundo de Garantia Salarial, o Fundo de Socorro Social, o Fundo Especial da Banca dos Casinos e o Fundo de Garantia de Alimentos devidos a Menores;
- ✚ Assegurar a gestão financeira dos Fundos Especiais da segurança social;
- ✚ Efetuar os pagamentos no âmbito dos Programas de Ajudas Sociais Pecuniárias a Hemofílicos, de Apoio Social a Idosos Carentes das Comunidades Portuguesas e de Apoio Social a Emigrantes Carentes das Comunidades Portuguesas.

GESTÃO DA DÍVIDA

- ✚ Gerir a atuação das secções de processo;
- ✚ Instaurar e instruir os processos executivos, no âmbito da recuperação executiva;
- ✚ Analisar e proceder à regularização de dívidas nos termos legais;
- ✚ Definir a atuação da segurança social no âmbito dos processos judiciais e extrajudiciais de regularização de dívida;
- ✚ Acompanhar, no âmbito da regularização extraordinária, os processos de regularização de dívida em articulação com o Instituto da Segurança Social, IP;
- ✚ Promover e realizar iniciativas centralizadas e nacionais de cobrança de dívida;
- ✚ Participar na conceção, implementação, manutenção e atualização dos sistemas informáticos conexos à gestão e recuperação da dívida, em articulação com o Instituto de Informática, IP.

GESTÃO DO PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO

- ✚ Gerir o património imobiliário do IGFSS.IP, constituído ou não em condomínio, de acordo com as normas definidas, mantendo informação atualizada sobre os respetivos imóveis, arrendatários e condomínios;
- ✚ Proceder à realização de ações de fiscalização dos imóveis sob sua responsabilidade;
- ✚ Promover procedimentos de empreitadas para execução de obras de reparação, beneficiação ou conservação e acompanhar as obras realizadas;
- ✚ Organizar e manter atualizado o cadastro dos bens imóveis da segurança social;
- ✚ Elaborar os planos de alienação de imóveis, promover as avaliações e preparar e acompanhar a venda de imóveis;
- ✚ Proceder à regularização registral e predial dos imóveis da segurança social.

5. INTRODUÇÃO

De acordo com o normativo legal em vigor, apresentam-se os documentos de prestação de contas do IGFSS.IP relativos ao exercício de 2012 de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social (POCISSSS), aprovado pelo Decreto-Lei nº 12/2002, de 25 de janeiro, incluindo, para além daqueles os elementos adicionais, definidos pelo Tribunal de Contas, a que se refere o Tribunal de Contas na Instrução nº1/2004-2ª secção, publicada no Diário da república II série, de 14 de fevereiro de 2004.

O ano de 2012, foi um ano muito exigente, uma vez que a publicação da Lei 8/2012 – lei dos compromissos e pagamentos em atraso obrigou à implementação de novos controlos internos.

Os trabalhos de encerramento contabilístico do ano de 2012 decorreram em tempo considerado oportuno, refletindo o esforço desenvolvido no sentido de dar continuidade e aprofundar o trabalho de consolidação.

Atualmente verifica-se que existe uma maior sensibilização no que concerne aos fechos intercalares dos períodos contabilísticos, embora ainda haja necessidade de sensibilizar as entidades para a necessidade de registarem no mês correspondente a receita dos abastecimentos financeiros, evitando assim liquidações em meses distintos nas entidades envolvidas. É igualmente evidente a preocupação das entidades do perímetro da Segurança Social para a análise das divergências patrimoniais e orçamentais.

O atual modelo de registo contabilístico da receita de contribuições decorre no IGFSS.IP, como entidade que reconhece os proveitos e a correspondente receita de contribuições, de forma articulada com o ISS.IP e com o II.IP por forma a dirimir algumas e importantes dificuldades com que se debate o atual sistema de gestão de contribuições e criar condições para que entretanto sejam mantidos os circuitos de informação entre as áreas responsáveis pelo controlo financeiro dos valores diariamente recebidos no IGFSS.IP e a área de contribuintes do ISS.IP, de modo a

garantir todo o processamento de informação, assegurando a atualização/correção de movimentos em conta-corrente, conforme protocolos com os bancos, SIBS, CTT, MB, GT e restantes entidades cobradoras.

De realçar que o Sistema de Gestão de Conta-Corrente SICCC/GC teve a sua implementação em 2007 com registos contabilísticos através do *Interface SICCC-GC-SIF* no que se refere aos movimentos de contribuições, encontrando-se, em 2012, praticamente todos os processos implementados. Ao nível da arrecadação de receita de contribuições, manteve-se a estratégia adotada no ano anterior de coordenação entre as equipas do IGFSS.IP e do II.IP - GC e SIF para que as contribuições entregues no mês sejam contabilizadas atempadamente face ao calendário definido para o encerramento dos períodos contabilísticos, permitindo assim uma execução orçamental suportada nos dados residentes em SIF.

Em 2012, verificou-se uma ligeira recuperação ao nível da compensação dos créditos entrados nas contas bancárias do IGFSS.IP, verificando-se um decréscimo, relativamente a 2011 de 19,57%.

O IGFSS.IP tem por objeto a gestão financeira unificada dos recursos económicos consignados no orçamento da segurança social, competindo-lhe assegurar a correspondência entre as fontes de financiamento dos regimes de segurança social, centralizando a respetiva receita, independentemente das formas de financiamento da despesa, a qual se deve adequar à respetiva atividade.

Neste âmbito, o Dec. Lei 112/2004 atribuiu ao IGFSS.IP competências para “desempenhar as funções de tesouraria única do sistema de segurança social, assegurando e controlando os pagamentos, bem como a arrecadação de receitas e dos respetivos fundos movimentados pela rede de cobranças”.

As referidas competências do IGFSS.IP decorrem, aliás, do modelo global que se iniciou em 2002, do qual constituiu um marco a publicação da Lei de Bases da Segurança Social, bem como da integração do IGFSS.IP no Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado como órgão de nível estratégico, de que resultou o reforço e as competências que constam da Lei de Enquadramento

Orçamental, conferindo um regime especial de execução ao Orçamento da Segurança Social e atribuindo ao IGFSS.IP as competências de tesouraria única do sistema, reforçando assim a sua autonomia e responsabilidade ao nível do controlo orçamental.

No que respeita à concretização da tesouraria única da Segurança Social, refira-se que, ao nível dos recebimentos, os atuais canais de cobrança asseguram já a centralização dos recebimentos em contas do IGFSS.IP, no que respeita a contribuições, independentemente do canal utilizado para o recebimento (banca, CTT, Multibanco, SIBS, tesourarias do sistema de Segurança Social, cartas-cheques dos Tribunais, etc.).

6. CONDICIONANTES DA ATIVIDADE

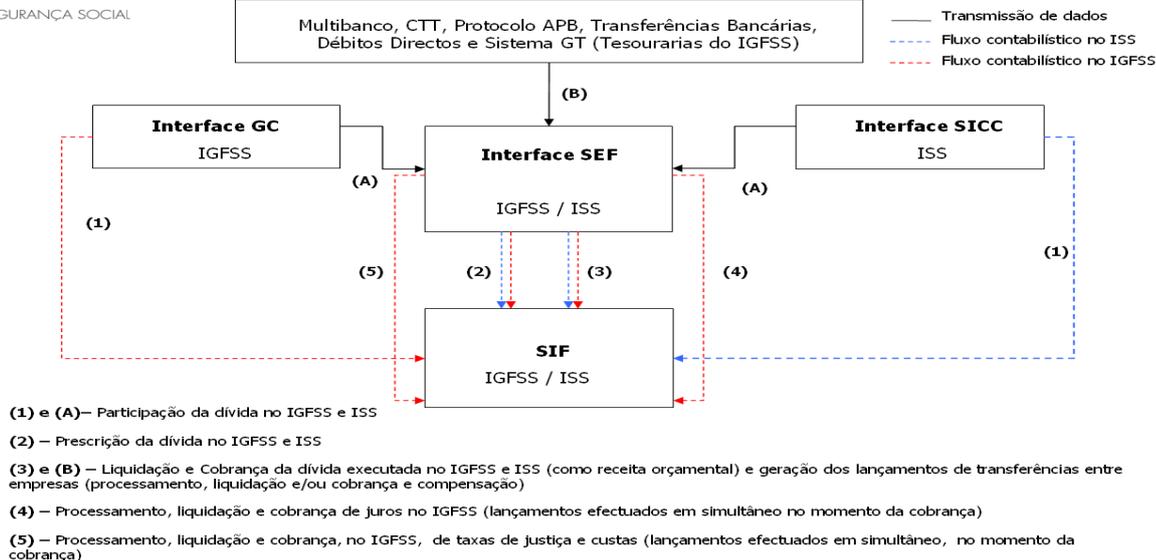
INTERFACE SEF-SIF

No âmbito do SEF (Sistema de Execuções Fiscais), em vigor desde 2002, não se encontra ainda em produção a *interface* entre SICC-GC/SEF/SIF. Esta situação fez com que fosse necessário continuar o processo manual de contabilização dos fluxos financeiros, para efeitos do fecho de 2012, com base nos ficheiros de movimentos de ocorrências e de movimentos do SEF.

Em 2012, foi dada continuação ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido com o II.IP e ISS.IP para a realização de testes unitários e em massa da *interface*, com o intuito de em 2013 ser possível a sua entrada em produção.



RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS EM PROCESSO EXECUTIVO



RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS EM PROCESSO EXECUTIVO

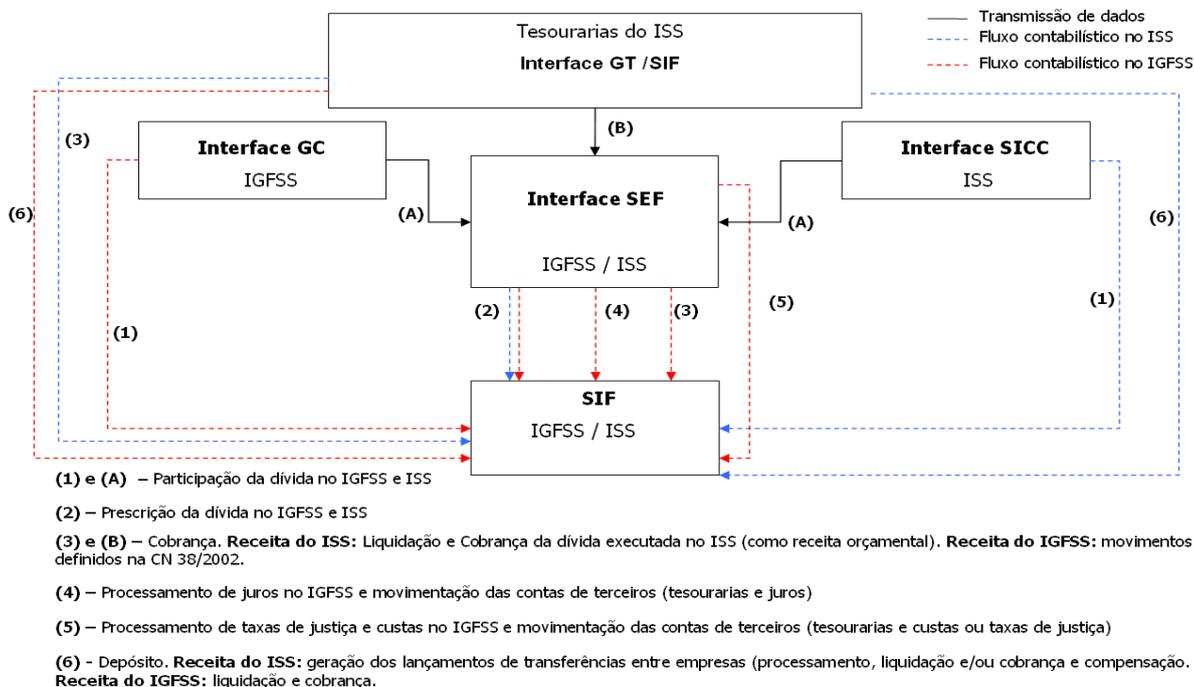


Figura 3 – Recuperação de dívidas em processo executivo

7. FACTOS MAIS RELEVANTES DO EXERCÍCIO DE 2012

7.1 Contribuintes

O Departamento de Gestão da Dívida tem como responsabilidade a análise da evolução da dívida à Segurança Social, promovendo a sua recuperação, através da cobrança coerciva e extraordinária e na viabilização de empresas devedoras.

Durante o ano de 2012 o IGFSS.IP recuperou **583 milhões de euros (M€)** de dívida à Segurança Social, **mais 8,1% do que o valor arrecadado em 2011 (540M€)**, mantendo uma evolução fortemente positiva na recuperação de dívida desde 2006, conforme gráfico infra:

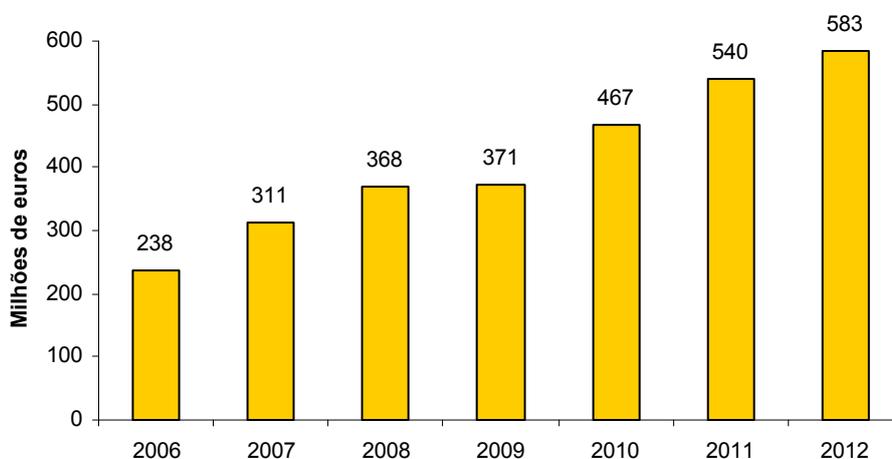


Gráfico 6 – Recuperação anual de dívida à Segurança Social

Os resultados obtidos sustentam-se em dois vetores estratégicos de atuação:

1.º) **Manutenção de uma postura de diálogo com o contribuinte**, procurando em conjunto uma solução de viabilização e recuperação de créditos. Este posicionamento permite que, do valor total recuperado, 69% seja voluntário e apenas

31% resultante da ação coerciva, ou seja, penhora e venda de bens. O gráfico seguinte ilustra a evolução anual na implementação desta estratégia.

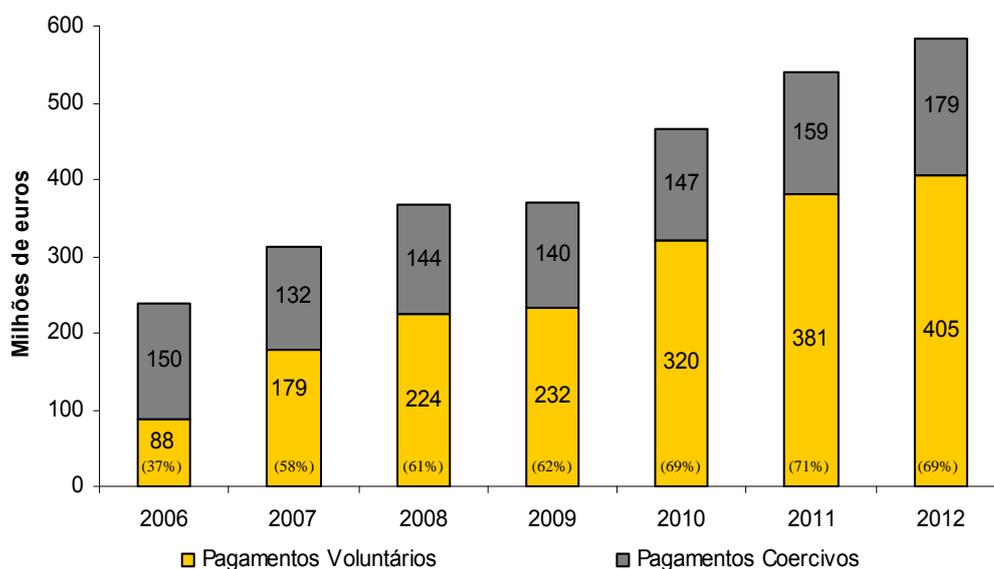


Gráfico 7 – Cobrança voluntária “versus” cobrança coerciva de 2006 a 2012

3.º) **Manutenção de uma atuação forte sobre gerentes**, responsáveis subsidiários pela criação da dívida, tendo-se realizado cerca de 39 mil citações individuais para responsabilização pessoal pelas dívidas contraídas, o que representa um aumento de 250% face a 2011, correspondendo a uma arrecadação de 54M€.

Em termos de distribuição da receita por natureza do devedor, a tabela seguinte sintetiza os valores arrecadados:

Tipo devedor	M€	Peso
Empresas	421	72%
Trabalhadores independentes	108	19%
Responsáveis subsidiários	54	9%

Quadro 6 – Distribuição da receita por natureza de devedor

Durante o ano de 2012 foram celebrados acordos com 77.681 contribuintes, menos 7,6% do que em 2011. Dos acordos celebrados, mais de 76% respeitam a novos acordos, tendo os restantes resultado de processos de renegociação de acordos existentes.

Os acordos celebrados corresponderam a um volume total de dívida de 1.078 milhões de euros. Deste valor, 720 milhões de euros correspondem a novos acordos e 358 milhões de euros à renegociação de acordos.

Como referido, o valor de dívida cobrada por via de acordo correspondeu a um total de 325 milhões de euros. Este valor corresponde a um aumento de 10,5% em relação ao ano de 2011.

Através da gestão de grandes devedores em medidas de regularização extraordinária e mantendo o foco na viabilização de empresas, foi adicionalmente enquadrado em acordo cerca de 78 milhões de euros e salvaguardados 7.457 postos de trabalho. Importa referir que, quer o número de grandes devedores à Segurança Social, quer o peso dessas empresas no que respeita ao número de trabalhadores tem tendência a diminuir devido à atuação cada vez mais célere no que respeita à recuperação da dívida.

Recuperação Extraordinária	2012
Postos de Trabalho	7.457
Valor Enquadrado	78 M€

Quadro 7 – Recuperação extraordinária

No seguimento da ação das Secções de Processo, foram solicitadas sobre 89,5% dos processos em condições legais para o efeito, representando 242.964 penhoras (de contas bancárias, veículos, IRS, IVA, créditos e imóveis), mais 40% que no ano anterior. Este crescimento verificou-se essencialmente ao nível das penhoras de IRS e IVA, sendo que estas últimas apenas começaram a ser executadas em 2011 face a alterações legislativas.

O forte aumento da cobrança foi uma determinante para o aumento da taxa de cobrança da carteira de dívida líquida que ascendeu a 22,4% em 2012, o que representa um crescimento da eficiência de 4,7% face ao ano anterior.

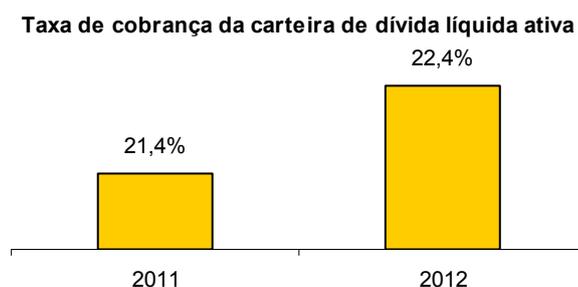


Gráfico 8 – Taxa de cobrança da carteira líquida de dívida ativa de 2011 a 2012

No que respeita à evolução da carteira de dívida líquida¹ verificou-se um aumento de 10,5% face ao ano anterior, situando-se agora aproximadamente em 2,9 mil milhões de euros.

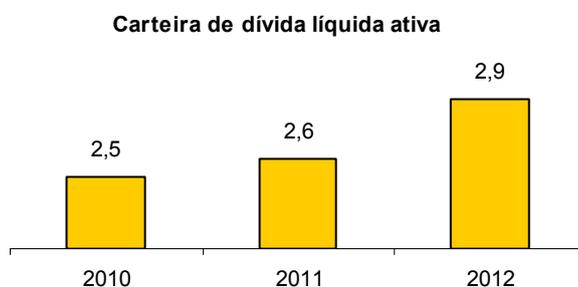


Gráfico 9 – Carteira líquida de dívida ativa de 2010 a 2012

¹ Valor em dívida em condições de cobrança coerciva, excluindo reclamações, declarações em falha, prescrições, contencioso e outros fatos suspensivos da cobrança.

CONTABILIZAÇÃO DOS PROVEITOS DE CONTRIBUIÇÕES

À semelhança do que ocorreu em exercícios anteriores, a contabilização dos proveitos de 2012, face ao processamento das declarações de remunerações (DR's), decorreu de acordo com os valores reais no sistema GR e SICC/GC/SIF. No que respeita às DR's das caixas não integradas, em 2012, procedeu-se à contabilização manual do débitos referentes ao primeiro quadrimestre, uma vez que a partir dessa data as DR's passaram a ser entregues via DRI, e conseqüentemente a ser automaticamente contabilizadas em SIF.

Em 2012, à semelhança de 2011, procedeu-se à correção contabilística dos movimentos efetuados pelo *Interface GC/SIF* na conta 7977, relativa à anulação de débitos de anos anteriores, que indevidamente foram contabilizados naquela conta e face à sua magnitude foram transferidos para a conta 592 - Regularizações de grande significado.

Como já foi referido anteriormente, a receita de contribuições é contabilizada dentro do respetivo mês, tendo vindo a ser cumprido o calendário de encerramento dos períodos contabilísticos, dando-se desta forma cumprimento à recomendação do Tribunal de Contas, não se procedendo por norma à reabertura de períodos contabilísticos.

RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES – ANÁLISE EVOLUTIVA DE 2010 A 2012

Euros					
CONTRIBUIÇÕES	2010	2011	Variação 2011/2010	2012	Variação 2011/2010
SISTEMA PREVIDENCIAL	13.067.280.542,91	13.347.899.562,72	2,15%	12.706.618.122,06	-4,80%
Cotizações dos trabalhadores	4.790.376.863,96	4.811.142.742,48	0,43%	4.721.986.593,46	-1,85%
Ano	4.283.710.302,63	4.314.694.361,21	0,72%	4.219.615.329,43	-2,20%
Anos anteriores	506.666.561,33	496.447.781,27	-2,02%	502.371.264,03	1,19%
Contribuições	8.276.903.678,95	8.536.756.820,24	3,14%	7.984.631.528,60	-6,47%
Ano	7.481.763.105,73	7.743.605.075,54	3,50%	7.202.995.951,14	-6,98%
Anos anteriores	795.140.573,22	793.151.744,70	-0,25%	781.635.577,46	-1,45%
REGIMES COMPLEMENTARES ESPECIAIS	6.590.517,27	5.827.138,24	-11,58%	5.149.994,90	-11,62%
Regimes especiais	6.590.517,27	5.827.138,24	-11,58%	5.149.994,90	-11,62%
TOTAL	13.073.871.060,18	13.353.726.700,96	2,14%	12.711.768.116,96	-4,81%

Quadro 8 – Receita de Contribuições (Mapa 7.2)

Da análise ao quadro supra, pode constatar-se que no exercício de 2012 foram arrecadados 12.711.768.116,96€ evidenciando-se um decréscimo em relação ao ano anterior no montante total de 642 milhões de euros.

RECEITA COBRADA NAS SPET – DISTRIBUIÇÃO POR TRIBUTOS – 2011/2012

Tributo	Montante		Variação 2012/2011		Euro
	2011	2012	Em €	Em %	
	(1)	(2)	(3) = (2) - (1)	(4) = (2)/(1) - 1	
Coimas	283.075,33	393.508,74	110.433,41	39,01%	
Contribuições/Cotizações	389.965.015,49	416.616.626,26	26.651.610,77	6,83%	
Juros	83.781.048,98	77.214.598,88	(6.566.450,10)	-7,84%	
Outros	1.877.630,97	1.989.641,55	112.010,58	5,97%	
Prestações	2.997,03	3.453,72	456,69	15,24%	
Taxas de Justiça	9.678.488,65	10.657.980,46	979.491,81	10,12%	
Total Geral	485.588.256,45	506.875.809,61	21.287.553,16	4,38%	

Quadro 9 – Receita cobrada nas SPET por Tributos

Para este comportamento concorreu de forma significativa a recuperação de dívidas à Segurança Social, no âmbito das Secções de Processo, que, comparativamente com o ano de 2011, assume um crescimento de 4,38%, refletindo um acréscimo em termos absolutos de 21,28 milhões de euros face ao período homólogo.

CONTRIBUIÇÕES DECLARADAS – ANÁLISE EVOLUTIVA DE 2010 A 2012

DR's	Euros				
	2010	2011	Δ 2011/2010	2012	Δ 2012/2011
723 - Do ano	13.919.385.989,66	14.041.628.434,40	0,88%	13.525.205.672,87	-3,68%
7977 - De anos anteriores	472.317.159,93	299.149.390,98	-36,66%	342.399.726,35	14,46%
TOTAL	14.391.703.149,59	14.340.777.825,38	-0,35%	13.867.605.399,22	-3,30%

Fonte: Demonstração de Resultados

Quadro 10 – Declaração de Remunerações

Em 2012, verifica-se um decréscimo de 3,68% nas contribuições declaradas do próprio ano, face a 2011.

Relativamente aos valores cobrados mas que se encontram em clarificação, verifica-se, em 2012, que houve uma ligeira recuperação na compensação e regularização

dos créditos cobrados, evidenciando um esforço por parte da conta corrente na recuperação da compensação.

Variação da conta de clarificação					
COITAS	Saldo a 31/12/2010	Saldo a 31/12/2011	Δ 2011/2010 %	Saldo a 31/12/2012	Δ 2012/2011 %
Cientes					
2121181200 - SICC/clarificação conta corrente	-40.406.217,65	-35.455.915,09	-12,25%	-55.636.457,65	56,92%
2121181300 - SICC/clarificação classificação económica	-12.678.182.733,36	-12.509.546.721,07	-1,33%	-10.054.184.401,93	-19,63%

Quadro 11 – Recebimento de Contribuições

DAÇÕES EM PAGAMENTO

No ano de 2012, foram celebrados diversos contratos de dação em pagamento no âmbito do processo de recuperação de dívidas à Segurança Social que atingiram o montante de 6.840.948,80€ e se refletiram no reforço dos investimentos financeiros em imóveis do IGFSS.IP.

Em termos comparativos, no quadro seguinte apresenta-se informação respeitante ao triénio 2012/2010, constatando-se, por um lado, que, em 2011, comparativamente com o período homólogo do ano anterior, se regista um acréscimo na regularização de dívidas por dação em pagamento de 389.613,50€, isto é mais 20,10% e, por outro lado, em 2012, comparativamente com o ano 2011, regista-se um acréscimo de 4.512.485,30€, isto é mais 193,80%.

	Euros		
Dações			
Contribuinte	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012
A. Bento vermelho, Lda.	365.400,00		
A. Henriques & CA, Lda		151.047,00	
Beiralã – Lanifícios SA	779.800,00		
Cintra-urbanizações, Turismo e Construções, SA		543.692,00	
Coelima – Industrias Têxteis, SA	707.650,00		
Granisntra – Mármore e Granitos, Lda.	86.000,00		
I.F.M-Industria de Fibras de Madeira, SA		476.204,50	
I.F.M-Industria de Fibras de Madeira, SA		1.157.520,00	
Faianças Ideal do Vale de Ourém, Lda			1.506.000,00
Grupo MIF - Manuel Inácio & Filhos, S.G.P.S			4.458.648,80
Confecções Lança, Lda			876.300,00
Total	1.938.850,00	2.328.463,50	6.840.948,80
	Δ Ano 2011/2010	389.613,50	20,10%
	Δ Ano 2012/2011	4.512.485,30	193,80%

Quadro 12 – Dações no Triénio 2012/2010

CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES DE CONTRIBUIÇÕES

Prosseguindo o objetivo de reforçar a veracidade e fiabilidade das demonstrações financeiras do IGFSS.IP e simultaneamente acolhendo as recomendações do Tribunal de Contas no que concerne à constituição de provisões relativas a contribuintes de cobrança duvidosa, foi reiteradamente solicitado ao II.IP o desenvolvimento e implementação do respetivo processo em SICCC/GC/SIF, objetivo não alcançado, o que conduziu a que mais uma vez o IGFSS.IP procedesse à contabilização manual daquelas no exercício de 2012.

Assim, no exercício de 2012, apresenta-se um acréscimo de 283.564.878,33€ de provisões acumuladas comparativamente a 2011.

PROVISÕES DE CONTRIBUIÇÕES – QUADRO EVOLUTIVO 2011/2012

	2011	2012	Provisão 2011	Provisão 2012	Varição do valor provisionado
Resumo de provisões	Base de calculo	Base de calculo	Provisão acumulada	Provisão acumulada	2012/2011
Provisões a 25%	144.784.586,92 €	135.102.268,76 €	36.196.146,73 €	33.775.567,19 €	-6,69%
Provisões a 50%	171.359.357,94 €	161.313.250,84 €	85.679.678,97 €	80.656.625,42 €	-5,86%
Provisões a 75%	183.702.451,03 €	172.938.368,92 €	137.776.838,27 €	129.703.776,69 €	-5,86%
Provisões a 100%	2.266.250.781,04 €	2.565.332.354,04 €	2.266.250.781,04 €	2.565.332.354,04 €	13,20%
	2.766.097.176,93 €	3.034.686.242,56 €	2.525.903.445,01 €	2.809.468.323,34 €	

Quadro 13 – Provisões de Contribuições**7.2 Alienação do Património Imobiliário do IGFSS.IP**

Durante o ano de 2012 o IGFSS.IP registou como receita de alienação de imóveis o valor de 2.645.910,29€.

Receita da alienação do Património Imobiliário			
	2010	2011	2012
Valor	23.763.328,50	3.900.299,02	2.645.910,29

Quadro 14 – Valor recebido referente à alienação de Património**7.3 Transferências para o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social**

Da análise às transferências para o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social no biénio 2012/2011, constata-se um decréscimo na ordem dos 99,03% no valor global transferido para o FEFSS, que fica a dever-se essencialmente ao facto de em 2012 não ter sido transferida qualquer verba respeitante a saldo de anos

anteriores do Subsistema Previdencial, como se pode constatar no quadro seguinte:

**TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL – ANÁLISE EVOLUTIVA DAS TRANSFERÊNCIAS PARA O FEFSS DE
2010 A 2012**

IGFCSS	2010	2011	2012
Alienação de Imóveis (Ano corrente)	23.426.228,50	3.685.041,25	2.629.160,29
Quotizações	0,00	0,00	0,00
Saldo de Alienação de anos anteriores	58.340,00	337.100,00	239.296,77
Saldo do Sub. Previdencial	200.000.000,00	293.007.652,06	0,00
FAC	0,00	0,00	0,00
TOTAL	223.484.568,50	297.029.793,31	2.868.457,06

Euros

Quadro 15 – Valores transferidos para o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social

7.4 Acompanhamento dos protocolos

INTEGRAÇÃO EM SIF DE FICHEIROS DE COBRANÇA

Durante o ano de 2012 mantiveram-se as reuniões de trabalho, com o II.IP, com o objetivo de efetuar um ponto de situação e respetivo esclarecimento/análise de divergências, evitando-se assim acumulação de situações para o fecho de contas. Estas reuniões têm como base de análise os mapas semanais para controlo de ficheiros carregados com os dados relacionados com a informação completa do mês dos movimentos extraídos e não extraídos e informação não extraída do ano acumulada, disponibilizada pelo II.IP - Gestão de Contribuições (GC). Para o IGFCSS.IP esta medida é fundamental para garantir o melhor desempenho da qualidade da informação disponibilizada em Sistema de Informação Financeira (SIF) e respetiva execução orçamental.

Tendo em vista perspetivar, ao longo do tempo, o acréscimo do número de registos que resultaram da alteração dos critérios de extração pelo II.IP em 2007, apresenta-se o seguinte quadro:

Ano	Nº de transações	Montante em Euros	Variações face ao ano 2006 (transações)	Variações face ao ano 2006 (montantes)
2006	16.915	10.538.245.016,40	NA	NA
2007	597.010	11.097.836.636,87	3.429,47	5,31
2008	459.342	11.783.382.819,16	2.615,59	11,82
2009	463.450	11.890.695.173,43	2.639,88	12,83
2010	468.213	12.203.378.886,74	2.668,03	15,80
2011	450.544	12.446.960.002,16	2.563,58	18,11
2012	449.122	11.769.585.443,88	2.555,17	11,68

Quadro 16 – Evolução do nº de registos_ alteração de critérios – 2006 a 2012

UTILIZAÇÃO DE NOVOS CANAIS DE PAGAMENTO

Inserido no âmbito das medidas do *Simplex*, foi disponibilizada a possibilidade de emissão de referências de pagamento a ser utilizadas no Multibanco - pagamento de serviços compras, para as Entidades Contratantes. Esta funcionalidade já estava ativa desde setembro de 2009 para os Trabalhadores Independentes, para as Entidades Empregadoras desde julho de 2011 e permite consultar a dívida na Segurança Social Direta (SSD) dos Trabalhadores Independentes, Entidades Empregadoras e Entidades Contratantes, emitir o documento de pagamento com Referência Multibanco e emitir extrato de conta corrente.

Durante o ano de 2012 foi arrecadada através deste canal, uma receita que atingiu os 52,2 milhões de euros, face aos 9,9 milhões de euros em 2011. Para o efeito foram efetuados 54.562 pagamentos com referências Multibanco disponibilizadas através da Segurança Social Direta, contra 24.229 pagamentos em 2011.

ACORDO COM OS CTT PARA COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÕES

Relativamente às notas de crédito, mantêm-se as discrepâncias entre a data na conta de depósitos à ordem associada a este protocolo e os documentos resultantes da

integração dos ficheiros no sistema. Estas discrepâncias estão identificadas pelos serviços de reconciliação de contas e acompanhamento de acordos, provocando movimentos por reconciliar na conta de depósitos à ordem, bem como uma maior dificuldade na validação dos pagamentos.

UTILIZAÇÃO DE TERMINAIS DE PAGAMENTO AUTOMÁTICO (TPA) NAS TESOURARIAS DA SEGURANÇA SOCIAL

No ano de 2012 foram efetuadas nas tesourarias do ISS.IP 692.801 transações através da utilização de aparelhos TPA, que corresponderam a uma receita arrecadada de 168.665.622,59€. Face ao ano de 2011, verifica-se um acréscimo de 10,1% em termos de número de transações e um crescimento de 7,9% em termos de receita arrecadada.

O quadro infra contém informação anual da receita arrecada pelos prestadores de serviços financeiros com os quais o IGFSS.IP tem celebrados contratos:

Protocolos em vigor no IGFSS - Cobranças

Em euros

Protocolo	Âmbito	Canal de Entrada	Registos	Receita arrecadada
APB	Cobrança TSU das entidades Empregadoras + DEP	Balcões dos bancos aderentes e internet	3.779.583	10.949.387.925,81
CTT	Rendas (1)	Estações de correio e agentes payshop	26.697	1.187.407,49
CTT	Acordos (1)	Estações de correio e agentes payshop	384	926.177,44
CTT	Cobrança TI, SSV e Domésticas (1)	Estações de correio e agentes payshop	285.933	38.019.392,55
CTT	Citações das Secções de Processo (1)	Estações de correio e agentes payshop	1.081	1.662.681,47
Santander Totta	Rendas	Sistema de débitos Directos	8.236	639.843,01
CGD	Processos Executivos	Sistema de débitos Directos	54.021	8.104.471,27
BES	Regime Público de Capitalização	Sistema de débitos Directos	67.499	4.629.695,86
BES	Cobrança TI e SSV	Sistema de débitos Directos	34.197	6.181.556,21
Millennium BCP	Cobrança TI, SSV e Domésticas	Multibanco- Serviço especial	1.271.685	174.584.316,12
CGD	Trabalhadores Independentes, Entidades Empregadoras e Entidades Contratantes	Multibanco- Serviço normal	54.562	52.203.046,89
IGCP	Citações das Secções de Processo	Multibanco- Serviço normal	961.778	268.883.559,03
CGD	Pagamentos efectuados nas tesourarias do ISS	aparelhos TPA	692.801	168.665.622,59
Total				11.675.075.695,74

(1) - Valores das Notas de Entrega de valores cobrados
Base de dados: Relatórios Crystal Reports e Relatórios de SISS

Quadro 17 – Receita arrecada pelos prestadores de serviços financeiros com os quais o IGFSS.IP tem celebrados contratos

O quadro infra contém informação anual do pagamento de prestações sociais e benefícios diferidos ao abrigo dos novos contratos:

Contratos em vigor na Segurança Social - Despesa

Contratos	Âmbito		Canal de Pagamento	Valores Pagos	Custo associado	Ganho de Oportunidade	Em euros
							Custo/ Ganho Unitário
BES*	CNP - Pensões Nacionais	Benefícios diferidos	Transferência a crédito	943.656.405,29	0,00	861.161,94	0,48
BBPI*	CNP - Pensões Nacionais	Benefícios diferidos	Transferência a crédito	937.346.631,74	0,00	855.502,59	0,44
Millennium BCP*	CNP - Pensões Nacionais	Benefícios diferidos	Transferência a crédito	1.851.296.829,82	0,00	1.690.707,38	0,46
BBPI Centralizador*	CNP - Pensões Nacionais	Benefícios diferidos	Transferência a crédito	6.365.613.324,82	0,00	5.136.772,03	0,34
Citibank*	CNP - Pensões Estrangeiras	Benefícios diferidos	Carta-Cheque	79.878.600,82	0,00	250.777,13	0,72
Citibank*	CNP - Pensões Estrangeiras	Benefícios diferidos	Transferências	73.111.799,16	0,00	228.842,35	0,73
Santander Totta **	SICC	Prestações Sociais	Carta-Cheque	2.394.344.690,25	4.635.401,52	0,00	2,01
BBPI**	SICC	Prestações Sociais	Carta-Cheque	41.126.664,00	101.125,96	0,00	0,32
Millennium BCP****	SICC	Prestações Sociais	Carta-Cheque	596.656.318,00	1.760.978,26	0,00	2,77
				0,00	259.983,60	0,00	0,52
BBPI***	SICC	Prestações sociais	Transferência a crédito	547.631.820,54	0,00	0,00	0,00
CGD***	SICC	Prestações sociais	Transferência a crédito	606.338.249,50	9.028,95	0,00	0,007
BES***	SICC	Prestações sociais	Transferência a crédito	1.934.364.568,48	13.445,46	0,00	0,004
Millennium BCP*	SICC	QREN - POPH	Transferências	1.094.738.142,46	0,00	86.954,63	1,70
Millennium BCP*	SICC	IPSS	Transferências	1.178.825.271,79	0,00	85.134,13	1,86
Total				18.644.929.316,67		9.195.852,18	

* Contratos no âmbito da Tesouraria Única

** Na coluna Valores pagos os montantes são referentes a valores imobilizados

*** Contrato já negociado mas ainda não está no âmbito da Tesouraria Única

**** O Millennium BCP até Julho teve valor imobilizado, a partir de agosto o passou a ter um custo fixo

Quadro 18 – Pagamento de prestações sociais e benefícios diferidos ao abrigo de novos contratos

VERTENTE DE RECEBIMENTOS: SISTEMA DE GESTÃO DE TESOURARIAS E TESOURARIA ÚNICA

ANÁLISE DOS FLUXOS FINANCEIROS DAS TESOURARIAS QUE OPERAM COM O SISTEMA DE GESTÃO DE TESOURARIAS (GT)

No âmbito das competências do IGFSS.IP, designadamente, no que respeita ao controlo da arrecadação da cobrança e adequado registo no sistema informático GT, com base no modelo implementado, que tem por objetivo a verificação do cumprimento dos procedimentos instituídos ao nível do registo e depósito das cobranças, assim como a verificação da aplicação dos normativos impostos pelas Circulares Normativas nº 38/2002, de 31 de dezembro (Contribuições) e 38/2003, de 16 de setembro (Fundo de Garantia de Alimento de Menores), foi efetuada a análise dos fluxos financeiros ocorridos nas tesourarias do Sistema da Segurança Social.

No quadro infra consta a informação das cobranças da classe de Contribuições arrecadadas nas tesourarias do Sistema de Segurança Social e registadas na aplicação GT:

Euros	
Mês	Cobranças
Janeiro	58.577.876,85
Fevereiro	49.247.212,98
Março	67.359.964,51
Abril	51.279.166,81
Maió	50.874.610,48
Junho	46.424.489,80
Julho	51.920.085,14
Agosto	47.943.815,73
Setembro	46.381.814,91
Outubro	52.034.253,00
Novembro	51.016.027,48
Dezembro	53.228.278,38
TOTAL	626.287.596,07

Quadro 19 – Cobrança de Contribuições na aplicação GT

O total cobrado reflete um decréscimo de 7,76% em relação ao ano transato, sendo que 96,26% das cobranças foram registadas nas tesourarias do ISS.IP e o restante nas tesourarias do IGFSS.IP.

Apesar do gradual acréscimo dos valores cobrados através do TPA, o cheque ou vale de correio continuam a ser o meio de pagamento preferencial, representando ainda mais de 50% do total das cobranças da classe de contribuições.

No gráfico seguinte constam as cobranças de 2012 referentes ao Fundo de Garantia de Alimento a Menores:

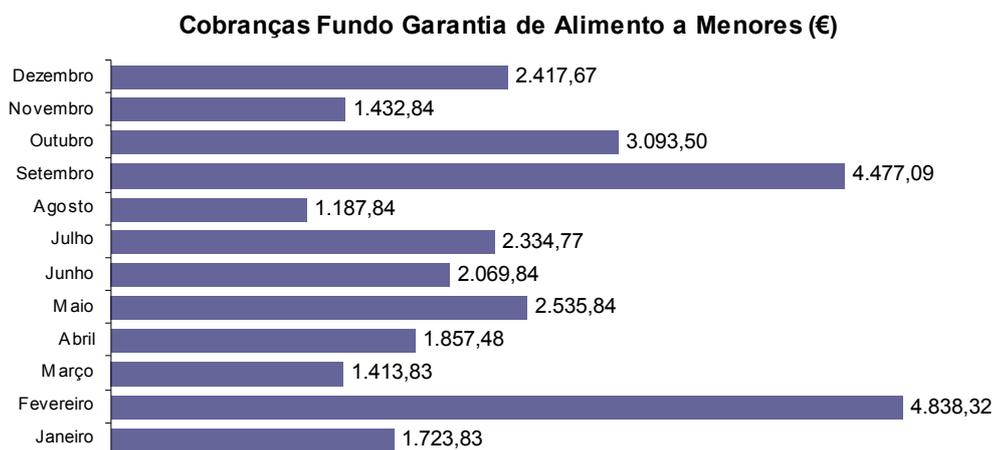


Gráfico 20 – Fundo de Garantia de Alimento a Menores

Em relação ao ano de 2011, verifica-se um decréscimo de 28,66%.

Note-se que regra geral, e em conformidade com o verificado no ano anterior, constata-se uma melhoria gradual nos indicadores de análise, nomeadamente a redução do atraso máximo no depósito e o aumento do número de tesourarias a cumprir os procedimentos de registo e depósito. Os atrasos no registo e depósito mantêm-se pontuais, coincidindo com os últimos dias legais para pagamento das contribuições (cobrança normal e executiva). Constata-se, igualmente, uma diminuição do montante das cobranças que apresenta atraso no depósito, o que

também está relacionado com o progressivo aumento da utilização dos TPA, meio de pagamento que, neste ano, representou cerca de 22% das cobranças de Contribuições.

No gráfico seguinte observa-se a evolução mensal das cobranças de DUC (Documentos Únicos de Cobrança):

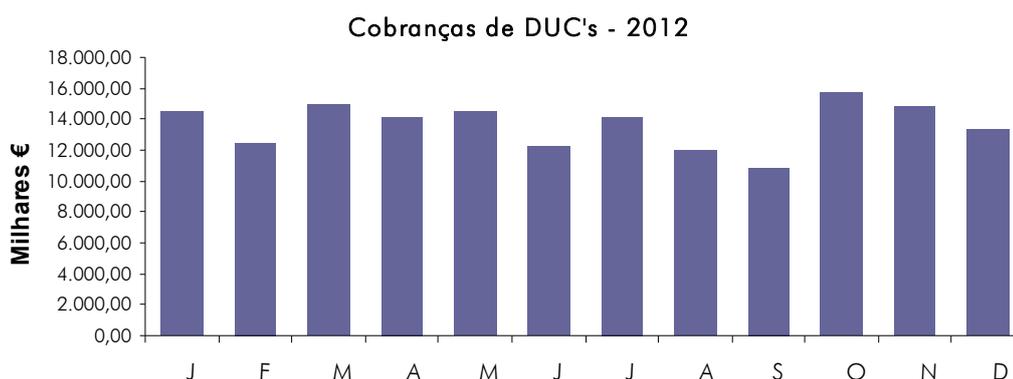


Gráfico 21 – Valor cobrado e registado de DUC's na aplicação GT

A cobrança ascendeu a 163.604.563,59€, valor que reflete uma diminuição de 4,47% relativamente a 2011, representando cerca de 26% da cobrança da classe de Contribuições.

TESOURARIA ÚNICA – CENTRALIZAÇÃO DAS COBRANÇAS REFERENTES A RECEITAS DO ISS.IP

O processo de centralização das cobranças relativas a receitas do ISS.IP cobradas nas tesourarias do Sistema de Segurança Social implicou um significativo aumento do volume de cobranças arrecadado nas contas bancárias do IGFSS.IP. Em 2012, esta parcela apresentou um aumento de 10%, ascendendo a 73.685.100,27€, representando cerca de 10% do total das cobranças registadas na aplicação GT.

TESOURARIA ÚNICA RECEBIMENTOS – PROJETOS EM CURSO

No âmbito da Medida 096 do *Simplex* de 2008 e com o objetivo de garantir a contabilização automática dos novos canais de recebimento (Multibanco, Pagamento de Serviços e DGITA) para cobranças de notas de reposição de prestações sociais, pelo fato da atual *interface* SICC-SIF ter uma taxa de integração dos mapas de recebimentos muito baixa, optou-se por se construir uma nova *interface* SICC-SIF, visando otimizar e simplificar os processos de contabilização. A nova *interface* encontra-se na fase de teste integrado para os mapas de recebimento e prevê o seu alargamento aos pagamentos, garantindo o cumprimento da recomendação do Tribunal de Contas sobre o tratamento contabilístico das operações orçamentais e a integração dos pagamentos com origem em SICC no circuito da Tesouraria Única, com os ganhos financeiros inerentes.

No âmbito do projeto SID – Sistema Integrado de Dívida, encontra-se em curso a análise do teste integrado, correspondente à extração de um mês de cobranças, à nova *Interface* SEF-SIF, que vai permitir a contabilização automática em SIF, das cobranças referentes a Documentos Únicos de Cobranças, relativas a receitas do IGFSS.IP e ISS.IP.

VERTENTE DE PAGAMENTOS - ABASTECIMENTO FINANCEIRO E TESOURARIA ÚNICA

ABASTECIMENTO FINANCEIRO ÀS ISS'S

O quadro infra contém a distribuição mensal das transferências líquidas² para as Instituições de Segurança Social (ISS's) relacionadas com o processo de abastecimento que durante o ano de 2012 totalizaram o montante de 5.489,2 milhões de euros.

² Abastecimentos solicitados abatidos das devoluções relativas ao próprio ano.

(Em milhares de euros)

Abastecimentos Financeiros	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total 2012
Para ISSS's													
Pensões	86.866,5	62.403,8	59.902,0	62.401,8	61.696,2	64.919,6	70.632,1	69.033,3	40.099,0	46.421,2	40.714,7	40.991,0	706.081,4
Subsídios por Morte	911,0	1.804,8	830,6	851,1	846,0	87,4	14,5	1.697,8	4,0	1.716,1	7.703,4	11,4	16.477,9
Abono de Família	45.068,9	47.424,3	45.599,8	46.241,4	45.289,3	46.647,1	45.735,1	46.074,7	50.602,7	44.589,9	46.967,8	46.552,8	556.793,7
Doença	31.995,9	41.043,4	32.853,8	31.715,0	31.375,0	39.819,2	31.266,1	34.857,5	25.655,4	27.678,9	36.314,2	28.679,1	393.253,4
Desemprego	180.976,7	204.080,1	214.630,4	201.804,3	204.823,5	189.504,1	197.048,2	201.446,9	201.582,4	205.842,0	228.004,5	220.287,0	2.450.030,0
Ação Social	12.683,9	12.010,8	17.032,2	14.043,9	14.205,2	16.665,6	17.342,1	11.068,6	12.356,0	13.038,6	16.963,0	31.037,4	188.447,2
Rendimento Social de Inserção	31.945,5	34.138,3	34.278,1	33.823,8	35.078,5	35.812,8	28.736,9	27.192,6	26.285,0	25.996,7	26.241,6	27.784,4	367.314,0
Administração	17.191,4	15.693,7	19.366,0	17.480,7	20.929,0	21.225,7	19.567,5	15.213,4	16.717,4	18.530,4	18.430,7	21.256,0	221.601,8
Outras Prestações	48.312,0	52.612,9	49.130,3	48.325,4	48.725,7	56.630,5	51.018,0	50.044,8	44.185,1	45.705,4	48.854,2	45.628,8	589.173,1
Outras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,2	6,0	0,0	0,0	5,5	12,7
Total	455.951,7	471.212,1	473.623,2	456.687,3	462.968,3	471.312,1	461.360,4	456.630,7	417.493,0	429.519,1	470.194,2	462.233,3	5.489.185,3

Quadro 22 – Abastecimentos Financeiros

Por outro lado, o acompanhamento efetuado às devoluções de disponibilidades das ISS's ao IGFSS.IP realizadas entre janeiro e dezembro/2012, relativas a benefícios em prescrição e a transferências recebidas, atingiram o montante de 28,1 milhões de euros, com a seguinte desagregação:

(Em milhares de euros)

Devoluções das ISS's	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total 2012
Benef. Prescrição	0,00	2.400,20	1.698,41	1.381,55	1.598,65	1.823,11	1.708,99	1.655,25	1.555,55	2.068,13	1.642,23	0,00	17.532,06
Transf. Recebidas das ISS's	494,79	615,05	544,87	542,53	1.409,26	5.018,20	353,97	285,31	462,36	450,18	420,12	0,00	10.596,70
Total Devoluções	494,79	3.015,25	2.243,28	1.924,09	3.007,91	6.841,36	2.062,96	1.940,56	2.017,91	2.518,31	2.062,35	0,00	28.128,76

Quadro 23 – Devolução de Disponibilidades e Benefícios em Prescrição

TESOURARIA ÚNICA

Os pagamentos efetuados pelo IGFSS.IP durante o ano de 2012, no âmbito do processo da Tesouraria Única, relacionados com o pagamento de prestações sociais constam do quadro seguinte:

(Em milhares de euros)

Pagamentos TU	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total 2012
Pensões	1.050.855,2	1.037.792,6	1.034.997,1	1.054.161,0	1.059.664,4	1.187.558,2	1.635.892,4	1.071.765,0	1.040.757,6	1.089.130,9	1.240.575,3	1.712.778,8	14.215.928,4
Subsídio por Morte	12.862,2	14.687,0	26.589,8	13.149,3	24.974,1	14.882,2	11.339,2	25.305,6	7.430,6	12.336,0	1.596,4	3.892,2	169.044,6
Ação Social	95.912,2	95.084,8	102.750,9	99.903,1	99.268,7	97.038,4	99.637,0	101.606,5	97.478,2	96.033,3	97.358,7	100.270,0	1.182.341,8
Outras Prestações	22.834,0	22.848,4	22.822,2	22.916,5	24.643,2	20.843,5	22.692,3	24.865,3	20.802,5	22.576,3	20.493,1	24.658,3	272.995,6
Reenvios	233,2	330,8	293,5	283,5	207,2	207,0	197,9	146,7	174,3	696,6	331,3	271,7	3.373,7
Total Pagamentos TU	1.182.696,9	1.170.743,6	1.187.453,6	1.190.413,3	1.208.757,7	1.320.529,2	1.769.758,9	1.223.689,1	1.166.643,3	1.220.773,0	1.360.354,8	1.841.870,8	15.843.684,1
Total Pagamentos TU sem Reenvios	1.182.463,7	1.170.412,8	1.187.160,1	1.190.129,8	1.208.550,5	1.320.322,2	1.769.561,0	1.223.542,3	1.166.468,9	1.220.076,4	1.360.023,5	1.841.599,1	15.840.310,4

Quadro 24 – Pagamento de prestações sociais – Tesouraria Única

Os montantes devolvidos referentes a pagamentos efetuados no âmbito da TU-CNP totalizaram 19,2 milhões de euros, com a seguinte distribuição mensal:

(Em milhares de euros)

Devoluções TU-CNP	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total 2012
Valores devolvidos	2.046,91	2.397,62	1.795,88	1.580,18	2.153,15	1.409,27	1.501,01	1.981,14	1.521,07	1.586,59	1.202,06	0,00	19.174,89

Quadro 25 – Pagamento de Tesouraria Única - CNP

Salienta-se que estas devoluções resultam de valores não entregues aos pensionistas, sendo, posteriormente, reenviados, anulados ou prescritos.

8. ANÁLISE AO BALANÇO

8.1 Ativo

O quadro abaixo apresentado evidencia as grandes rubricas do Ativo Líquido do IGFSS.IP, referente ao biénio 2012/2011, evidenciando as variações ocorridas em termos absolutos e percentuais.

Balanço Ativo Líquido de Provisões e Amortizações a 31 dezembro 2011-2012

ATIVO	2011	2012	Evolução 2012/2011	
	Valor	Valor	Valor	%
Imobilizado				
Bens domínio Público	0	0	0	
Imobilizações Incorpóreas	0	0	0	
Imobilizações Corpóreas	8.990.644,12	3.140.950,18	-5.849.693,94	-65,06%
Investimentos Financeiros	75.352.341,59	142.733.589,57	67.381.247,98	89,42%
Sub-total (1)	84.342.985,71	145.874.539,75	61.531.554,04	72,95%
Circulante/Existências	122.285,34	109.015,81	-13.269,53	-10,85%
Dividas de terceiros				
Empréstimos concedidos	0	0	0	
Clientes contribuintes utentes c/c	3.243.032.547,21	4.148.614.636,48	905.582.089,27	27,92%
Clientes contribuintes utentes cob.duvidosa	258.388.272,02	243.941.930,58	-14.446.341,44	-5,59%
Outros	569.896.174,68	431.426.176,70	-138.469.997,98	-24,30%
Sub-total (2)	4.071.316.993,91	4.823.982.743,76	752.665.749,85	18,49%
Títulos Negociáveis	0	1.122.436.000,00	1.122.436.000,00	0
Depósitos Bancários e caixa				
Depósitos em Instituições Financeiras	1.789.456.583,02	686.672.264,15	-1.102.784.318,87	-61,63%
Caixa	51.715,60	22.181,80	-29.533,80	-57,11%
Tesouro	0	0	0	
Sub-total (3)	1.789.508.298,62	686.694.445,95	-1.102.813.852,67	-61,63%
Acréscimos e Diferimentos				
Acréscimos de proveitos	34.130.517,36	32.835.563,60	-1.294.953,76	-3,79%
Custos diferidos	593.951,03	638.554,60	44.603,57	7,51%
Sub-total (4)	34.724.468,39	33.474.118,20	-1.250.350,19	-3,60%
TOTAL DO ATIVO	5.980.015.031,97	6.812.570.863,47	832.555.831,50	13,92%

Quadro 26 – Balanço - Ativo

O Ativo líquido do IGFSS.IP apresenta em 2012 um acréscimo de 13,92% relativamente a igual período de 2011, ascendendo a uma variação de 832.555.831,50€, conforme se verifica no quadro supra indicado, sendo que para tal resultado concorreram principalmente:

- o O aumento dos “Investimentos financeiros” no valor de 61.531.554,04€, correspondendo a um acréscimo de 72,95%, relativamente a 2011, sendo que para tal concorre exclusivamente o depósito a prazo a 7 anos constituído no Montepio Geral no âmbito do fomento da economia social;
- o O aumento das dívidas a receber de “Clientes contribuintes utentes c/c” no valor de 905.582.089,27€, correspondendo às dívidas de contribuintes e fundo garantia de alimentos a menores;
- o A rubrica “Outros”, que engloba todas as dívidas de terceiros não contribuintes, apresenta uma variação negativa de 138.469.997,98€ face a 2011, para a qual contribuem: a transferência, para o ISS.IP, da dívida do Ministério da Saúde à Caixa dos TLP no valor de 88.652.877,04€ e a redução, face a 2011, do saldo da conta 268241522 – Adiantamentos de AFP no valor de 45.372.648,79€, a qual regista um decréscimo de 36,6% no que se refere a adiantamentos concedidos no âmbito do QCAIII no final de 2011;
- o Aplicação financeira em CEDIC’s em 31 de dezembro de 2012 no valor total de 1.122.436.000,00€;
- o A redução do valor total de 1.102.784.318,87€ em depósitos em instituições financeiras.

Seguidamente é apresentado, com maior detalhe, a evolução das rubricas que compõem o Ativo.

IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS E CORPÓREAS E INVESTIMENTOS FINANCEIROS

As imobilizações são registadas no IGFSS.IP com base nos critérios de valorimetria definidos no POCISSSS, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 12/2002, de 25 de janeiro.

As imobilizações corpóreas encontram-se evidenciadas ao custo de aquisição ou de produção, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, deduzido das amortizações acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, e registadas por contrapartida da rubrica "Amortizações" do exercício.

A respeito das amortizações, o exercício de 2012 regula-se pela aplicação do disposto no Decreto-Regulamentar n.º 2/90 para os bens adquiridos até 2001 (exclusive), prosseguindo esse regime até ao final da vida útil dos bens. Aos bens adquiridos em 2001 e anos subsequentes aplica-se o definido na Portaria n.º 671/2000 (II Série) de 17 de abril, que aprovou as instruções regulamentadoras do cadastro e inventário dos bens do Estado (CIBE) e respetivo classificador geral, contendo ainda as taxas de depreciação a aplicar a esses bens.

Análise Evolutiva do Imobilizado em 31 dezembro

2011 -2012

	Exercícios							
	2011		2012		2012		Variação Absoluta	Variação %
	AL	Peso relativo	AB	AP	AL	Peso relativo		
421-Terrenos e recursos naturais	3.487.653,68	4,14%	138.765,00	0,00	138.765,00	0,10%	-3.348.888,68	-96,02%
422-Edifícios e outras construções	4.645.003,01	5,51%	3.812.460,76	1.276.658,63	2.535.802,13	1,74%	-2.109.200,88	-45,41%
423-Equipamento básico	233.207,87	0,28%	2.749.521,41	2.548.871,58	200.649,83	0,14%	-32.558,04	-13,96%
424-Equipamento de transporte	0,00	0,00%	762.282,50	762.282,50	0,00	0,00%	0,00	
425-Ferramentas e utensílios	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	
426-Equipamento administrativo	319.770,01	0,38%	1.113.678,45	851.321,11	262.357,34	0,18%	-57.412,67	-17,95%
427-Taras e vasilhame	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	
429-Outras imobilizações corpóreas	3.734,12	0,00%	849.083,24	845.707,36	3.375,88	0,00%	-358,24	-9,59%
442-Imobilizações em curso	301.275,43	0,36%	0,00	0,00	0,00	0,00%	-301.275,43	0,00%
448-Adiantamentos por conta de imob.c	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	
Total Imobilizações corpóreas	8.990.644,12	10,66%	9.425.791,36	6.284.841,18	3.140.950,18	2,15%	-5.849.693,94	-65,06%
411-Partes de capital	931.955,61	1,10%	3.682.512,67	2.363.888,38	1.318.624,29	0,90%	386.668,68	41,49%
412-Obrigações e títulos de participa	0,00	0,00%	203.170,36	203.170,36	0,00	0,00%	0,00	
413-Empréstimos de financiamento	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	
414-Investimentos em imóveis	74.359.120,52	88,16%	88.689.835,12	9.849.110,07	78.840.725,05	54,05%	4.481.604,53	6,03%
415-Outras aplicações financeiras	61.265,46	0,07%	62.753.056,03	178.815,80	62.574.240,23	42,90%	62.512.974,77	102036,24%
441-Imobilizações em curso	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	
447-Adiantam. por conta invest.financ	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	
Total Investimentos Financeiros	75.352.341,59	89,34%	155.328.574,18	12.594.984,61	142.733.589,57	97,85%	67.381.247,98	89,42%
Total do Imobilizado	84.342.985,71		164.754.365,54	18.879.825,79	145.874.539,75		61.531.554,04	72,95%

Quadro 27 – Balanço – Imobilizado

Da análise ao quadro supra verifica-se que, no biénio 2012/2011, o imobilizado cresceu 72,95%, tendo concorrido para este crescimento a variação positiva dos Investimentos Financeiros em 67.381.247,98€, isto é mais 89,42% do que em 2011.

A rubrica de investimentos em imóveis, em 2012 e 2011, apresenta o maior peso relativo no total dos investimentos financeiros, 97,85% e 89,34% respetivamente. Contudo, acréscimo verificado no conjunto das imobilizações corpóreas e dos investimentos financeiros face a 2011 deve-se, fundamentalmente, ao depósito a prazo constituído no Montepio Geral no âmbito da economia social no valor de 62.500.00,00€.

No que concerne à rubrica de imobilizado corpóreo, o seu decréscimo deve-se sobretudo à reclassificação efetuada no imobilizado, tendo sido transferido, em 2012, 7.221.478,13€ de imobilizações corpóreas para investimentos financeiros.

Em 2012 as dações de imóveis em cumprimento de dívidas à Segurança Social ascenderam a 6.840.948,80€, refletindo um aumento na rubrica de investimentos financeiros. Contudo, este acréscimo foi praticamente todo absorvido pelo abate de imóveis registados no ano mas fruto de alienações concretizadas em 2012 e de regularizações (abate) a alienações concretizadas em anos anteriores, no montante total de 7.859.056,99€.

A aquisição de equipamento básico, representou em termos líquidos um decréscimo de 32.558,04€.

A transferência do imobilizado do ISS.IP - terrenos e recursos naturais - para o balanço do IGFSS.IP foi, em 2012, no valor total de 1.020.383,91€. Os decréscimos verificados nas outras rubricas, que compõem o imobilizado corpóreo, devem-se a abates e regularizações efetuadas no âmbito do processo de inventariação.

Ao nível das amortizações, verifica-se um decréscimo na rubrica do imobilizado corpóreo e um acréscimo na rubrica de investimentos financeiros, refletindo o reajustamento nas rubricas do imobilizado ocorrido em 2012.

Análise Evolutiva das amortizações do exercício
2011 -2012

Designação	2011	2012	Desvio absoluto	Variação %
Euros				
Amortizações em Imobilizações corpóreas				
Edifícios e outras construções	213.204,95	133.414,57	-79.790,38	-37,42%
»Sem terreno subjacente	8.656,73	36.535,83	27.879,10	322,05%
»Com terreno subjacente	204.548,22	96.878,74	-107.669,48	-52,64%
Equipamento básico	60.388,93	74.134,55	13.745,62	22,76%
»Equipamento informático.	55.585,13	69.505,86	13.920,73	25,04%
»Maquinaria e equipamento social.	4.795,54	4.628,69	-166,85	-3,48%
»Equipamento de escritório e reprografi	0	0	0,00	#DIV/0!
»Mobiliário.	8,26	0,00	-8,26	-100,00%
Equipamento administrativo.	88.015,15	72.047,94	-15.967,21	-18,14%
Outras imobilizações corpóreas.	465,91	358,24	-107,67	-23,11%
Sub-total (1)	362.074,94	279.955,30	-82.119,64	-22,68%
Amortizações em Investimentos Financeiros				
Habitacões Renda social	60.002,73	61.462,29	1.459,56	2,43%
»Sem terreno subjacente	1.503,61	1.426,33	-77,28	-5,14%
»Com terreno subjacente	58.499,12	60.035,96	1.536,84	2,63%
Habitacões Renda livre	596.982,85	682.368,04	85.385,19	14,30%
»Sem terreno subjacente	198.486,68	208.513,51	10.026,83	5,05%
»Com terreno subjacente	398.496,17	473.854,53	75.358,36	18,91%
Edifícios Serviços	4,14	97.249,76	97.245,62	2.348.928,02%
»Sem terreno subjacente	4,14	2.147,21	2.143,07	51764,98%
»Com terreno subjacente	0	95.102,55	95.102,55	NA
Edifícios outros	125.710,71	118.112,25	-7.598,46	-6,04%
»Com terreno subjacente	77.609,83	72.930,09	-4.679,74	-6,03%
»Sem terreno subjacente	48.100,88	45.182,16	-2.918,72	-6,07%
Sub-total (2)	782.700,43	959.192,34	79.246,29	22,55%
Total (3)= (1)+(2)	1.144.775,37	1.239.147,64	-2.873,35	

Quadro 28 – Balanço - Amortizações do Exercício

Relativamente aos Investimentos Financeiros, Partes de Capital, Obrigações e Títulos de Participação – valor líquido de provisões acumuladas – verifica-se um decréscimo de 386.668,68€, comparativamente a 2011, correspondendo à variação das provisões, sobre as quais, importa assim referir (ver quadro abaixo indicado):

- o O aumento do valor líquido dos Títulos da Dívida Pública – Consolidados, no montante de 12.974,77€, decorrente da anulação em 2012 das provisões constituídas, uma vez que o valor de mercado destes títulos acusa em 31 de dezembro de 2012 uma melhoria

quando comparado ao ano anterior;

- o Que as Obrigações e Títulos de Participação detidos pelo IGFSS se encontram totalmente provisionados, uma vez que as empresas, C^o Minas Ouro Penedono e Soc. Hidro – Elect. Revué se encontram em processo de falência e como tal o seu valor de mercado é igual a zero;
- o Relativamente às “Partes de Capital”, o decréscimo de 617.670,30€ no seu valor líquido, face a 2011, deve-se por um lado ao reforço, em 2012, da provisão constituída relativamente às ações da empresa Fundo para a Revitalização e Modernização do Tecido Empresarial, SGPS, SA (FRME) no montante de 203.082,64€ uma vez que, a 31 de dezembro de 2012 o valor de mercado era inferior ao valor de aquisição e por outro lado, à anulação de provisões na sequência quer da alienação das ações das empresas SONEFE e FMN no montante de 138.996,00€ e 92.005,62€ respetivamente e à anulação das provisões das ações da empresa Monte d’Alva (antiga DILOP), por o valor de mercado ser superior ao valor de aquisição.

Quadro das Ações e Títulos da Dívida Pública

Natureza	Valor Aquisição (VA) (1)	Valor de Mercado (VM) (2)	Diferença (3)=(1)-(2)	Participação	Provisão (4)	Provisões no Ano de 2011 (5)	Reforço/Anulação de Provisões durante o ano de	Reforço/Anulação de Provisões a 31/12/2012	Total de Provisões em 2012 (18)=(7)+(8)+(9)	Observações
Ações										
Balanco de débito - BES										
C* Minus Ouro Ferredora	57.385,00	0,00	57.385,00	N/D	57.385,00	57.385,00	0,00	0,00	57.385,00	O valor de mercado é igual a zero, uma vez que a empresa se encontra em processo de falência. Foram efectuadas instâncias no sentido de averiguar o ponto de situação do referido processo. Sem resposta à data de fecho.
Soc. Hidro - Elect Revul	268.069,10	0,00	268.069,10	N/D	268.069,10	268.069,10	0,00	0,00	268.069,10	O valor de mercado é igual a zero, uma vez que a empresa se encontra em processo de falência. Foram efectuadas instâncias no sentido de averiguar o ponto de situação do referido processo. Sem resposta à data de fecho.
Balanco de débito - BBPI										
C. Finanças "ligadas"	2.495,00	4.661,25	-2.166,25	0,17%	0,00	945,00	0,00	-945,00	0,00	VM>VA
Balanco de débito - CDD										
Margueta, S.A.*	5.114,75	6.037,25	-922,50	1,02%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	VM>VA
FRME (D 1000004)*	2.495.000,00	615.000,00	1.880.000,00	3,07%	1.880.000,00	1.490.000,00	0,00	190.000,00	1.880.000,00	VM<VA - Reforço de Provisões
FRME (D 1000007)*	171.795,72	42.366,44	129.449,28	3,6%	129.449,28	116.366,64	0,00	13.082,64	129.449,28	VM<VA - Reforço de Provisões
Coimbra, S.A.*	18.035,00	0,00	18.035,00	36,07%	18.035,00	18.035,00	0,00	0,00	18.035,00	O valor de mercado é igual a zero, uma vez que as capitais próprios da empresa são negativos
Sanefe	138.996,00	0,00	138.996,00	N/D	138.996,00	138.996,00	0,00	-138.996,00	0,00	Abate das ações
FNAM, S.A.	92.005,62	0,00	92.005,62	N/D	92.005,62	92.005,62	-92.005,62	0,00	0,00	Abate das ações
Munic. Distrito	609.668,18	607.366,44	2.301,74	3,07%	0,00	990.636,32	0,00	-990.636,32	0,00	VM>VA - Anulação de Provisões
Adrexe	24.450,00	14.000,00	10.450,00	6,36%	10.450,00	9.100,00	0,00	1.350,00	10.450,00	VM<VA
Total	3.913.514,29	1.339.391,26	2.574.122,91		2.594.890,00	2.981.558,68	-92.005,62	-525.664,68	2.363.888,38	c. reser. 4910000000
Obrigações s/garantia										
Balanco de débito - BES										
C* Minus Ouro Ferredora 3%	124.699,48	0,00	124.699,48		124.699,48	124.699,48	0,00	0,00	124.699,48	O valor de mercado é igual a zero, uma vez que a empresa se encontra em processo de falência. Foram efectuadas instâncias no sentido de averiguar o ponto de situação do referido processo. Sem resposta à data de fecho.
Soc. Hidro - Elect Revul	78.470,88	0,00	78.470,88		78.470,88	78.470,88	0,00	0,00	78.470,88	O valor de mercado é igual a zero, uma vez que a empresa se encontra em processo de falência. Foram efectuadas instâncias no sentido de averiguar o ponto de situação do referido processo. Sem resposta à data de fecho.
Total	203.170,36	0,00	203.170,36		203.170,36	203.170,36	0,00	0,00	203.170,36	c. reser. 4920000000
Títulos de Dívida Pública										
Balanco de débito - CDD										
Consolidado 2,75%	29.804,42	30,0%	6.941,30	20.863,09	20.863,09	18.021,67	0,00	2.801,42	20.863,09	Cotações retiradas do extracto da CGD à data de 31/12/2012
Consolidado 3%	49.661,22	27,1%	13.498,19	36.203,03	36.203,03	39.952,45	0,00	-3.749,42	36.203,03	Cotações retiradas do extracto da CGD à data de 31/12/2012
Consolidado 3,5%	4.728,34	23,0%	1.182,09	3.546,25	3.546,25	3.792,67	0,00	-236,42	3.546,25	Cotações retiradas do extracto da CGD à data de 31/12/2012
Consolidado 4%	168.862,65	30,0%	50.698,62	118.203,43	118.203,43	130.023,78	0,00	-11.820,35	118.203,43	Cotações retiradas do extracto da CGD à data de 31/12/2012
Total	253.056,63		74.240,23	178.815,80	178.815,80	191.790,57	0,00	-12.974,77	178.815,80	c. reser. 4950000000

Quadro 29 – Balanço - Ações e Títulos da Dívida Pública

DÍVIDAS DE TERCEIROS

Análise Evolutiva das dívidas de terceiros

2011 -2012

Dívidas de Terceiros	Exercícios									
	2011		2012				Variação		Variação	
	AL	Peso relativo	AB	AP	AL	Peso relativo	Absoluta	Percentual		
2812+2822-Empréstimos concedidos	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00		
212 - Contribuintes c/c	0,00	0,00%	2.429.380.001,91	0,00	2.429.380.001,91	90,21%	2429380001,91	-		
218-Clientes contr e utent cobrança d	140.190.436,41	39,95%	3.024.045.599,30	2.890.723.601,64	133.321.997,66	4,85%	-6.868.438,75	-4,90%		
268-Outros devedores	210.742.394,03	80,05%	134.531.636,21	4.331.984,20	130.199.652,02	4,83%	-80.542.742,02	-38,22%		
Total das dívidas de Terceiros ML Prazo	358.932.830,44	8,62%	5.587.957.237,42	2.895.855.585,84	2.692.981.651,59	55,82%	2.341.968.821,15	667,36%		
2811+2821-Empréstimos concedidos	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00		
218-Clientes contr e utent cobrança d	118.197.835,61	3,18%	147.493.243,90	36.873.310,98	110.619.932,92	5,19%	-7.577.902,69	-6,41%		
211-Clientes, c/c	12.455.296,40	0,33%	13.158.464,07	0,00	13.158.464,07	0,62%	703.167,67	5,65%		
212-Contribuintes, c/c	3.230.577.250,81	86,83%	1.706.076.170,50	0,00	1.706.076.170,50	80,06%	-1.524.501.080,31	-47,19%		
213-Litentes, c/c	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00		
214-Clientes, contrib e utentes - Tit	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00		
229-Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00		
2619-Adiantam fornecedores de imobil	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00		
24-Estado e outros entes públicos	153,00	0,00%	153,00	0,00	153,00	0,00%	0,00	0,00%		
265-Prestações Sociais a repór	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00		
262+263+267+268-Outros devedores	359.153.627,65	9,65%	301.311.513,40	85.141,72	301.226.371,69	14,13%	-57.927.255,97	-16,13%		
Total das dívidas de Terceiros Curto Prazo	3.720.384.163,47	91,38%	2.168.039.544,87	36.958.452,70	2.131.081.892,18	44,18%	-1.589.302.071,38	-42,72%		
Total das dívidas de Terceiros	4.071.316.993,91		7.755.996.782,29	2.932.014.038,53	4.823.982.743,76		752.665.748,85	18,49%		

Quadro 30 – Balanço - Dívidas de Terceiros

DÍVIDAS DE TERCEIROS A MÉDIO E LONGO PRAZO

No biénio 2012/2011, no cômputo total das dívidas de terceiros, o peso relativo das dívidas a receber de curto prazo regista um decréscimo de 47,2pp enquanto que a expressão relativa das dívidas de MLP regista um acréscimo de 47,2pp. Esta variação deve-se sobretudo ao facto do valor das dívidas de contribuintes com acordo se apresentar, em 2012, distribuída entre curto prazo (2.429.380.001,91€) – valor este correspondente às prestações de acordos que se vencem no ano de 2013 – e médio/longo prazo, no que se refere às restantes prestações de acordos.

No âmbito da análise à evolução das dívidas a receber de médio/longo prazo importa referir que:

- o As dívidas de médio e longo prazo, na qual se inclui as dívidas de contribuintes e outros devedores constituídas há mais de 1 ano e as dívidas de contribuintes tituladas por acordos, cujas prestações se irão vencer apenas a partir de janeiro de 2014 apresentam, em 2012, um valor líquido de provisões de 2.692.901,59€, refletindo um acréscimo de 667,36% face a igual período de 2011 (vide quadro seguinte). Este acréscimo resulta de ter sido considerado como dívida de MLP a dívida de acordos que se irá vencer a partir de janeiro de 2014, sendo que, em 2011, a dívida dos contribuintes objeto de acordo foi integralmente considerada em “dívidas a receber curto prazo”;
- o As dívidas dos beneficiários – valor líquido de provisões - do Fundo Garantia de Alimentos a Menores (FGAM) acusam em 2012, um acréscimo de 845.635,33€, isto é, mais 9,85%, comparativamente a 2011.

Análise evolutiva da dívida de MLP de “Contribuintes” e “FGAM”

Valor líquido de provisões

2011 - 2012

Euros

Clientes e contribuintes de MLP - 2012						
Designação	2011	2012			Variação	Variação
	Valor Líquido	Valor Bruto	Valor da Provisão	Valor Líquido	Absoluta	%
Total de Contribuintes	131.605.291,73	5.328.963.975,71	2.775.692.756,15	2.553.271.219,56	2.421.665.927,83	1840,10%
FGAM	8.585.144,68	124.461.625,50	115.030.845,49	9.430.780,01	845.635,33	9,85%
Total de grandes devedores	140.190.436,41	5.453.425.601,21	2.890.723.601,64	2.562.701.999,57	2.422.511.563,16	1728,01%

Quadro 31 – Balanço MLP – Conta 218 – MLP

- o A rubrica “Outros Devedores” de MLP, a 31 de dezembro de 2012, apresenta o valor líquido de provisões de 130.199.652,02€, registando uma diminuição de 80.542.742,02€, isto é, menos 38,22% que em igual período de 2011, refletindo nomeadamente a transferência para o ISS.IP da dívida do Ministério da Saúde à Caixa do Pessoal dos TLP, no âmbito dos encargos com despesas de saúde dos beneficiários que passaram a partir de 1979, para a responsabilidade do Orçamento de Estado no montante de 88.652.877,04€ - (note-se que, na sequência da recomendação do Tribunal de Contas o IGFSS.IP teve que proceder à anulação da regularização efectuada em 2011 no montante total de 4.126.181,49€).

Análise Evolutiva – Outros devedores MLP (Conta 268*)

2011 – 2012

Euros						
Outros devedores MLP						
Designação	2011	2012			Variação Absoluta	Variação %
	Valor Líquido	Valor Bruto	Valor da Provisão	Valor Líquido		
Remunerações a repor	526,70	39.428,58	39.320,05	108,53	-418,17	-79,39%
Rendas	148.824,59	4.384.319,87	4.223.503,89	160.815,98	11.991,39	8,06%
Juros devedores	153,44	-	-	-	-153,44	-
Situações em litígio APPC e SOEMS	-	69.160,26	69.160,26	-	0,00	-
Ministério da Defesa - Fundo Antigo	28.243.975,10	30.662.846,27	-	30.662.846,27	2.418.871,17	8,56%
Ministério da Agricultura e Pescas	84.519.452,26	84.519.452,26	-	84.519.452,26	0,00	0,00%
Direcção Regional de Segurança S	1.825.029,00	1.825.029,00	-	1.825.029,00	0,00	0,00%
Minist. Saúde	84.526.695,55	2.071.474,69	-	2.071.474,69	-82.455.220,86	-97,55%
Empréstimos à C.P.P. dos C. F. Bend	5.714.939,29	5.714.939,29	-	5.714.939,29	0,00	0,00%
DAFSE	5.072.923,61	4.565.129,55	-	4.565.129,55	-507.794,06	-10,01%
Casa da Imprensa	689.874,49	679.856,44	-	679.856,44	-10.018,05	-1,45%
Total de grandes devedores	210.742.394,03	134.531.636,21	4.331.984,20	130.199.652,02	-80.542.742,02	-38,22%

Quadro 32 – Balanço - Outros Devedores MLP

Em 2012, das dívidas a receber e em análise, no cômputo total de 130.038.727,50€ (valores líquido de provisão) importa ainda referir:

- Dívida da APPC – Está em curso a celebração de um acordo prestacional;
- Dívida do Ministério da Defesa Nacional - Fundo dos Antigos Combatentes – Em 2012, a dívida a receber há mais de um ano sofreu o agravamento de 2.418.871,17€, correspondente aos “Benefícios” pagos em 2011 mas relativos ainda ao período de 2004 a 2008.

Em suma, a dívida com maturidade superior a 1 ano, a receber à data de 31 de dezembro de 2012, do MDN – FAC é no montante de 30.662.846,27€, e subdivide-se em:

“Benefícios” pagos em 2010 e 2011 relativos ainda ao período de 2004 a 2008: 2.875.291,83€

“Benefícios pagos a Antigos Combatentes” referente ao período 2004-2006: 27.787.554,44€

TOTAL 30.662.846,27€

É ainda de referir que a dívida relevada em 2012, referente ao período de dezembro de 2011 a novembro de 2012 cifra-se em 696.534,39€, a qual se encontra refletida em dívidas a terceiros de curto prazo.

- Dívida do Ministério da Agricultura no montante de 84.519.452,26€ – está em curso o processo de análise aos códigos de classificação de regimes incluídos, procedimento indispensável à aferição do valor da dívida registada;
- Dívida da Direção Regional do Trabalho e Qualificação Profissional da Região Autónoma dos Açores relativa a encargos com o subsídio de desemprego no período de 1 de maio de 1981 a dezembro de 1984, no montante de 1.825.029,00€ – aguarda-se a regularização da dívida solicitada recentemente ao RA Açores;
- Dívida do Ministério da Saúde, indemnizações pagas às Misericórdias nos anos 1981 e 1982, no montante de 406.086,33;
- Dívida do Ministério da Saúde, referente aos encargos com a prestação de serviços de saúde associados ao CS com mais de 1 ano no montante total de 1.665.388,36€
- Casa da Imprensa no montante total de 679.856,44€ – foi suspenso em setembro de 2008 a remessa para a Casa da Imprensa do valor das retenções efetuadas sobre o valor da faturação aos jornais. Por outro lado, foram celebrados adendas ao Protocolo no âmbito da faturação do ISS.IP, à exceção do Jornal “Público” que respondeu negativamente; quanto aos restantes, o IGFSS.IP não logrou obter resposta por não concordarem com o seu teor, não sendo possível ao ISS.IP proceder às respetivas retenções. O IGFSS.IP está a dar cumprimento à recomendação do Tribunal de Contas procedendo à regularização do valor em dívida com as retenções efetuadas e prestando contas trimestralmente ao Tribunal de Contas.

DÍVIDAS DE TERCEIROS DE CURTO PRAZO

Em 2012, as dívidas de terceiros de curto prazo – valor líquido de provisões acumuladas - assumem um decréscimo de 1.589.303.071,30€, representado um variação negativa de 42,72% quando comparada com 2011.

Concorre para esta variação, a reclassificação da dívida de acordos em curto e médio e longo prazo de acordo com a data de vencimento das prestações. Em 2012, optou-se por estratificar esta dívida da seguinte forma:

Foram consideradas dívida de médio e longo prazo :

- Prestações vencidas e não pagas antes de 01 de janeiro de 2012
- Prestações vincendas depois de 01 de janeiro de 2014

Foram consideradas dívidas de curto prazo:

- Prestações vencidas e não pagas de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2012
- Prestações vincendas de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2013

Contribuindo, desta forma, para a transferência de parte da dívida que, em 2011, se encontrava relevada em curto prazo para médio e longo prazo.

Concorre, nomeadamente, para o decréscimo registado na rubrica “outros devedores” a redução do valor dos adiantamentos concedidos no âmbito das Ações de Formação Profissional, menos 45.372.648,79€, e por, em 2012, não existirem valores a receber das região autónoma dos Açores e da DGT relativamente aos desalojados das ex-colónias portuguesas, os quais em 2011 tinham assumido o valor de 2,2M€ e 4,1M€, respetivamente.

Análise Evolutiva das dívidas de terceiros curto prazo

2011 – 2012

Dívidas de Terceiros a Curto Prazo	Exercício						Variação Absoluta	Variação Percentual
	2011		2012		AL	Peso relativo		
	AL	Peso relativo	AB	AP				
2811+2821-Empréstimos concedidos	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
218-Clientes contr e utent cobrança duvidosa	118.197.835,61	2,90%	147.493.243,90	36.873.310,98	110.619.932,92	2,29%	-7.577.902,69	-6,41%
211-Clientes, c/c	12.455.296,40	0,31%	13.158.464,07	0,00	13.158.464,07	0,27%	703.167,67	-
212-Contribuintes, c/c	3.230.577.250,81	79,35%	1.706.076.170,50	0,00	1.706.076.170,50	35,37%	-1.524.501.080,31	-47,19%
213-Utentes, c/c	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
214-Clientes, contrib e utentes - Títulos	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
229-Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
2619-Adiantam fornecedores de imobilizado	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
24-Estado e outros entes públicos	153,00	0,00%	153,00	0,00	153,00	0,00%	0,00	-
265-Prestações Sociais a repór	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
262+263+267+268-Outros devedores	359.153.627,65	8,82%	301.311.513,40	85.141,72	301.226.371,69	6,24%	-57.927.255,97	-16,13%
Total das dívidas de Terceiros Curto Prazo	3.720.384.163,47	91,38%	2.168.039.544,87	36.958.452,70	2.131.081.092,18	44,18%	-1.589.303.071,30	-142,72%
Total das dívidas de Terceiros	4.071.316.993,91		7.755.996.782,29	2.932.014.038,53	4.823.982.743,76		752.665.749,85	

Quadro 33 – Balanço - Dívidas de Terceiros a Curto Prazo

Como pode observar-se no quadro supra, em 31 de dezembro de 2012, o montante total líquido de provisões acumuladas registado em “Dívidas de Terceiros de Curto Prazo” é de 2.131.081.092,18€ no qual assumem as rubricas de “Clientes Contribuintes e Utentes de cobrança duvidosa” o peso relativo de 2,29%, “Contribuintes c/c” 35,37% e Outros devedores de 6,24%, do total das dívidas de terceiros.

Para a redução das dívidas a terceiros de curto prazo no montante total de 57.927.255,97€, concorre nomeadamente:

- A regularização dos adiantamentos concedidos no âmbito das Acções de Formação Profissional, 45.372.648,79€;
- A regularização do valor a receber do ministério das finanças referente aos reembolsos das pensões pagas aos desalojados das ex-colónias, 4.175.788,96€;

- A regularização em 2012 do valor a receber da RAA referente à devolução de disponibilidades de 2011, no montante total de 2.200.000,00€.

Nas dívidas a curto prazo, objeto de provisionamento, incluem-se todas as dívidas cuja maturidade é inferior a um ano e superior a 6 meses, apresentando em 2012 a seguinte desagregação:

Análise Evolutiva das dívidas de terceiros curto prazo provisionadas no biénio 2011/2012

Designação	2011	2012		Euro		
	Valor Líquido	Valos Bruto	Valor da Provisão	Valor Líquido	Variação Absoluta	Variação %
Total de Contribuintes	108.588.440,19	135.102.268,76	33.775.567,19	101.326.701,57	- 7.261.738,62	-6,69%
FGAM	9.609.395,42	12.390.975,14	3.097.743,79	9.293.231,35	- 316.164,07	-3,29%
Sub Total	118.197.835,61	147.493.243,90	36.873.310,98	110.619.932,92	-7.577.902,69	-6,41%
Rem.a repos	324,23	16.649,04	4.162,26	12.486,78	12.162,55	3751,21%
Rendas	185.412,67	323.768,65	80.942,17	242.826,48	57.413,81	30,97%
Juros devedores	17,03	149,12	37,28	111,84	94,81	-
Sub Total	185.736,90	340.417,69	85.141,71	255.313,26	69.576,36	37,46%
Total dos Totais	118.383.572,51	147.833.661,59	36.958.452,69	110.875.246,18	-7.508.326,33	

Quadro 34 – Balanço – Desagregação das dívidas de cobrança duvidosa

No cômputo total das dívidas a receber de curto prazo, em 2012, as dívidas de contribuintes apresentam um decréscimo de 1.524.501.080,31€ comparativamente a 2011, pela razão já referida anteriormente.

É ainda de referir que as dívidas de contribuintes participadas a SEF com maturidade inferior a um ano mas superior a 6 meses, sem estarem abrangidas por acordo prestacional, registaram um decréscimo em termos líquidos de 7.577.902,69€, menos 6,69% do que em igual período de 2011.

As dívidas ao Fundo Garantia de Alimentos a Menores (FGAM), apresentam uma variação negativa de 3,29%, correspondendo a um decréscimo de 316.164,07€.

TÍTULOS NEGOCIÁVEIS

Em 2012, foram rendibilizados excedentes de tesouraria com suporte em CEDIC's, estando aplicado em 31 de dezembro de 2012, o montante total de 1.122.436.000,00€.

DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA

Os “Depósitos bancários e Caixa” registam, em 2012, um decréscimo de 61,63% relativamente a 2011, isto é, menos 1.102.813.852,67€ que em 2011, sendo que para aquele decréscimo concorreram nomeadamente as aplicações em CEDIC's.

ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS E CUSTOS DIFERIDOS

No cômputo global, as contas 271 e 272 – Acréscimos de Proveitos e Custos Diferidos - registam um decréscimo de 1.250.350,19€, isto é menos 3,60% do que em 2011 – vide quadro 37.

Análise Evolutiva dos Acréscimos e Diferimentos

2011 – 2012

Acréscimos e diferimentos:	Exercícios		Euros	
	2011	2012	Variação	Variação %
			Absoluta	2012/2011
271-Acréscimos de proveitos	34.130.517,36	32.835.563,60	-1.294.953,76	-3,79%
272-Custos diferidos	593.951,03	638.554,60	44.603,57	7,51%
	34.724.468,39	33.474.118,20	-1.250.350,19	-3,60%

Quadro 35 – Balanço – Desagregação dos Acréscimos e Diferimentos

Ao analisar a evolução dos valores registados na conta Acréscimo de Proveitos, verifica-se um decréscimo de 1.250.350,19€ em 2012, quando comparado com igual período de 2011, que se deve ao facto de:

- O GEF em 2012 ter pago o valor das bolsas de dezembro com base numa estimativa;
- Em dezembro de 2012 termos recebido o valor dos encargos com as pensões da Marconi de dezembro de 2012.

Relativamente à rubrica de custos diferidos, realça-se o acréscimo verificado em “Outros custos diferidos”, de 44.603,57€ quando comparado com 2011, resultando a diferença das transferências para Instituições de Segurança Social, nomeadamente para o ISS.IP.

Análise Evolutiva dos acréscimos de proveitos e custos diferidos

2011 - 2012

Conta	Acréscimos de proveitos e custos diferidos	Exercícios		Euros
		2011	2012	Varição 201/2011
		(1)	(2)	Em € (3)=(2)-(1)
Acréscimo de proveitos				
2711000000	Juros a receber	1.278.010,46	293.219,66	-984.790,80
2714000000	Programas	28.074.531,29	29.355.934,85	1.281.403,56
2719000000	Outros acréscimos de proveitos	4.777.975,61	3.186.409,09	-1.591.566,52
Sub total		34.130.517,36	32.835.563,60	-1.294.953,76
Custos diferidos				
2722000000	Rendas adiantadas	49.585,75	45.526,20	-4.059,55
2727000000	Transferências p ^a Instituições de Se	466.189,99	514.859,56	48.669,57
2729000000	Outros custos diferidos	78.175,29	78.168,84	-6,45
Sub total		593.951,03	638.554,60	44.603,57
Total		34.724.468,39	33.474.118,20	-1.250.350,19

Quadro 36 – Balanço - Acréscimos de Proveitos e Custos Diferidos

8.2 Fundos Próprios e Passivo

Análise Evolutiva dos Fundos Próprios e Passivo

2011 – 2012

Euros				
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	2011	2012	Evolução 2012/2011	
	Valor	Valor	Valor	%
FUNDOS PRÓPRIOS				
Património	1.477.597.989,01	1.477.597.989,01	0,00	0,00%
Cedência de activo	-212.063,35	-241.066,24		
Ajustamento de partes capital	0	0	0,00	
Reservas de avaliação	0	0	0,00	
	1.477.385.925,66	1.477.356.922,77	-29.002,89	0,00%
Reservas legais	487.310.891,50	487.310.891,50	0,00	0,00%
Reservas Estatutárias	35.246.675,95	35.375.282,17	128.606,22	0,36%
Doações	2.759,46	2.759,46	0,00	0,00%
Reservas decorrentes da transf. de Activos	-115.315.529,94	-203.357.063,90	-88.041.533,96	-76,35%
RESERVAS	407.244.796,97	319.331.869,23	-87.912.927,74	-21,59%
Resultados transitados	2.269.429.776,87	3.042.142.177,68	772.712.400,81	34,05%
Resultado líquido do exercício	835.663.537,67	865.881.157,34	30.217.619,67	3,62%
	3.105.093.314,54	3.908.023.335,02	802.930.020,48	25,86%
TOTAL DOS FUNDOS PROPRIOS	4.989.724.037,17	5.704.712.127,02	714.988.089,85	14,33%
PASSIVO				
PROVISÕES	145.909,88	277.401,49	131.491,61	90,12%
Fornecedores	26.971,56	209.895,30	182.923,74	678,21%
Estado e outros entes públicos	299.176,80	169.567,42	-129.609,38	-43,32%
Outros	283.161.117,07	284.456.136,49	1.295.019,42	0,46%
DIVIDAS A TERCEIROS	283.487.265,43	284.835.599,21	1.348.333,78	-0,47%
Acréscimos de custos	18.652.288,11	20.529.564,69	1.877.276,58	10,08%
Proveitos diferidos	688.005.531,38	802.216.171,06	114.210.639,68	16,60%
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	706.657.819,49	822.745.735,75	116.087.916,26	16,43%
TOTAL DO PASSIVO	990.290.994,80	1.107.858.736,45	117.567.741,65	11,87%
TOTAL DOS FUNDOS PROPRIOS E PASSIVO	5.980.015.031,97	6.812.570.863,47	832.555.831,50	13,92%

Quadro 37 – Balanço - Fundos Próprios e Passivo

Como se pode constatar no quadro supra os Fundos Próprios apresentam em 2012 um acréscimo 714.988.089,85€, isto é, mais 14,33% face a 2011, para o qual concorreu, nomeadamente, a variação nos “Resultados transitados” em 772.712.400,81€, (34,05%), nos “Resultados líquidos” em (+)30.217.619,67€ (+3,62%) e na rubrica de reservas decorrentes da transferência de ativos em menos 88.041.533,96€ (-21,59%).

PATRIMÓNIO

Em 2012, o “Património” teve um decréscimo de 29.002,89€ face ao mesmo período homólogo de 2011, na sequência da cedência de activos.

RESERVAS

Em relação às “Reservas”, verifica-se em 2012 um decréscimo de 21,59%, no valor de 87.912.927,74€, decorrente da:

- Transferência para o ISS.IP da dívida, no montante de 88.167.715,45€ do Ministério da Saúde à ex-Caixa de Previdência do Pessoal dos Telefones de Lisboa e do Porto, relativa a encargos com despesas de saúde dos beneficiários que passaram a partir de 1979 para a responsabilidade do Orçamento de Estado para o ISS.IP, na sequência da recomendação do Tribunal de Contas;
- Incorporação, nas “Reservas estatutárias”, dos resultados dos Fundos Especiais de 2011, no montante de 218.606,22€;
- Transferência de imobilizações corpóreas obtida do ISS.IP, no montante de 611.343,08€ (DL nº 112/2004).

Análise das Reservas no Ano 2012

			Euro
Conta 57	Saldo Inicial	Movimentos em 2012	Saldo Final
	-407.244.796,97		
Conta 5710000000 - Reservas legais	-487.310.891,50		-487.310.891,50
Conta 5720000000 - Reservas estatutárias	-35.246.675,95		-35.375.282,17
		-128.606,22	
Fundos Especiais 2012		-128.606,22	
Conta 5760000000 - Doações	-2.759,46		-2.759,46
Conta 5770000000 - Reservas decorrentes da transf. de activos	115.315.529,94		203.357.063,90
		88.041.533,96	
Transferências de imobilizado ISS		-611.343,08	
NF 2002/2011 DC-Div. Ministério Saúde/ CX TLP-Parecer		84.526.695,55	
INF 2002/2011 DOC DC - Div. Ministério Saúde/ CX TLP		4.126.181,49	
			-319.331.869,23

Quadro 38 – Balanço – Reservas

Em 2012 procedeu-se ao apuramento do valor dos Fundos Especiais, implicando uma variação do valor das Reservas, conforme quadro abaixo indicado:

Análise dos Fundos Especiais no Ano 2012

				Euro
Análise aos Fundos Especiais				
Conta	Designação	Saldo em		
		2012	2011	Varição 2012/2011
5721111000	Ex-C.S.P. dos Seguros	-15.754.187,22	-14.249.800,03	-1.504.387,19
5721112000	Ex-C.S.P. do Pessoal da Indústria Vidreira	0	0	0,00
5721113000	Ex-C.S.P. do Pessoal da Indústria dos Lanifícios	-6.911.308,67	-6.561.107,52	-350.201,15
5721114000	Ex-C.P. dos Profissionais de Espectáculos	43.528,51	43.528,51	0,00
5721115000	C.P. dos Telefones de Lisboa e Porto	-40.762.924,53	-37.547.063,05	-3.215.861,48
5721117000	Ex-C.P.A.F. dos Serv. Transportes Colect. do Porto	-273.195,79	-290.397,12	17.201,33
5721118000	Federação Cimentos F.C.P.	-7.718.535,15	-7.303.869,93	-414.665,22
5721119000	C.P. do Pessoal da Comp. Carris de Ferro	38.570.441,92	33.116.607,62	5.453.834,30
5721124000	Ex-Grémio Nac. dos Industriais de Fósforos	-46.834,10	-44.808,66	-2.025,44
5721125000	C.P. dos Trabalhadores da EPAL	-2.511.591,83	-2.399.090,46	-112.501,37
5721134000	Fundo de Invalidez das Caixas	-8.514,75	-8.514,75	0,00
5721135000	Fundo de Habitação dos Trabalh. dos Lanifícios	-2.160,56	-2.160,56	0,00
Total		-35.375.282,17	-35.246.675,95	-128.606,22

Quadro 39 – Balanço - Fundos Especiais

RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

O resultado líquido do exercício de 2012 no montante de 865.881.157,34€ apresenta-se positivo, evidenciando um acréscimo de 30.217.619,67€, isto é, mais 3,62%, face a 2011 (para maior detalhe vidé capítulo sobre a Demonstração de Resultados).

RESULTADOS TRANSITADOS

Os Resultados Transitados apresentam uma variação positiva na ordem dos 772.712.400,81€ sendo que 2011 evidenciavam um saldo credor de 2.269.429.776,87€ e, em 2012, apresentam um saldo credor de 3.042.142.177,68€, para o qual concorreu principalmente a transferência do resultado líquido de 2011 (vide quadro seguinte).

Análise dos Resultados Transitados no Ano 2012

Conta 59	Saldo Inicial	Movimentos em 2012	Saldo Final
Conta 59 - Saldo inicial	-2.269.429.776,87		
Conta 5920000000 - Reg. grande significado	2.404.497.324,80		2.467.319.855,44
		62.822.530,64	
Correcção ao saldo da conta 7977-débitos de contribuições (INF. 856/2013)		62.822.530,64	
Conta 5990000000 - Res transitados - Outros	-4.673.927.101,67		-5.509.462.033,12
		-835.534.931,45	
Fundos Especiais 2012		218.606,22	
Correcção Fundos Especiais - Relatório do TC		-90.000,00	
Transferência de Resultado Líquido de 2011		-835.663.537,67	
Conta 59 - Saldo final			-3.042.142.177,68

Quadro 40 – Balanço - Resultados Transitados

Para o acréscimo de Resultados Transitados, contribuem nomeadamente as seguintes regularizações:

- Em 2012, foram registados a débito da conta 592 – Regularizações de grande significado, 62.822.530,64€ referentes à anulação de débitos de contribuintes relativos a anos anteriores, anulação esta gerada em GC e cujos movimentos contabilísticos tinham sido integrados automaticamente na conta 7977 – Correções relativas a anos anteriores;
- O lançamento do apuramento do resultado dos fundos especiais em 2011;
- E, a transferência do resultado líquido do exercício de 2011 no montante total de 835.663.537,67€.

PASSIVO

O Passivo, em 2012, no montante de 1.107.858.736,45€, apresenta um acréscimo de 11,87% em relação ao ano 2011, sendo que as dívidas a terceiros apresentam, em 2012, um peso relativo de 28,63% e os Acréscimos e Diferimentos de 71,36%.

Análise evolutiva do Passivo

2011 – 2012

Item de balanço	Exercícios		Variação %	Variação	Euros
	2011	2012	2012/2011	Absoluta	2011 Peso relativo
Passivo:					
29-Provisões para riscos encargos	145.909,88	277.401,49	90,12%	-131.491,61	100,00%
Dívidas a Terceiros - MLP	0,00	0,00			-
*	145.909,88	277.401,49		131.491,61	0,03%
Dívidas a terceiros - curto prazo:					
23111+23211-Empréstimo por dívida titula	0,00	0,00			
23112+23212-Emprést. por dívida n titula	0,00	0,00			
269-Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00			
221-Fornecedores, c/c	6.880,01	66.830,84	871,38%	59.950,83	0,02%
228-Fornecedores -facturas recepção conf	20.091,55	143.042,32	611,95%	122.950,77	0,05%
222-Fornecedores - títulos a pagar	0,00	0,00		0,00	0,00%
2612-Fornecedores de imobilizado -Titulo	0,00	0,00		0,00	0,00%
252-Credores por execução do orçamento	0,00	0,00		0,00	0,00%
219-Adiantam. de clientes, contrib e ute	0,00	0,00		0,00	0,00%
2611-Fornecedores de imobilizado c/c	0,00	22,14		22,14	0,00%
24-Estado e outros entes públicos	299.176,80	169.567,42	-43,32%	-129.609,38	0,06%
266-Prestações sociais	0,00	0,00		0,00	0,00%
262+263+267+268-Outros credores	283.161.117,07	284.456.136,49	0,46%	1.295.019,42	99,87%
*	283.487.265,43	284.835.599,21	0,48%	1.348.333,78	25,71%
Acréscimos e diferimentos:					
273-Acréscimo de custos	18.652.288,11	20.529.564,69	10,06%	1.877.276,58	2,50%
274-Proveitos diferidos	688.005.531,36	802.216.171,06	16,60%	114.210.639,68	97,50%
*	706.657.819,49	822.745.735,75	16,43%	116.087.916,26	74,26%
Total do Passivo	990.290.994,80	1.107.858.736,45	11,87%	117.567.741,65	16,26%
Total dos fundos próprios e do Passivo	5.980.015.031,97	6.812.599.866,36	13,92%	832.584.834,39	-

Quadro 41 – Balanço - Passivo

DÍVIDAS A TERCEIROS

As dívidas a terceiros de curto, a 31 de dezembro de 2012, registam um aumento de 1.348.333,78€, isto é, mais 0,48% face a 2011, atingindo no ano de 2012 o montante de 284.835.599,21€ nos quais estão incluídos, nomeadamente, os valores:

- A transferir para as ISS's correspondente a prestações sociais a aguardar reenvio aos beneficiários no valor de 230.553.067,70€;
- A pagar a fornecedores, no valor de 66.830,84€;
- A pagar ao Estado e Outros Entes Públicos, no valor de 169.567,42€;

Análise evolutiva das dívidas a pagar ao Estado e a Outros Entes Públicos

2011 – 2012

		Euros			
Conta		2011	2012	Varição absoluta	Varição %
2421100000	»Retenção normal	107.662,00	94.894,00	-12.768,00	-
2422000000	»Trabalho independente	1.043,93	1.794,61	750,68	71,91%
2424000000	»Prediais	7.514,41	6.939,30	-575,11	-7,65%
2425300000	»IRS - Categ H - Pensões Transitórias	0	1.557,00	1.557,00	0,00%
2452100000	»Da entidade empregadora	40.865,66	0,00	-40.865,66	-
2452200000	»Dos trabalhadores	29.966,38	28.195,94	-1.770,44	-5,91%
2453100001	»Da entidade empregadora	74.913,97	0,00	-74.913,97	-
2453200000	»Dos trabalhadores	36.950,84	35.876,97	-1.073,87	-2,91%
2458100000	»Cofres de previdência	240,7	227,24	-13,46	-5,59%
2458220000	»Dos trabalhadores	0	18,02	18,02	0,00%
2458900000	»Outras	18,91	64,34	45,43	240,24%
Total		299.176,80	169.567,42	-129.609,38	76,44%

Quadro 42 – Balanço - Dívidas a pagar ao Estado e a Outros Entes Públicos

Da análise ao quadro anterior pode observar-se que, no cômputo total das dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos estão incluídos os descontos referentes ao mês de dezembro mas só pagos em janeiro de 2013:

- Referentes a vendas por processos executivos (10.170.567,76€) a aguardarem graduação de créditos, refletindo uma variação de menos 13,8% do que em 2011;
- Relativos a penhoras de créditos (13.377.579,87€), isto é mais 27,2% quando comparado com 2011;
- Entrados no âmbito da tesouraria única aguardarem identificação do ISS.IP (11.383.302,29€);
- Referentes ao programa Integrar FSE/OE (2.653.071,35€);
- A devolver à ACSS e outros valores a identificar (4.532.267,82€).

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

O somatório dos “Acréscimos de Custos” com os “Proveitos Diferidos” atingindo 822.745.735,75€ regista um acréscimo de 116.087.916,26€, isto é, mais 16,43% face a 2011, concorrendo para aquele:

- O aumento dos proveitos diferidos no montante de 114.210.639,68€;
- E o acréscimo de custos em 10,06%, isto é, mais 1.877.276,58€ do que em 2011.

No que concerne aos “Proveitos Diferidos”, estes evidenciam uma variação, face ao período homólogo de 2011, de mais 16,60% de que se salienta:

- o O acréscimo de 51.621.218,24€ na rubrica de Ações de Formação Profissional QREN/CPN, decorrente da relevação contabilística da parcela das transferências do OE recebidas para financiamento da componente pública nacional das ações de formação profissional cofinanciadas pelo FSE e ainda não aplicada no respetivo financiamento de despesa;

- o O acréscimo do valor apurado, no programa ações de formação profissional QREN POPH, em 95.101.170,77€, que respeita a valores recebidos do FSE e ainda não aplicados em despesa;
- o O acréscimo verificado nos juros vincendos, no montante total de 22.621.663,75€ resultante da integração em GC/SIF dos acordos de contribuintes com dívida participada a SEF;
- o O acréscimo verificado na rubrica do Fundo Social Europeu - OQC referente a verbas recebidas da União Europeia e não aplicadas em despesa no valor total 6.772.569,06€;
- o O decréscimo na rubrica “Outros proveitos diferidos” no valor de 3.212.956,23€ decorrente da regularização do valor recebido da Estamo por conta da venda de imóveis.

Análise evolutiva aos Acréscimo de Custos e Proveitos Diferidos 2011 – 2012

Conta	Acréscimos de Proveitos	Exercícios		Δ 2012/2011	Δ 2012/2011
		2011	2012	Em €	%
Acréscimo de custos					
2730000000	Remunerações a liquidar	-745.385,07	-804.749,39	59.364,32	7,96%
2737000000	Transferências para Inst. SS - valores a liquidar	-17.691.412,93	-19.461.765,40	1.770.352,47	10,01%
2739900000	Outros acréscimos de custos	-215.490,11	-263.049,90	47.559,79	22,07%
Sub total		-18.652.288,11	-20.529.564,69	1.877.276,58	10,06%
Proveitos diferidos					
2741100000	Juros Vincendos de Contribuintes	-4.335.828,27	-26.957.492,02	22.621.663,75	521,74%
2742000000	Rendas recebidas adiantadamente	-140.559,64	-171.500,83	30.941,19	22,01%
2744116100	QREN - POPH	-153.861.172,07	-248.962.342,84	95.101.170,77	61,81%
2744116200	POAT	-1.379.928,47	-540.677,98	-839.250,49	-60,82%
2744116300	POAT / RAA	0,00	-138.151,25	138.151,25	
2744116400	POAT / RAM	-557.927,01	-131.780,10	-426.146,91	-76,38%
2744211000	QREN	-1.591.878,04	-53.213.096,28	51.621.218,24	3242,79%
2744212000	OQC	-59.052.461,76	-56.905.956,57	-2.146.505,19	-3,63%
2747400000	Fundo Social Europeu	-52.546.594,74	-59.319.163,80	6.772.569,06	12,89%
2747600000	Programa de Des. e Expansão da Rede Pré-escolar	-12.179.715,49	-12.896.338,56	716.623,07	5,88%
2747800000	PIDDAC-OE	-12.556.357,73	-13.036.757,95	480.400,22	3,83%
2747920000	Euromilhões - Prog. de apoio a pes. idosas e com def.	-67.558.341,10	-44.690.556,94	-22.867.784,16	-33,85%
2747931100	Des. de programas, medidas e projetos de apoio (AS)	-151.904.996,02	0	-151.904.996,02	-100,00%
2747931300	Apoio a IPSS para acção social - FSS	-65.894.412,28	-65.741.322,46	-153.089,82	-0,23%
2747931500	Combate à pobreza e exclusão social	-50.814.849,48	0,00	-50.814.849,48	-100,00%
2747931600	Ser Criança	-34.000.263,15	0,00	-34.000.263,15	-100,00%
2747931700	PAII	-5.566.630,00	0,00	-5.566.630,00	-100,00%
2747939800	Recargas a repartir por outros programas	0,00	-216.212.725,42	216.212.725,42	
2747931800	PAFAC	-7.234.031,99		-7.234.031,99	-100,00%
2747940000	Subsídio de renda	-1.909.326,60	-1.908.630,03	-696,57	-0,04%
2747951000	POPH	-1.463.737,94	-1.130.605,96	-333.131,98	-22,76%
2747952000	POAT	-17.604,25	-18.541,66	937,41	5,32%
2747953000	POAT / RAA	-9.151,23	-29.321,56	20.170,33	220,41%
2747954000	POAT / RAM	-17.634,84	-12.035,80	-5.599,04	-31,75%
2749900000	Outros	-3.412.129,28	-199.173,05	-3.212.956,23	-94,16%
Sub total		-688.005.531,38	-802.216.171,06	114.210.639,68	16,60%
Total		-706.657.819,49	-822.745.735,75	116.087.916,26	16,43%

Quadro 43 – Balanço - Acréscimo de Custos e Proveitos Diferidos

PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS

A rubrica de provisões para riscos e encargos, a 31 de dezembro de 2012, apresenta um saldo de 277.401,49€, relevando as provisões constituídas pelo IGFSS.IP em 2012 para fazer face aos riscos inerentes aos seguintes processos litigiosos:

- o Processo 1013/12.5BELSB – no montante de 1.446,50€;
- o Processo 1869/11.9BELSB – no montante de 134.597,97€;
- o Processo 1372/11.7TVLSB - no montante de 10.199,48€;
- o Processo 18656/11.7T2SNT – no montante de 26.250,00€;

E anuladas as provisões referentes a:

- o Ana Cristina P. Figueiredo – no montante de 41.002,34€.

9. ANÁLISE À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

No exercício de 2012 o valor total dos proveitos e ganhos ascende a 24.548.271.423,49€, superior em 865.881.157,34€ ao total dos custos e perdas incorridas.

Demonstração de Resultados				Variação
	2011	2012		2012/2011
CMVMC				
consumidas:				
Mercadorias	-	-		
Matérias	193.440,84	193.440,84	177.901,23	177.901,23
Fornecimentos e serviços externos	13.012.949,70		10.659.409,55	
Custos com o pessoal:				
Remunerações	9.146.980,27		8.136.677,56	
Encargos Sociais:				
Pensões	31.772,68		20.662,81	
Outros	4.241.422,57	26.433.125,22	3.596.669,25	22.413.419,17
Transf. Corr.concedidas e prestações sociais	22.530.548.898,91	22.530.548.898,91	23.185.370.652,79	23.185.370.652,79
Amortizações do exercício	362.074,94		279.955,30	
Provisões do exercício	144.428.310,70	144.790.385,64	377.526.800,67	377.806.755,37
Outros Custos e perdas operacionais	333.784,14	333.784,14	282.133,03	282.133,03
		22.702.299.634,75	23.586.050.862,19	3,89%
Custos e perdas financeiras		1.162.903,80	1.275.635,06	9,63%
		22.703.462.538,55	23.587.326.497,25	3,89%
Custos e perdas extraordinárias		839.692.068,81	95.063.768,30	-88,68%
		23.543.154.605,36	23.682.390.266,15	0,59%
Resultado Líquido do exercício		24.378.818.143,03	24.548.271.423,49	0,70%
Proveitos e Ganhos				
Vendas e prestações de serviços				
Prestações de serviços	28.442.968,56	28.442.968,56	28.389.160,01	28.389.160,01
Impostos e taxas	14.772.271.116,61		14.436.538.481,76	
Trabalhos para a própria entidade	-		-	
Proveitos suplementares	15.993,15		95.808,23	
Transferências e subsídios correntes obtidos:				
Outras	8.434.476.573,02		9.435.013.413,23	
Outros proveitos e ganhos operacionais	5.900,06	23.206.769.582,84	3.748,81	23.871.651.452,03
		23.235.212.551,40	23.900.040.612,04	2,86%
Proveitos e ganhos financeiros	86.940.302,64	86.940.302,64	32.064.760,66	32.064.760,66
		23.322.152.854,04	23.932.105.372,70	2,62%
Proveitos e ganhos extraordinários	1.056.665.288,99	1.056.665.288,99	616.166.050,79	616.166.050,79
		24.378.818.143,03	24.548.271.423,49	0,70%

Quadro 44 – Demonstração de Resultados

Para o “Resultado Líquido do Exercício” concorrem os “Resultados Operacionais” no valor de 313.989.749,85€, os “Resultados Financeiros” de 30.789.125,60€ e os Resultados Extraordinários de 521.102.281,89€, conforme se pode verificar no quadro seguinte.

Análise comparativa 2012 / 2011 dos resultados do exercício

	Euro		
	2011	2012	Varição
Resultados operacionais	532.912.916,65	313.989.749,85	-41,08%
Resultados Financeiros	85.777.398,84	30.789.125,60	-64,11%
Resultados Correntes	618.690.315,49	344.778.875,45	-44,27%
Resultados Extraordinários	216.973.222,18	521.102.281,89	140,17%
Resultado Líquido do Exercício	835.663.537,67	865.881.157,34	3,62%

Quadro 45 – Demonstração de Resultados - Síntese dos Resultados do Ano 2012

RESULTADOS OPERACIONAIS

Como pode observar-se no quadro seguinte, em 2012, os “Resultados Operacionais” embora positivos apresentam-se inferiores, em 218.923.166,80€ , ao valor apurado em 2011, sendo que para tal concorreram, os proveitos operacionais registando um acréscimo de 664.881.869,19€, no cômputo dos quais se destacam:

- As transferências correntes e a transferência extraordinária, recebidas do OE no âmbito da Lei de Bases da Segurança Social e para o financiamento do défice do Sistema de Segurança Social e as transferências do exterior para financiamento de ações de formação profissional que, no conjunto, registam um acréscimo de 11,86%, ou seja, mais 1.000.536.840,21€ do que em 2011;
- Os impostos e taxas, incluindo as contribuições declaradas, que registam um diferencial de -335.732.634,85€ (-2,2%) quando comparados com igual período de 2011.

No que concerne aos custos operacionais, estes registam um acréscimo, no montante de 883.751.227,44€, isto é mais 3,89%, comparativamente a 2011.

Para o referido agravamento dos custos operacionais concorreram fundamentalmente:

- O aumento do valor das provisões do exercício no montante de 233.098.489,97€

(resulta o facto de a correção contabilística efetuada à dívida de cobrança duvidosa de contribuintes em 2011 ter sido grande parte relevada na conta 592-“regularizações de grande significado”, tendo sido apenas considerado, naquele ano, como provisões do exercício: o valor correspondente à dívida de cobrança duvidosa que nunca tinha sido provisionada (dívida com mais de 6 meses e menos de 18 meses).

- O aumento das transferências correntes concedidas no valor de 654.821.753,88€, fruto, nomeadamente, do impacto da conjuntura económico-social sobre o comportamento das prestações sociais e subsídios concedidos.

Análise evolutiva dos Resultados Operacionais

2011 – 2012

Resultados Operacionais							Euro
	2011	Peso relativo 2011	2012	Peso relativo 2012	Varição Absoluta	Varição 2012/2011	
CMVMC							
consumidas:							
Mercadorias	-		-				
Matérias	193.440,84	0,00%	177.901,23	0,00%	-15.539,61	-8,03%	
Fornecimentos e serviços externos	13.012.949,70	0,06%	10.659.409,55	0,05%	-2.353.540,15	-18,09%	
Custos com o pessoal:							
Remunerações	9.146.980,27	0,04%	8.136.677,56	0,03%	-1.010.302,71	-11,05%	
Encargos Sociais:							
Pensões	31.772,68	0,00%	20.662,81	0,00%	-11.109,87	-34,97%	
Outros	4.241.422,57	0,02%	3.596.669,25	0,02%	-644.753,32	-15,20%	
Transf. Corr. concedidas e prestações sociais	22.530.548.898,91	99,24%	23.185.370.652,79	98,30%	654.821.753,88	2,91%	
Amortizações do exercício	362.074,94	0,00%	279.955,30	0,00%	-82.119,64	-22,68%	
Provisões do exercício	144.428.310,70	0,64%	377.526.800,67	1,60%	233.098.489,97	161,39%	
Outros Custos e perdas operacionais	333.784,14	0,00%	282.133,03	0,00%	-51.651,11	-15,47%	
Custos e perdas operacionais	22.702.299.634,75		23.586.050.862,19		883.751.227,44	3,89%	
Vendas e prestações de serviços							
Prestações de serviços	28.442.968,56	0,12%	28.389.160,01	0,12%	-53.808,55	-0,19%	
Impostos e taxas	14.772.271.116,61	63,58%	14.436.538.481,76	60,40%	-335.732.634,85	-2,27%	
Trabalhos para a própria entidade	-		-				
Proveitos suplementares	15.993,15	0,00%	95.808,23	0,00%	79.815,08	499,06%	
Transferências e subsídios correntes obtidos:							
Outros	8.434.476.573,02	36,30%	9.435.013.413,23	39,48%	1.000.536.840,21	11,86%	
Outros proveitos e ganhos operacionais	5.900,06	0,00%	3.748,81	0,00%	-2.151,25	-36,46%	
Proveitos e ganhos operacionais	23.235.212.551,40		23.900.040.612,04		664.828.060,64	2,86%	

Quadro 46 – Demonstração de Resultados - Resultados Operacionais

RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros obtidos pelo IGFSS.IP, no exercício de 2012 atingem 30.789.125,60€ acusando um decréscimo de 54.988.273,24€, isto é, menos 64,11% que em 2011, explicado fundamentalmente pela diminuição nos “Juros obtidos”, apurada em 55.145.829,36€, para a qual concorreu a redução das taxas de juro obtidas na rendibilização dos excedentes de tesouraria.

No que concerne aos custos e perdas financeiras, estes registam um agravamento de 112.731,26€, sendo de referir nomeadamente:

- Amortizações de investimentos em imóveis, na sequência das reclassificações efetuadas aos imobilizados;
- Outros custos e perdas financeiras, nomeadamente em encargos bancários.

Em relação às provisões para aplicações financeiras, em 2012 registou-se uma redução de 110.182,86€ resultante de uma melhor valorização no mercado das ações da empresa Monte d'Alva, (2011, ao nível dos consolidados, foi efetuada uma provisão de 65 mil euros e, em 2012, apenas 2,75% dos consolidados foram alvo de provisão 12 mil euros). No que se refere às ações, também em 2011 a provisão efetuada às ações da empresa FRME foi superior em 48.099,00€ ao valor provisionado no ano 2012.

RESULTADOS CORRENTES

Na sequência do comportamento dos resultados operacionais e financeiros, os resultados correntes atingem o montante de 344.778.875,45€, apresentando-se contudo inferiores em a 273,911 milhões face a 2011.

RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

No que respeita aos resultados extraordinários, estes situam-se em 521.102.281,89€, isto é, mais 304.129.059,71€ (104,17%) que em 2011, sendo que esta evolução se deve nomeadamente:

- o Á diminuição das transferências de capital concedidas ao FEFSS (vide quadro seguinte no detalhe sobre a conta 69) na parcela referente ao saldo do subsistema previdencial, (em 2011 a transferência foi de 298.423.824,77€, enquanto que, em 2012, não foi transferida qualquer parcela do saldo do sistema previdencial na posse do IGFSS);
- o Ao valor das contribuições declaradas relativas a anos anteriores mas cujo proveito foi reconhecido em 2012 como extraordinário, sendo que o montante se situa em 342.399.726,35€, isto é superior em 43.250.335,37€ ao registado em 2011;

- o À diminuição das dívidas de contribuintes reconhecidas como incobráveis (vide quadro de detalhe sobre a conta 69 – página seguinte), no montante global de 451.885.384,06€, em virtude de o processo de prescrição em massa da dívida de contribuintes haver sido suspenso em 2012, no âmbito da implementação de procedimentos objeto de recomendações por parte do Tribunal de Contas;
- o À diminuição registada em reduções de amortizações e provisões no valor de 450.621.931,32€, como consequência da contração nas prescrições de contribuições referida anteriormente.

Análise evolutiva dos Resultados Extraordinários 2011 – 2012

Demonstração dos Resultados Extraordinários									
Custos e Perdas					Proveitos e Ganhos				
	2011	2012	Variação Absoluta	%		2011	2012	Variação Absoluta	%
Transf.de capital concedidas	317.216.644,70	18.792.819,93	-298.423.824,77	-94,06%	Restituições de impostos	0	0	0,00	
Dívidas incobráveis	521.329.836,34	69.444.452,28	-451.885.384,06	-86,68%	Recuperação de dívidas	0	0	0,00	
Perdas em existências	11.652,2	12,4	-11.639,80	-99,89%	Ganhos em existências	412,89	0	-412,89	-100,00%
Perdas em immobilizações	46.109,31	5.048.010,35	5.001.901,04	10847,92%	Ganhos em immobilizações	3.614.340,74	3.648.672,94	34.332,20	0,95%
Multas e penalidades	3975,53	38.690,51	34.714,98	873,22%	Benefícios de penalidade contratuais	133.539.566,02	107.563.165,60	-25.976.400,42	-19,45%
Aumentos de amortizações e provisões	0	0	0,00		Reduções de amortizações e provisões	521.049.848,54	70.427.917,22	-450.621.931,32	-86,48%
Correcções relativas a exercícios anteriores	1.017.554,99	1.687.675,52	670.120,53	65,86%	Correcções relativas a exercícios anteriores	395.677.933,71	431.328.492,79	35.650.559,08	9,01%
Outros custos e perdas extraordinários	66.293,74	52.107,91	-14.185,83	-21,40%	Outros proveitos e ganhos extraordinários	2.783.187,09	3.197.802,24	414.615,15	14,90%
Resultados extraordinários	216.973.222,18	521.102.281,89	304.129.059,71	140,17%					
Resultados extraordinários	1.056.665.288,99	616.166.050,79	-440.499.238,20	-41,69%		1.056.665.288,99	616.166.050,79	-440.499.238,20	

Quadro 47 – Demonstração de Resultados - Resultados Extraordinários

Análise da Conta 69 no biénio 2011/2012

Conta 69	Movimentos em 2011	Movimentos em 2012	Δ 2012/2011 (= (b) - (a))
	(€ = (€-))		
Conta 691000000 - Transferências de Capital Concedidas	317.216.644,70	18.792.819,93	-298.423.824,77
Conta 6911511000 - Transferências de capital PIDDAC - OE	2.610.910,60	2.494.989,31	-115.921,29
Conta 6911517000 - Transferências de capital - Outras	10.051.594,72	9.118.658,55	-932.936,17
Conta 6911524000 - Transferência a capital OSS Saldos anuais do Subsistema Previdencial (Inst. Gestão Fundos Capitalização)	293.344.752,06	239.296,77	-293.105.455,29
Conta 6911525000 - Transferência a capital OSS Receitas da alienação Património da Seg. Social (Inst. Gestão Fundos Capitalização)	3.685.041,25	2.629.160,29	-1.055.880,96
Conta 6912110000 - Transferências de capital concedidas com suporte no PIDDAC - OE (IPSS - Instituições sem fins lucrativos)	0,00	334.905,90	334.905,90
Conta 6912200000 - Transferências de capital - Participação Portuguesa nos projectos cofinanciados	1.487.817,93	0,00	-1.487.817,93
Conta 6912300000 - Transferências de capital - Financiamento Comunitário nos projectos cofinanciados	1.518.091,46	0,00	-1.518.091,46
Conta 6912410000 - INATEL - Subsistema de Solidariedade	4.343.170,00	3.257.400,00	-1.085.770,00
Conta 6913110000 - Transferências de capital para o Resto do Mundo (Departamento de Cooperação)	175.266,68	718.409,11	543.142,43
Conta 692000000 - Dívidas Incobráveis (Prescrições)	521.329.836,34	69.444.452,28	-451.885.384,06
Conta 6922100000 - Por prescrição	520.988.977,44	69.175.216,06	-451.813.761,38
Conta 6928100000 - Por prescrição	1.404,65	104.458,60	103.053,95
Conta 6928400000 - Por outras razões	317.500,52	164.777,62	-152.722,90
Conta 693000000 - Perdas em Existências	11.652,20	12,40	-11.639,80
Conta 694000000 - Perdas em Imobilizações (Abate por cedência patrimonial)	46.109,31	5.048.010,35	5.001.901,04
Conta 695000000 - Multas e Penalidades	3.975,53	38.690,51	34.714,98
Conta 696000000 - Aumentos de amortizações	0,00	0,00	0,00
Conta 697000000 - Correções rel. a exercícios anteriores	1.017.554,99	1.687.675,52	670.120,53
Conta 6971200000 - Contribuições	185.088,03	1.039.484,75	854.396,72
Conta 6971900000 - Outras	274.439,41	0,00	-274.439,41
Conta 6972100000 - AFP C/ Suporte no FSE	0,00	37.185,81	37.185,81
Conta 6972200000 - AFP a/ suporte no OSS	0,00	107.792,74	107.792,74
Conta 6972870000 - Regularização de transferências	650,80	0,00	-650,80
Conta 6972900000 - Outras	0,00	47.188,50	47.188,50
Conta 6973300000 - Rendos	39.398,90	279.546,78	240.147,88
Conta 6977000000 - Contribuições	500.838,27	149.026,12	-351.812,15
Conta 6978000000 - Outras	17.139,58	27.450,82	10.311,24
<i>PROCONTROL - Projectos e Controlo (Projectos p/ Lojas em Viseu)</i>		359,27	359,27
<i>N SERV. GJC SD 1075/2012 - Maria Luísa Tavares Diogo</i>		176,92	176,92
<i>N SERV. GJC SD 1075/2012 - Arminda Prata Reis</i>		176,92	176,92
<i>Inf. 189/2013 NCEC e Inf. 14/2013 DJC</i>		1.612,37	1.612,37
<i>Regularização Saldo Conta - Doc. Lançados Inconcretamente</i>		25.050,34	25.050,34
<i>Correção Patrimonial ISS Doc. 1000014814</i>		75,00	75,00
Conta 698000000 - Outros custos e perdas extraordinárias	66.293,74	52.107,91	-14.185,83

Quadro 48 – Demonstração de Resultados – Transferências de Capital Concedidas

10. EVOLUÇÃO DAS DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA NO TRIÉNIO 2012/2010

		(euros)										
		Evolução da Despesa por classificação económica no triénio 2012/2010										
Capítulo	Grupo	Designação	Despesa Paga Total									
			Peso Relativo 2010 %	2010	Peso Relativo 2011 %	2011	Δ 11/10 %	Peso Relativo 2012 %	2012	Δ 12/11 %		
		Despesas Correntes	98,89%	22.612.449.815,32	98,60%	22.554.212.474,03	-0,26%	88,47%	23.216.399.936,43	2,94%		
1		Despesas com o pessoal	0,07%	15.285.627,57	0,06%	14.229.177,27	-6,91%	0,05%	11.813.332,53	-16,98%		
2		Aquisição de bens e serviços	0,06%	13.422.399,31	0,06%	13.116.710,93	-2,28%	0,04%	10.606.139,43	-19,14%		
3		Juros e outros encargos	0,00%	64.040,60	0,00%	73.277,68	14,42%	0,00%	118.416,84	61,60%		
4		Transferências Correntes	95,72%	21.887.381.602,40	95,30%	21.800.827.577,91	-0,40%	83,62%	21.945.614.469,90	0,66%		
	1	Soc.e a.soc.não fin.	0,05%	10.585.469,58	0,03%	7.560.021,37	-28,58%	0,02%	6.124.170,25	-18,99%		
	3	Administração Central	4,91%	1.121.820.299,06	5,05%	1.156.145.000,13	3,06%	2,32%	608.363.770,11	-47,38%		
	4	Administração Regional	0,28%	64509214,99	0,32%	72.320.879,67		0,00%	0,00	-100,00%		
	5	Administração Local	0,05%	11679940,07	0,05%	10.595.858,47		0,00%	0,00	-100,00%		
	6	Segurança Social	90,05%	20.590.606.639,60	89,47%	20.466.233.249,39	-0,60%	81,09%	21.279.974.964,10	3,98%		
	7	Instituições sem fins lucrativos	0,16%	35.575.650,00	0,16%	36.306.784,75	2,06%	0,00%	0,00	-100,00%		
	8	Famílias	0,20%	45.844.944,67	0,20%	44.978.219,73	-1,89%	0,17%	45.616.303,13	1,42%		
	9	Resto do Mundo	0,03%	6.759.444,43	0,03%	6.687.564,40	-1,06%	0,02%	5.535.262,31	-17,23%		
5		Subsídios	3,02%	690.920.665,93	3,16%	722.240.431,12	4,53%	4,73%	1.240.212.841,47	71,72%		
6		Outras despesas correntes	0,02%	5.375.480,51	0,02%	3.725.299,12	-30,70%	0,03%	8.034.736,26	115,68%		
	2	Diversos	0,02%	5.375.480,51	0,02%	3.725.299,12	-30,70%	0,03%	8.034.736,26	115,68%		

Evolução da Despesa por classificação económica no triénio 2012/2010 (euros)										
Capítulo	Grupo	Designação	Despesa Paga Total							
			Peso Relativo 2010%	2010	Peso Relativo 2011%	2011	Δ 11/10 %	Peso Relativo 2012 %	2012	Δ 12/11 %
7		Despesas Capital	1,11%	252.782.058,73	1,40%	320.818.125,87	26,91%	0,10%	26.640.374,27	-91,70%
		Aquisição de bens de capital	0,01%	2.389.086,52	0,01%	3.007.114,35	25,87%	0,03%	7.217.770,48	140,02%
8	1	Investimentos	0,01%	2.389.086,52	0,01%	3.007.114,35	25,87%	0,03%	7.217.770,48	140,02%
		Transferências de capital	1,10%	250.392.972,21	1,39%	317.811.011,52	26,92%	0,07%	19.422.603,79	-93,89%
	1	Soc.e q.soc.não fin.	0,02%	5.589.864,00	0,02%	4.343.170,00	-22,30%	0,01%	3.257.400,00	-25,00%
	3	Administração Central	0,00%		0,00%		#DIV/0!	0,00%	0,00	
	4	Administração Regional	0,00%		0,00%					
	6	Segurança Social	1,06%	241.873.439,20	1,36%	310.286.665,45	28,28%	0,06%	15.111.888,78	-95,13%
	7	Instituições sem fins lucrativos	0,00%	609.950,16	0,01%	3.005.909,39	392,81%	0,00%	334.905,90	-88,86%
	9	Resto do Mundo	0,01%	2.319.718,85	0,00%	175.266,68	-92,44%	0,00%	718.409,11	309,89%
		Activos financeiros	0,00%	0,00	0,00%	0,00		11,43%	3.000.000.000,00	#DIV/0!
10		Passivos Financeiros	0,00%	0,00	0,00%	0,00	#DIV/0!	0,00%	0,00	
	5	Empréstimos de curto prazo	0,00%		0,00%		#DIV/0!	0,00%		
	7	Outros passivos fin.	0,00%	0	0,00%	0		0,00%	0	
		TOTAL		22.865.231.874,05		22.875.030.599,90	0,04%		26.243.040.310,70	14,72%

Quadro 49 – Evolução da Despesa por classificação económica no triénio 2012/2010

A evolução das “Despesas Correntes” e das “Despesas de Capital” regista, ao longo destes 3 anos, uma variação percentual positiva, tendo sido mais acentuada no biénio 2012/2011 no que se situou em 14,72%.

I. DESPESAS CORRENTES

Compreendem as “Despesas com Pessoal e Encargos Sociais”, “Aquisição de Bens e Serviços”, “Juros e Encargos”, “Transferências Correntes”, “Subsídios e Outras Despesas Correntes”, respeitando os dispositivos legais e normas pertinentes em vigor, diminui no biénio 2011/2010 em 0,26%, no entanto de 2012/2011 teve um aumento 2,94%.

D.01 – DESPESAS COM O PESSOAL

«Despesas com o pessoal» — Neste agrupamento consideraram todas as remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que, necessariamente, requeiram processamento nominalmente individualizado e que, de forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos pela Administração, tanto aos seus funcionários e agentes como aos indivíduos que, embora não tendo essa qualidade, prestem, contudo, serviço ao Estado nos estritos termos de contratos a termo, em regime de tarefa ou de avença.

Compreendem-se, também, no âmbito deste agrupamento, as despesas que o Estado, como entidade patronal, suporta com o esquema de segurança social dos seus funcionários além das contribuições à CGA, Segurança Social e ADSE, encontram-se também aqui os subsídios de proteção familiar assim como seguros de acidentes de trabalho, bem como a comparticipação da Segurança Social para os Serviços Sociais da Administração Pública (financiamento da ação social complementar dos trabalhadores da Administração Direta e indireta do estado)

«Abonos acessórios» também fazem parte deste agrupamento, onde se entende, os abonos que são atribuídos como contrapartida de certa situação, esforço ou responsabilidade especial, tais como gratificações variáveis, suplementos e prémios,

despesas de representação, horas extraordinárias, abonos para falhas, ajudas de custo.

A despesa paga e registada neste agrupamento acusa uma diminuição de 16,98% neste último biénio, mais acentuada do que a registada no biénio anterior de 2011/2010, devido, principalmente, à aplicação das medidas de estabilidade orçamental previstas na Lei n.º 64-B/2011 de 30 dezembro no que se refere às disposições relativas a trabalhadores do setor público (Capítulo III).

COMPARAÇÃO DOS ENCARGOS DE ADMINISTRAÇÃO NO BIÉNIO (em €)				
DESCRIÇÃO	2011	2012	Evolução (valor)	%
Despesas com Pessoal do IGFSS	11.811.686,07	9.745.938,53	-2.065.747,54	-17,49
Remunerações - Certas e Permanentes	9.596.991,27	8.047.940,41	-1.549.050,86	-16,14
Remunerações - Abonos Variáveis ou Eventuais	186.127,45	122.560,54	-63.566,91	-34,15
Remunerações - Prestações de Segurança Social e Saúde	2.028.567,35	1.575.437,58	-453.129,77	-22,34
Despesas com Pessoal do Gastos Comuns	2.417.491,20	2.067.394,00	-350.097,20	-14,48
Remunerações - Prestações de Segurança Social e Saúde	2.417.491,20	2.067.394,00	-350.097,20	-14,48
TOTAL	14.229.177,27	11.813.332,53	-2.415.844,74	-16,98

Quadro 50 – Comparação dos Encargos de Administração – Despesas com Pessoal – no biénio 2012/2011

Da análise ao quadro supra, pode constatar-se que, em 2012 e no seu cômputo global, as despesas com pessoal do IGFSS, que representam cerca de 48,26% do total das despesas de funcionamento, registam uma diminuição de 2.065.747,54€, isto é (-) 17,49% em relação ao ano anterior, explicada fundamentalmente pela redução na despesa com as “remunerações certas e permanentes” em 1.549.050,86€, isto é (-) 16,14%, para a qual concorrem: a aplicação da lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro no que concerne a redução da rubrica de subsídio de férias e Natal.

Também, comparativamente com 2011, regista-se uma diminuição de 34,15% em “Abonos Variáveis e Eventuais”, devendo-se tal, principalmente, à contração das despesas em “Ajudas de Custo” e “Horas Extraordinárias ao fim de semana e dias úteis” em relação ao período homólogo do ano anterior.

Ainda, no âmbito das despesas com o pessoal, observa-se uma diminuição de 453.129,77€, isto é 22,34%, em “Segurança Social” devida, fundamentalmente, ao resultado da redução das remunerações certas e permanentes já referida.

Em relação aos “Gastos comuns” da Segurança Social, que incluem as transferências para os Serviços Sociais (despesas com o pessoal), verifica-se uma diminuição de 14,48 % face ao ano 2011.

D.02 – AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

No que se refere à “Aquisição de bens e Serviços”, esta regista uma diminuição no biénio 2012/2011 de 19,14%, mantendo a tendência já registada no biénio anterior (2011/2010), devido fundamentalmente à redução das despesas em quase todas as suas rubricas, exceto em outros bens, eletricidade e conservação e reparação de bens do património imobiliário, nas despesas de funcionamento e em despesas de deslocação do GEP- Cooperação.

O grau de execução orçamental registado em 2012, no agrupamento em análise, é de 69,99%.

COMPARAÇÃO DOS ENCARGOS DE ADMINISTRAÇÃO NO BIÉNIO (em €)					
DESCRIÇÃO - D. 02	2011	2012	Evolução (valor)	%	
Fornecimentos Serviços de Terceiros	13.116.710,93	10.606.139,43	-2.510.571,50	-19,14%	
Administração-Total	12.129.687,38	10.083.738,70	-2.045.948,68	-16,87%	
Viaturas	72.849,64	70.238,54	-2.611,10	-3,58%	
Limpeza e higiene	292.442,40	284.405,74	-8.036,66	-2,75%	
Material de escritório Livros	187.267,36	184.187,59	-3.079,77	-1,64%	
Outros Bens	22.841,35	25.560,99	2.719,64	11,91%	
Água, Electricidade e Gás	207.614,13	239.267,54	31.653,41	15,25%	
Conservação e Reparação de bens	1.563.448,70	1.597.286,02	33.837,32	2,16%	
Património Imobiliário- Edifícios	1.163.534,99	1.302.654,89	139.119,90	11,96%	
Administração-Sede_ Instalações e Equipamento	399.913,71	294.631,13	-105.282,58	-26,33%	
Rendas e Aluguers	589.755,95	548.319,98	-41.435,97	-7,03%	
Comunicações- Correiros, Telefones	2.657.402,31	2.463.517,17	-193.885,14	-7,30%	
Deslocação e estadas	14.913,71	6.201,81	-8.711,90	-58,42%	
Trabalhos especializados	803.526,76	641.760,31	-161.766,45	-20,13%	
Formação	83.769,45	43.484,10	-40.285,35	-48,09%	
Publicidade	113.038,08	24.395,04	-88.643,04	-78,42%	
Vigilânc.e segurança	617.569,01	599.305,35	-18.263,66	-2,96%	
Enc.cobrança receita	3.055.389,11	2.735.408,92	-319.980,19	-10,47%	
Outros Serviços	1.847.859,42	620.399,60	-1.227.459,82	-66,43%	
Instituições de crédito	1.662.645,74	412.915,20	-1.249.730,54	-75,17%	
Outros	185.213,68	207.484,40	22.270,72	12,02%	
Total Gastos Comuns	982.631,46	460.021,87	-522.609,59	-57,99%	
Locação de edifícios	915.636,84	393.685,70	-521.951,14	-57,00%	
Formação	66.994,62	66.336,17	-658,45	-0,98%	
Total Cooperação	4.392,09	62.378,86	57.986,77	1320,25%	
Comunicações	4.072,09	0,00	-4.072,09	-100,00%	
Deslocação e estadas	320,00	62.378,86	62.058,86	19393,39%	

Quadro 51 – Comparação dos Encargos de Administração – Fornecimentos e Serviços Externos – no biénio 2012/2011

A despesa paga incluída no agrupamento “Aquisição de Bens e Serviços”, que atinge em 2012 o valor 10.083.738,70€ e representa 49,93% do total das despesas de funcionamento do IGFSS, regista uma diminuição de 16,87% em relação ao ano anterior decorrente, nomeadamente, nas despesas com:

. “Viaturas”, (incluindo os combustíveis, portagens, estacionamento, reparação de viaturas, locação de material de transporte e seguro), evidenciando uma variação menos de 2.611,10 €, isto é, de -3,58% em relação ao período homólogo do ano anterior, diminuição esta devida em grande medida a menos gastos na conservação em viaturas do IGFSS;

. “Limpeza Higiene e conforto” evidenciando uma diminuição de 2,74% em relação ao ano anterior, decorrente da contração nos gastos com o material de limpeza;

. “Outros bens”- evidencia um aumento de 2.719,64€, isto é de (+) 11,91%, em relação ao ano anterior, devido á aquisição de bens para as ações de sensibilização dirigidas a todos os colaboradores no âmbito do programa Natura +;

. “Conservação de bens e reparação de bens”, fundamentalmente associado ao património imobiliário, regista um aumento de 33.837,32€, isto é 2,16%;

. “Rendas e Alugueres” regista uma diminuição de 7,03%, em 2012 relativamente a 2011, no valor de 41.435,97€, devida a novos contratos de arrendamentos de instalações para as SP de Viseu e Guarda;

. “Comunicações” registam uma despesa de 2.463.517,17€, a que corresponde um decréscimo de 7,30%, face a igual período de 2011, fruto da diminuição da despesa em correios;

. “Deslocações e estadas” apresentam uma diminuição de 58,42%, no valor de 8.711,90€, em relação ao período homólogo de 2011;

. “Outros trabalhos especializados” registam uma diminuição de -20,13% em 2012, sendo que naquele estão incluídos os honorários a solicitadores e os gastos com avaliações de património próprio e de património a adquirir por dação em cumprimento;

. “Cursos de Formação” refletem uma diminuição de 48,09% em relação ao período homólogo, fruto, designadamente, de restrição do número de ações de formação por colaborador;

. “Publicidade” evidencia uma diminuição de 78,42% em relação a 2011, em virtude de não terem sido executadas as campanhas previstas para o ano 2012 referentes a “Ação nacional de bens penhoráveis”, por não ser necessária a respetiva publicação na imprensa escrita;

. “Encargos de cobrança de receita” regista, no biénio de 2012/2011, uma diminuição de 319.980,19€, (-) 10,47%, provocada em parte pelo atraso, por parte dos CTT, no envio dos ficheiros de cobrança;

. “Outros Serviços”, essencialmente na rubrica – Instituições de Crédito – registam uma diminuição 412.912,20€ no biénio em análise, isto é -75,17%, associada aos encargos com as penhoras. Nesta rubrica estão também incluídos os passes dos colaboradores com contrato de emprego/inserção (CEI).

Gastos Comuns

Em relação a aquisição de serviços registada neste agrupamento, verificou-se uma diminuição de 57,99%, devida à rescisão do contrato de arrendamento do edifício Castilho em abril de 2012.

D.03 – JUROS E OUTROS ENCARGOS

COMPARAÇÃO DOS ENCARGOS DE ADMINISTRAÇÃO NO BIÊNIO (em €)				
DESCRIÇÃO D.03	2011	2012	Evolução (valor)	%
Juros e outros encargos	73.277,68	118.416,84	45.139,16	61,60%
Encargo com Títulos	278,86	315,48	36,62	13,13%
Comissões p/ cheques devolvidos	11.033,23	9.794,30	-1.238,93	-11,23%
Encargos bancários	59.893,12	106.606,51	46.713,39	77,99%
FSE-QCA	9,62	76,95	67,33	699,90%
FSE-QREN	2.062,85	1.623,60	-439,25	-21,29%

Quadro 52 – Comparação dos Encargos de Administração – Juros e outros encargos – no biénio 2012/2011

A despesa paga com os “Juros e Encargos Financeiros”, no montante de 118.416,84€, regista um aumento de 61,60% no biénio 2012/2011, devida, fundamentalmente, ao aumento dos encargos bancários associados ao protocolo para emissão de carta-cheque com o Banco Millenium BCP.

D.04 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

«Transferências correntes». — Neste agrupamento são contabilizadas as importâncias a entregar a organismos ou entidades para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das unidades receptoras, qualquer contraprestação direta para com o organismo dador. Os sub agrupamentos por que se desagrega o presente agrupamento correspondem aos setores institucionais em que é previsível a existência de beneficiários de transferências correntes.

Neste agrupamento verifica-se um acréscimo de 0,66%, no biénio 2012/2011, no cômputo do qual assumem especial relevância as transferências correntes para as ISS's destinadas ao financiamento da sua atividade corrente, nomeadamente, no que concerne ao pagamento das prestações sociais:

D.04.01 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - SOC. E Q. SOC. NÃO FINANCEIRAS

A despesa registada nesta rubrica ascende a 6.124.170€ em 2012, a que corresponde um decréscimo de 18,99 % face ao período homólogo.

COMPARAÇÃO DOS ENCARGOS BIÉNIO 2011/2012 (em €)							
DESCRIÇÃO	OSS 2011	Execução 2011	OSS 2012	Execução 2012	Δ Execução (valor)	Δ%	
D.04.01							
INATEL-Transf Corrent Sub Solidariedade	5.656.830	5.656.830	5.091.147	4.242.900	-1.413.930,00	-25,00%	
INATEL - Transf Corrente S. Acção Social	1.919.569	1.903.191	2.762.612	1.881.270	-21.921,12	-1,15%	
Total	7.576.399	7.560.021	7.853.759	6.124.170	-1.435.851	-18,99%	

Quadro 53 – Comparação dos Encargos de Sociedades e Quase Sociedades Não Financeiras no biénio 2012/2011

Da análise ao quadro anterior pode-se constatar que:

- No âmbito do subsistema de Solidariedade foi transferido pelo IGFSS, IP, para o INATEL – Instituto Nacional para Aproveitamento dos Tempos Livres, o valor de 4.242.900€, evidenciando um decréscimo de 25% face a 2011, devido a uma redução no ano 2012 na dotação aprovada em 10% em relação ao período homólogo e ao congelamento dos duodécimos de Novembro e Dezembro por força da resolução do conselho de Ministros 79-A /2012 de 25 Setembro;
- Quanto às restantes transferências para o INATEL que, durante o ano 2012/2011, abrangem os programas: Turismo Sénior, Turismo Solidário e Abrir Portas à Diferença, totalizam em 2012, 1.881.270,25€, refletindo um decréscimo 1,15% face a 2011, cuja repartição por anos de referência consta no quadro seguinte:

Programas	Transferências correntes para o INATEL – 2011			
	Ano de Referência			
	2011	2012	2012	
	Despesa paga em 2012	Despesa paga em 2012	Dotação Corrigida	Despesa paga
	1.081.270,25€	800.000€ Corresponde à 2.º tranche de 2010-2011	800.000€ Corresponde à 2.º tranche de 2011-2012	
Turismo Sénior			1.882.000,00 €	1.881.270,25 €
Turismo Solidário	0	0	818.000,00 €	0,00 €
Abrir Portas à Diferença	0	0	62.612,00 €	0,00
TOTAL	1.081.270,00 €	800.000,00 €	2.762.612,00 €	1.881.270,25 €

Quadro 54 – Transferências correntes para o INATEL

D.04.03 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES PARA A ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

As transferências registadas nesta rubrica cifram-se no montante de 608.363.770,11€ em 2012, registando um decréscimo de 48,98%, em relação ao período homólogo de 2011.

Análise evolutiva das transferências correntes para a Administração Central

COMPARAÇÃO DOS ENCARGOS BIÉNIO 2010/2011 (em €)						
DESCRIÇÃO	OSS 2011	Execução 2011	OSS 2012	Execução 2012	Δ Execução (valor)	Δ%
D.04.03						
Direção Regional Educação	45.780.150,00	45.780.150,00	70.000.000,00	70.000.000,00	24.219.850,00	52,90%
Agência Nacional para a Qualificação	3.966.029,00	3.966.029,00	3.900.773,00	3.900.773,00	-65.256,00	-1,65%
Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu	21.045.891,00	17.283.365,22	3.285.240,25	2.777.720,00	-14.505.645,22	-83,93%
		3.436.621,00		2.777.720,00	-658.901,00	-19,17%
		13.521.038,42		0,00	-13.521.038,42	-100,00%
		325.705,80		0,00	-325.705,80	-100,00%
Autoridade p/ as Condições de Trabalho (ex. ISHST + IGT)	24.880.997,00	24.880.997,00	22.304.972,00	20.771.634,00	-4.109.363,00	-16,52%
Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho	1.234.666,00	926.100,00	1.084.138,00	800.066,35	-126.033,65	-13,61%
Instituto de Emprego e Formação Profissional	505.064.072,00	490.788.100,00	470.004.839,00	470.004.839,00	-20.783.261,00	-4,23%
INR	4.686.344,00	4.686.344,00	4.279.401,00	3.828.805,00	-857.539,00	-18,30%
Formação Profissional	752.146.221,00	564.905.384,60	0,00	0,00	-564.905.384,60	-100,00%
Casa Pia*	36.306.784,75	36.306.784,75	38.000.000,00	33.505.293,00	-2.801.491,75	-7,72%
Administração- Gastos Comuns	3.842.940,00	2.928.530,31	3.248.560,00	2.774.639,76	-153.890,55	-5,25%
Total	1.398.954.094,75	1.192.451.784,88	616.107.923,25	608.363.770,11	-584.088.014,77	-48,98%

* a rubrica da casa Pia foi alterada da d.04.07.03.03.01 para D.04.03.06.04 em 2012

Quadro 55 – Transferências correntes para a Administração Central

Da análise ao quadro supra pode constatar-se que:

- As transferências para o Ministério da Educação se cifram no montante de 70.000.000,00€, refletindo um acréscimo de 52,90% face a igual período do ano anterior na componente social pré-escolar na rede pública;

- No caso da Agência Nacional para a Qualificação, as transferências realizadas no ano de 2012 ascendem a 3.900.773€, correspondendo a um decréscimo de -1,65% face a igual período de 2011. Refira-se, a propósito, que a dotação de despesas inicial foi objecto de uma cativação de 99.227,00€;

- Quanto ao IGFSE, verificou-se uma despesa no valor de 2.777.720€ em 2012. Relativamente ao período homólogo de 2011, constata-se uma diminuição de 83,93%, uma vez que durante o ano 2012 não existiu contributo das transferências correntes para as ações profissionais com suporte no FSE e CPN para esta rubrica conforme a recomendação 66- PCGE/2011 do Tribunal de Contas e passa-se a citar: *“estas ações de formação profissional devem ser classificadas como subsídios na contabilidade do IGFSS de acordo com o estipulado no CERDP aprovado pelo DI 26/2002 de 14 de fevereiro”*.

Também a dotação da despesa para 2012 foi, neste caso, objecto de uma cativação de 244.691,00€.

- No que diz respeito às transferências para a Autor. p/ as Condições Trab. (ex. ISHST + IGT), verifica-se uma diminuição na despesa na ordem dos 16,52%.

Em 2012, a cativação aprovada conforme disposto na lei do OE de 2012, foi de 1.110.545,00€.

- As transferências para o IEFP cifram-se no montante de 470.004.839€ registando, em 2012, uma diminuição de -4,23% relativamente ao período homólogo de 2011.

Refira-se que a dotação inicialmente aprovada para 2012 foi objecto de uma cativação de 995.161,00€;

- As Transferências para o Instituto Nacional para a reabilitação (INR) evidencia uma variação de -18,30% em relação ao período homólogo de 2011.

É de salientar que a dotação inicial foi objeto de uma cativação de 220.599,00€ conforme o disposto na Lei do OE 2012;

- No que se refere às transferências para a Administração Central para o financiamento da “Formação Profissional” em 2012, o diferencial face a 2011 é de -100%, uma vez que, tal como já foi referido anteriormente, foi dado acolhimento à recomendação 66-PCGE/2011 do Tribunal de Contas;

- As transferências para a Casa Pia – que, durante o ano 2012, foi enquadrada como Entidade Publica Reclassificada – registando um grau de execução orçamental de 88,17%, em 2012, e uma diminuição na sua execução de 7,72% em relação ao período homólogo do ano anterior;

- Em “Administração” estão registadas transferências no montante de 2.774.639,76€, registando-se um decréscimo de 5%, relativamente a igual período de 2011, justificado pelo facto de não incluir transferência para a Secretaria do MSSS relativa ao Conselho Nacional para Integração das pessoas com Deficiência (CNRIPD) que tinha acontecido em 2011.

No quadro infra são apresentadas as transferências concretizadas no âmbito de “Administração” distribuídas por destinatários:

Análise Evolutiva das transferências correntes no âmbito da Administração (em €)

DESCRIÇÃO	2011	2012	Evolução	%
Administração - GASTOS COMUNS				
Transferências	2.928.530	2.774.640	-153.891	-5%
IGMSS	1.706.333	1.697.069	-9.264	-1%
SGMSS:	1.222.197	1.077.571	-144.626	-12%
-Mobilidade Especial	1.192.212	1.077.571	-114.641	-10%
- CNRIPD	29.985	0	-29.985	-100%

Quadro 56 – Transferências correntes no âmbito da Administração

Sobre as “Transferências” incluídas no quadro supra, refira-se que relativamente à:

- Inspeção-Geral do MSSS, assegurando os pagamentos dos vencimentos com o pessoal em exercício, bem como o funcionamento da atividade inspetiva externa, a referida transferência, em 2012, no montante 1.697.069€, evidencia uma diminuição de 1% em relação a 2011;
- Secretaria-Geral do MSSS, que incluindo unicamente o financiamento do “Sistema de Mobilidade Especial” aprovado pelo Despacho SESS 15/12/2009, acusa, no ano 2012, uma despesa de 1.077.570€, registando uma taxa de execução orçamental de 91,86%.

D.04.04 – TRANSFERÊNCIAS PARA A ADMINISTRAÇÃO REGIONAL

No âmbito do financiamento da Formação Profissional (AFP) cofinanciada pelo FSE, em 2012 , não há registos nesta rubrica, fazendo acolhimento da recomendação 66-PCGE/2011 do Tribunal de Contas: “estas ações de formação profissional devem ser classificadas como subsídios na contabilidade do IGFSS de acordo com o estipulado no CERDP aprovado pelo DI 26/2002 de 14 de fevereiro”.

D.04.05 – TRANSFERÊNCIAS PARA A ADMINISTRAÇÃO LOCAL

As transferências para a Administração Local apresentam uma execução orçamental nula em 2012 , na sequência da já referida a recomendação 66- PCGE/2011 do Tribunal de Contas.

D.04.06 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES PARA A SEGURANÇA SOCIAL

Este subagrupamento assume naturalmente o maior peso relativo na despesa total do IGFSS, assumindo nesta a expressão relativa de 90,05%, 89,47% e 81,09% nos anos 2010, 2011 e 2012, respetivamente.

As transferências para as Instituições de Segurança Social visam fazer face, nomeadamente, a despesas com prestações sociais, despesas de administração e outras despesas correntes.

Em 2012, esta rubrica da despesa regista um aumento de 3,98% em relação ao período homólogo do ano anterior, justificado nomeadamente pelo pagamento das pensões do Regime Substitutivo Bancário e pelo agravamento das prestações desemprego.

D.04.07 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - INSTITUIÇÕES S/FINS LUCRATIVOS

Neste subagrupamento deixou de ser registada a transferência para a Casa Pia de Lisboa (Subsistema de Ação Social) refletindo-se em 2012 na D.04.03.

D.04.08 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - FAMÍLIAS

Neste subagrupamento são incluídas transferências para famílias relativas a prestações sociais enquadradas no Subsistema de Ação Social, políticas ativas de emprego e formação profissional (PEPS) e transferência da parcela de pensões de velhice e sobrevivência do sistema de Repartição, sendo que a evolução de despesa paga no biénio 2012/2011 está refletida no quadro seguinte:

COMPARAÇÃO DOS ENCARGOS BIÉNIO 2011/2012 (em €)					
DESCRIÇÃO	Execução 2011 (1)	OSS 2012 (2)	Execução 2012 (3)	Execução % 2012 (4)=(3)/(2)	Δ período Homólogo% (5)={(3-1)/1}
Subsistema Ação Social	28.394.156	58.052.606	30.895.618	53,22%	8,81%
Prestação de alimentos devida a menores	25.314.740	25.891.864	25.675.632	99,16%	1,43%
Ajudas sociais pecuniárias a hemofílicos	447.727	449.237	433.809	96,57%	-3,11%
Apoio soc. a idosos carenciados das comunidades portuguesas	2.631.690	1.711.505	1.661.278	97,07%	-36,87%
ASECE	0	30.000.000	3.124.899	10,42%	#DIV/0!
Sistema Previdencial	16.584.063	15.842.888	14.720.685	92,92%	-11,24%
Pensão Velhice	15.772.867	15.334.425	14.236.595	92,84%	-9,74%
Pensão Sobrevivência	463.704	508.463	484.090	95,21%	4,40%
PEPS(Políticas Activas de Emprego e Formação profissional)	347.492	0	0	#DIV/0!	-100,00%
Total	44.978.220	73.895.494	45.616.303	61,73%	1,42%

Quadro 57 – Comparação dos Encargos – Subsistema de Ação Social – no biénio 2012/2011

Da análise á sua evolução no biénio 2012/2011, refira-se que:

- A prestação de alimentos devidas a menores regista uma execução orçamental neste período que se situa em 99,16% do orçamento aprovado. Em 2012 verifica-se, ainda, um aumento da despesa em relação ao período homólogo de 2011, em 1,43%, justificada pela continuação da entrada de novos processos;
- As “Ajudas sociais pecuniárias a hemofílicos” evidenciam um grau de execução orçamental de 96,57%, sendo que a despesa paga regista um decréscimo de 3,11% face a 2011, fruto da redução do número de beneficiários abrangidos, comportamento expectável por se tratar de um grupo fechado;
- O “Apoio Social a Idosos Carenciados das Comunidades Portuguesa (ASEC/ASIC)” reflete um grau de execução orçamental de 97,07%, podendo também verificar-se, no que se refere à despesa paga, uma contração 36,87%, relativamente à registada em período homólogo do ano anterior, justificada pela reavaliação dos processos em pareceria com a Direção Geral dos Serviços Consulares, o que conduziu a uma redução beneficiários abrangidos;
- O ASECE- Apoio Social Extraordinário a Consumidores de Energia - apoio iniciado em 2012 acusa um grau de execução orçamental de 10,42%;
- A transferência referente à parcela de pensão (art. 6.º do DL278/82, de 20 de junho), Sobrevivência e Invalidez regista, em 2012, relativamente a 2011, um agravamento da despesa de 4,40%, enquanto que as pensões por velhice diminuíram 9,74%.

D.04.09 – TRANSFERÊNCIAS PARA O EXTERIOR

Neste subgrupo são registadas as despesas referentes a projetos aprovados pelo GEP – Cooperação em Países Terceiros e Organizações Internacionais (Orçamento de Administração do IGFSS).

Em 2012, as transferências correntes para o exterior no âmbito da “Cooperação Externa” atingem 5.535.262,31€, refletindo uma contração de 17,23% relativamente a igual período de 2011.

D.05 – SUBSÍDIOS

«Subsídios». — Os subsídios, tendo, embora, a natureza de transferências correntes, revestem-se, contudo, de características especiais que, sob o aspeto económico, recomendam uma identificação à parte daquelas. Assim, para efeitos do presente classificador, consideram-se «Subsídios» os fluxos financeiros não reembolsáveis do Estado para as empresas públicas (equiparadas ou participadas) e empresas privadas, destinadas ao seu equilíbrio financeiro e à garantia, relativamente ao produto da sua atividade, de níveis de preços inferiores aos respetivos custos de produção. Considera-se ainda «Subsídios» as compensações provenientes das políticas ativas de emprego e formação profissional.

O montante total da despesa registada, em 2012, em subsídios atinge 1.240.212.841,47€, refletindo um acréscimo de 71,72% em relação ao ano anterior, fundamentado pelo acolhimento da recomendação 66- PCGE/2011 do Tribunal de Contas e passa-se a citar: “estas ações de formação profissional devem ser classificadas como subsídios na contabilidade do IGFSS de acordo com o estipulado no CERDP aprovado pelo DI 26/2002 de 14 de fevereiro” o que não tinha acontecido em 2011.

Também se registam neste agrupamento os subsídios concedidos no âmbito da Ação Social e os subsídios aos Centro de Cultura e Desporto da Segurança Social.

Os subsídios concedidos no âmbito da Ação Social, no valor de 703.370,65€, registam um decréscimo de 40,20% em relação ao ano anterior.

As condições de atribuição dos subsídios aos CCD's, estão definidos no despacho o Despacho SESS n.º 7593/2013 de 15 maio, tendo sido efetuado o pagamento de 107.340,00€ autorizado pelo Despacho SESS de 03.10.2012, despesa inferior à registada em 2011 em 16,50%.

D.06 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Neste agrupamento são registadas as contribuições e outras receitas restituídas aos contribuintes, os “Impostos e Taxas” e outras despesas correntes pagas no âmbito de Administração, verificando-se um aumento na despesa no biénio 2012/2011, de 115,68%, justificada pelo aumento da restituição de contribuições.

No fundo “Restituição de contribuições e outras receitas”, a despesa regista um aumento de 160,94% em relação ao período homólogo de 2011 (neste está incluído a restituição de contribuições à Santa casa da Misericórdia de Lisboa no final do mês de abril de 2012, no valor de 2.835.807,97€).

II. DESPESAS E TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

Correspondem às despesas com Aquisição de bens de capital, transferências de capital, ativos financeiros e passivos financeiros respeitando os dispositivos legais e normas pertinentes em vigor; diminuiu no biénio 2012/2011, em 91,70%.

D.07 – AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL

Este agrupamento engloba as dações em cumprimento provenientes de recuperação de dívidas e ainda grandes reparações nas Instalações próprias e no património imobiliário do IGFSS.

Como se pode verificar, a despesa registada neste agrupamento apresenta em 2012 um acréscimo de 140,02%, relativamente a 2011, devido principalmente ao aumento em 193,80% do valor de bens imóveis recebidos no âmbito do processo de dação em cumprimento, o qual atingiu o valor de 6.840.948,80€, enquanto que em 2011 se havia situado em 2.328.463,50€.

No âmbito do processo de dações em cumprimento, durante o ano 2012, foram registados as dações dos seguintes contribuintes Faianças Ideal do Vale de Ourém, Ida, MIF- Manuel Inácio e Filhos, SGPS, S.A., Confeções Lança.

Quanto às despesas de capital, estas atingem em 2012 o montante de 376.821€ registando uma diminuição de 44,74% relativamente a idêntico período de 2011, essencialmente devido á diminuição na reparação de imóveis do património e á conclusão da empreitada do edifício da Sede no início do ano de 2012.

D.08 – TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

«Transferências de capital». — Neste agrupamento são contabilizadas as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas de capital das unidades receptoras. Os subgrupos correspondem aos setores institucionais anteriormente referidos.

D.08.01. SOC. E Q. SOC. NÃO FINANCEIRAS

Em 2012 foi aprovada pela tutela uma dotação de despesa de 3.908.853€, o que conduziu a que a transferência de capital se situou em 83,33% daquela e inferior em 25% à despesa registada em igual período de 2011.

D.08.06 – SEGURANÇA SOCIAL

COMPARAÇÃO DOS ENCARGOS DE ADMINISTRAÇÃO NO BIÉNIO (em €)				
DESCRIÇÃO D.08.06	2011	2012	Evolução (valor)	%
Transferências de Capital Total	310.286.665,45	15.111.888,78	-295.174.776,67	-95,13%
PIDDAC OE/ OSS e FEDER	13.256.872,14	12.243.431,72	-1.013.440,42	-7,64%
IGFCSS/FEFSS	297.029.793,31	2.868.457,06	-294.161.336,25	-99,03%

Quadro 58 – Comparação dos Encargos de Administração – Transferências de Capital – no biénio 2012/2011

Este subgrupo que assume o maior peso relativo em relação ao total do grupo, sendo 97%, 98% e 78% nos anos de 2010, 2011 e 2012, respetivamente, pois inclui as transferências para as Instituições de Segurança Social para financiamento dos investimentos das ISS's e transferência para IPSS's com suporte em PIDDAC OE e FEDER. Inclui, ainda, as transferências para o Instituto de Gestão dos Fundos de Capitalização da Segurança Social que, no ano 2012 se situou no valor de 2.868.457,06€ correspondente apenas ao produto de alienação de Imóveis de 2012 (2.626.160,29€) e de 2011 (239.296,77€).

D.08.07 – INSTITUIÇÕES S/FINS LUCRATIVOS

Este subgrupo inclui as transferências para Instituições S/fins Lucrativos relativas quer à participação comunitária em Projetos cofinanciados quer ao financiamento do OE em projetos não cofinanciados (PIDDAC OE). Teve uma diminuição de 88,86% em relação ao período homólogo.

D.08.09 – RESTO DO MUNDO

Em 2012 foram transferidos para o exterior, para os países incluídos no programa de cooperação bilateral entre Portugal - MTSS e Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor, 718.409,11€.

D.09 – ATIVOS FINANCEIROS

Durante o ano 2012 a despesa das aplicações financeiras de curto prazo suportadas pelos CEDIC's (Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo) disponibilizados pelo IGCP atingiu 3.000.000.000,00€.

11. EVOLUÇÃO DAS RECEITAS POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA NO TRIÉNIO 2012/2010

I. RECEITAS CORRENTES

R.03 – CONTRIBUIÇÕES E COTIZAÇÕES

A receita cobrada em contribuições (IGFSS) evidenciou, entre janeiro e dezembro de 2012, uma redução nominal de 4,8% face a igual período de 2011, atingindo um total de 12.711.768.117 euros.

Dos fatores que contribuíram para a evolução negativa das contribuições, destacam-se a suspensão dos subsídios de férias e de Natal aos funcionários públicos, nos termos da Lei n.º 55-A/2011, de 31 de dezembro, a ainda o agravamento do cenário macroeconómico do país, nomeadamente do *Produto Interno Bruto (PIB)* e da *taxa de desemprego*.

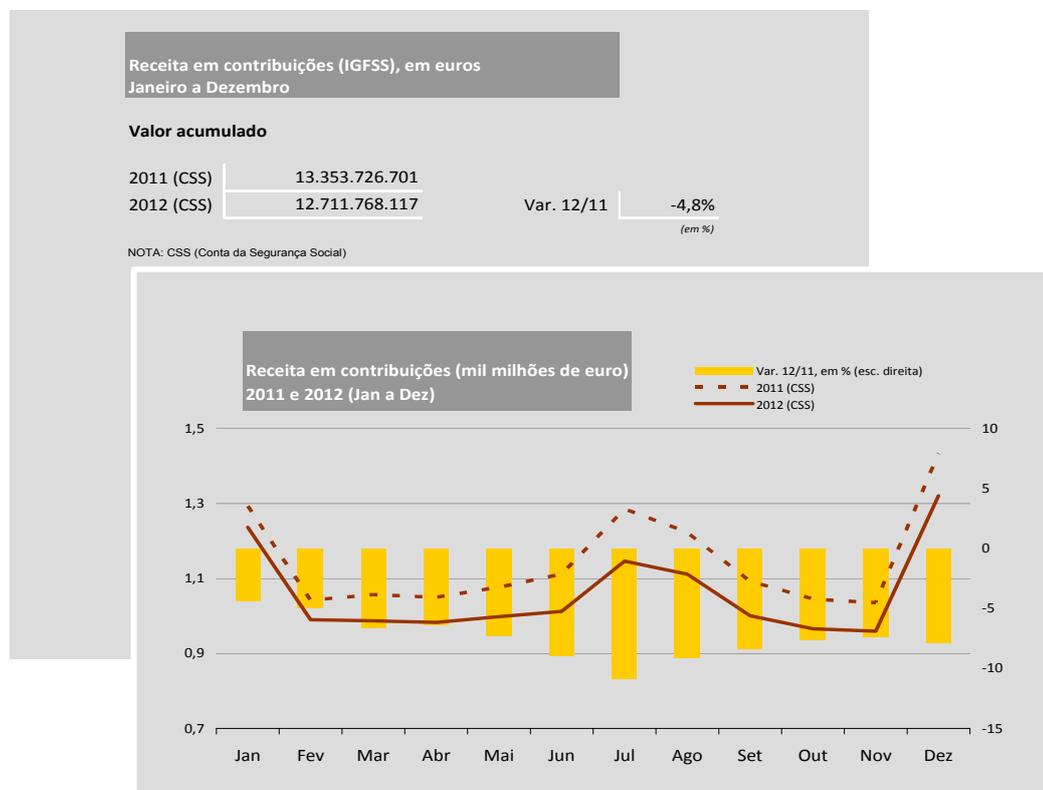


Gráfico 10 – Receita de Contribuições no biénio 2012/2011

Com efeito, segundo dados do INE, o PIB caiu, de modo progressivo, em todos os trimestres de 2012, registando no ano uma contração de 3,2% (em termos reais). Também a evolução dos indicadores relativos ao mercado de trabalho traduz este agravamento, nomeadamente no último trimestre do ano, em que a taxa de desemprego ultrapassou a barreira dos 16%³.

A variação nominal destes indicadores, assim como a evolução da receita cobrada em contribuições, é apresentada no gráfico seguinte, desde 2001:

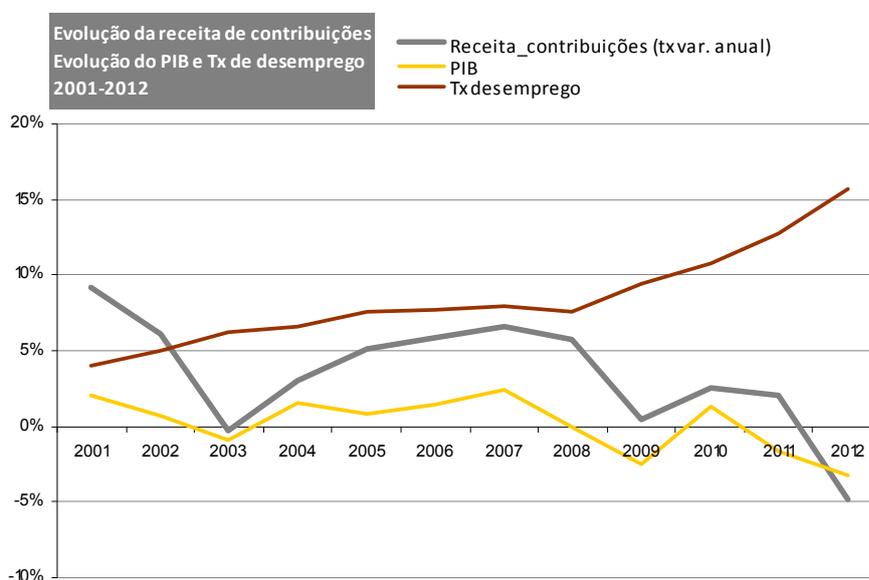


Gráfico 11 – Evolução da Receita de Contribuições no período de 2001 a 2012

Da análise gráfica podemos concluir que os ciclos económicos mais desfavoráveis surgem naturalmente associados a uma desaceleração da receita cobrada em contribuições, sendo que este facto se tornou mais evidente no período 2009-2012, em que se registou uma taxa de crescimento média nominal da receita de apenas +0,1%.

³ A taxa média anual fixou-se em 15,7% (2012).

R.04 – TAXAS, MULTAS E PENALIDADES

Nos termos do DL n.º 26/2002 de 14 de fevereiro, incluem-se neste capítulo “...«Taxas» inclui-se os pagamentos em contrapartida da emissão de licenças e da prestação de serviços, nos termos da lei, não havendo qualquer relação de valor entre os aludidos pagamentos e o custo dos serviços prestados. No grupo das «Multas e outras penalidades» engloba-se as receitas provenientes da aplicação de multas pela transgressão da lei, posturas e outros regulamentos.”

No cômputo global, nesta rubrica estão registados 97.762.753,26€, cuja distribuição pelas principais componentes está refletida no quadro seguinte:

Análise Evolutiva de Taxas, Multas e Penalidades no biénio 2012/2011

Rubrica	Δ 2012/2011	2011		2012	
		Rec. Cobrada (Euros)	Peso relativo %	Rec. Cobrada (Euros)	Peso relativo %
R.04 - Taxas, Multas e Penalidades	-7,62%	105.826.341,65	100,00%	97.762.753,26	100,00%
R.04.01.01 - Taxas de Justiça	10,32%	9.680.591,94	9,15%	10.679.824,66	10,92%
R.04.02.01 - Juros de Mora - Contribuições	-8,89%	92.530.698,30	87,44%	84.302.823,66	86,23%
R.04.02.02 - Juros Compensatórios	57,73%	256.649,29	0,24%	404.800,29	0,41%
R.04.02.04 - Coimas	-29,19%	3.311.847,27	3,13%	2.345.276,59	2,40%
R.04.02.99 - Multas	-35,50%	46.554,85	0,04%	30.028,06	0,03%

Quadro 59 – Taxas, Multas e Penalidades no biénio 2012/2011

Como pode observar-se, no IGFSS.IP, são parte essencial desta rubrica os **juros de mora de contribuições** – 86,23% do total – que, em 2012, ascendem a 84.302.823,66 €, refletindo uma variação negativa de 8,89% no biénio 2012/2011.

O valor constante na económica R.04.01.01 – Taxas de Justiça, corresponde ao valor recebido das referidas taxas por conta de processos executivo que, em 2012, ascende a 10.679.824,66€, refletindo uma variação positiva de 10,32% no biénio 2012/2011.

No que concerne à parcela das **coimas** (R.04.02.04), constata-se que a Autoridade para as Condições de Trabalho, em 2012, transferiu para o IGFSS.IP 1.367.367,48€, o que reflete um decréscimo, face a 2011, de 42,49%, provocado pelo facto de, em 2012, o IGFSS.IP haver recebido as coimas relativas a 4 trimestres, enquanto que, em 2011, a receita refletir 5 trimestres, acentuado ainda pela circunstância de os valores mensais, em média, em 2012 serem inferiores aos registados em 2011 em 29,21%.

Euros		
Recebimento de Coimas da ACT		
2011		
512.892,19	Coimas 3º trimestre 2010	R.04.02.04
1.506.479,43	Coimas 4º trimestre 2010; 1º e 2º trimestres de 2011	R.04.02.04
358.131,18	Coimas 3º trimestre 2011	R.04.02.04
2.377.502,80	Total em 2011	
2012		
421.040,48	Coimas 4º trimestre 2011	R.04.02.04
664.299,32	Coimas 1º e 2º trimestres 2012	R.04.02.04
282.027,68	Coimas 3º trimestre 2012	R.04.02.04
1.367.367,48	Total em 2012	

Quadro 60 – Receita de Coimas da ACT

R.05 – RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE

Este capítulo regista, conforme DL n.º 26/2002 de 14 de fevereiro, "...as receitas provenientes do rendimento de ativos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos) ...".

Análise Evolutiva dos Rendimentos de Propriedade 2011 - 2012

Rubrica	Δ 2012/2011	2011		2012	
		Rec. Cobrada (Euros)	Peso relativo %	Rec. Cobrada (Euros)	Peso relativo %
R.05 - Rendimentos da Propriedade	-63,77%	89.550.841,45	100,00%	32.439.862,29	100,00%
R.05.02 - Juros - Sociedades financeiras	-66,29%	87.141.614,33	97,31%	29.378.633,11	90,56%
R.05.02.01 - Bancos e outras instituições financeiras	-66,29%	87.141.614,33	97,31%	29.378.633,11	90,56%
R.05.03 - Juros - Adm. Pública	3966,83%	8.890,10	0,01%	361.545,28	1,11%
R.05.03.01 - Adm. Central - Estado	3966,83%	8.890,10	0,01%	361.545,28	1,11%
R.05.03.02 - Adm. Central - Serviços e Fundos Autó.		0,00	0,00%	0,00	0,00%
R.05.04.00 - Juros-Instituições s/ fins lucr.	229,32%	8.427,14	0,01%	27.751,96	0,09%
R.05.04.00.99 - Outros	229,32%	8.427,14	0,01%	27.751,96	0,09%
R.05.07 - Soc. e quase soc. não financeiros	100,00%	288,58	0,00%	0,00	0,00%
R.05.10 - Rendas	11,72%	2.391.621,30	2,67%	2.671.931,94	8,24%
R.05.10.03 - Habitações	3,63%	1.208.461,10	1,35%	1.252.296,57	3,86%
R.05.10.04 - Edifícios	20,03%	1.182.075,98	1,32%	1.418.818,73	4,37%
R.05.10.99 - Outros	-24,68%	1.084,22	0,00%	816,64	0,00%

Quadro 61 – Receita de Rendimentos da Propriedade no biénio 2012/2011

Como pode observar-se no quadro supra, na rubrica de rendimentos, o valor arrecadado em 2012 é de 32.439.862,29€ e de 89.550.841,45€ no período homólogo de 2011, evidenciando um decréscimo de 63,77%, para o qual concorreram nomeadamente os rendimentos obtidos na rendibilização de excedentes de tesouraria junto do sistema financeiro.

Quanto a estes últimos importa referir que:

- Os juros bancários, no biénio 2012/2011, evidenciam uma variação negativa de 66,29% face ao biénio anterior, sendo que a diminuição significativa da *performance* atingida na rubrica R.05.02 deve-se essencialmente ao facto de o ano de 2012 ter ficado marcado pelo fim do ciclo do aumento do diferencial entre as taxas obtidas

pelo IGFSS.IP nas suas aplicações com capitalização, face às taxas praticadas no Mercado Monetário Interbancário (MMI), decorrente, designadamente da:

- introdução, por parte do Banco de Portugal, de limites máximos a atribuir pelos bancos nas aplicações negociadas com os seus clientes face às taxas do MMI, para prazos equivalentes;
- cooperação, entre o IGFSS.IP e o IGCP.IP, através da constituição de CEDIC (Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo);
- diminuição, decidida em 5 de julho de 2012 pelo Banco Central Europeu, em 25 pontos base na taxa mínima de proposta das operações de refinanciamento;

- Os Juros (R.05.03) da Administração Pública, no biénio 2012/2011, evidenciam uma variação positiva significativa, refletindo os resultados obtidos na carteira de títulos de rendimento fixo composta por Títulos de Dívida Pública emitidos pela Administração Central, tendo os “consolidados” taxas de rendimento de 2,75%, 3,0%, 3,5% e 4,0% e vencimento com datas fixas. Estão, ainda, incluídos nesta rubrica, os rendimentos obtidos nas aplicações financeiras suportadas em CEDIC (Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo);

- Os Juros (R.05.04) de Instituições sem fins lucrativos, que contemplam os juros cobrados á Confederação Geral Trabalhadores Portugueses (CGTP) e ao Sindicato de Trabalhadores da Indústria Hoteleira e Restaurantes Similares do Sul (STIHRSS) decorrente do pagamento prestacional acordado para a compra de imóveis (o acordo com o STIHRSS vigorou até ao mês de agosto de 2012). Esta rubrica regista no período em análise 27.751,96€ e 8.427,14€ no período homólogo de 2011.

Em 2012 foi introduzido no sistema o contrato da *Absolut Logistics, Unipessoal, Lda.* associada ao edifício da *Lanidor* na sequência de dação em pagamento, sendo que a taxa de juro aplicada ao capital em dívida é de 7%;

- A rubrica R.05.07 – Rendimentos - Sociedades e quase sociedades não financeiras regista uma receita nula, uma vez que a Margueira não distribuiu dividendos;

- No que diz respeito a receitas provenientes de arrendamento de imóveis, verificou-se um acréscimo de cerca de 11,72 % relativamente a 2011.

Contribuíram para aquele aumento: o arrendamento de novos imóveis (de renda livre) na sequência do respetivo concurso; a atualização legal das rendas; a regularização de arrendamentos de habitação social com a conseqüente celebração de novos contratos.

R.06 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Sendo esta rubrica a segunda com maior expressão relativa no total das receitas arrecadadas pelo IGFSS.IP, com um peso relativo, em 2012, de 37,63%, apresenta-se a sua discriminação no quadro seguinte.

No biénio 2012/2011, verifica-se um acréscimo de 4,69% na receita inscrita neste capítulo, sendo que, no biénio anterior, tinha sido registado um decréscimo de 7,18%.

Análise Evolutiva das transferências correntes obtidas no biénio 2012/2011

Rubrica	Δ 2012/2011	Euros			
		2011		2012	
		Rec. Cobrada (Euros)	Peso relativo %	Rec. Cobrada (Euros)	Peso relativo %
R.06 - Transferências Correntes	4,69%	9.016.590.994,45	100,00%	9.439.056.468,35	100,00%
Transf. Correntes soc. Q fin. Públicas - NAV	-0,19%	651.879,48	0,01%	650.648,93	0,01%
Transferências do MSSS	16,86%	6.721.265.561,00	74,54%	7.854.691.843,81	83,21%
Transfº p/ Sub. Renda - MAOTDR	-100,00%	721.805,00	0,01%	0,00	0,00%
Transfº Min. Defesa - Prestações Sociais	191,68%	20.389,87	0,00%	59.472,79	0,00%
Transfº Min. Defesa - Dívida de anos anteriores	-100,00%	96.317,00	0,00%	0,00	0,00%
Transfº Min. Saúde	-100,00%	1.116.435,66	0,01%	0,00	0,00%
Transf. Minis. das Finanças - Desalojados Ex-Colónias	40,86%	11.782.873,61	0,13%	16.597.840,09	0,18%
Receitas fiscais consignadas - IVA Social	-100,00%	715.190.000,00	7,93%	0,00	0,00%
Transfº Min. Educação - GEF - Pré-escolar	2,43%	125.500.000,00	1,39%	128.554.811,00	1,36%
Transfº Min. Educação - GEF - Bolsas	37,44%	21.669.294,00	0,24%	29.783.337,99	0,32%
CGA - BPN	100,00%	0,00	0,00%	135.898,58	0,00%
CGA - Rádio Marconi	-12,29%	16.341.046,51	0,18%	14.333.300,75	0,15%
Outras Instituições SS e RA's	-46,46%	87.911.401,81	0,97%	47.068.149,00	0,50%
Outras transferências	100,00%	0,00	0,00%	1.826,58	0,00%
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa - Lei nº 56/2006	4,56%	163.599.668,55	1,81%	171.064.982,16	1,81%
Resto do Mundo (QCA III e QREN)	2,21%	1.150.724.321,96	12,76%	1.176.114.356,67	12,46%

Quadro 62 – Receita de Transferências Correntes no biénio 2012/2011

R.06.01 - Transferências de sociedades e quase sociedades não financeiras, no total de 650.648,93€ cobrados à NAV Portugal no âmbito do Regime dos Controladores de Tráfego Aéreo (conforme a Portaria nº 496/2008, de 23 de junho) e correspondente à parcela devida (60%) relativamente ao pagamento de pensões antecipadas aos controladores de tráfego aéreo no período de janeiro a novembro de 2012, não sendo significativa a variação face ao período homólogo do ano anterior (651.879,48€, relativamente às pensões pagas no período de janeiro a dezembro de 2011).

R.06.03 - Transferências da Administração Central no total de 8.044.158.331,59€ onde estão incluídas:

■ **As transferências do MSSS e do MFAP**

- As transferências do MSSS, incluindo o IVA - Lei nº 39-A/2005, de 29 junho, para cobertura financeira das despesas do Sistema Previdencial – Repartição e do Sistema de Proteção Social de Cidadania, atingem 8.573.461.843,81€, o que representa um acréscimo de 15,29% face ao valor recebido em igual período do ano anterior (7.436.455.561,00€), vide quadros seguintes.

Mais, no cômputo global, o Subsistema de Solidariedade, o Subsistema de Proteção Familiar e o Subsistema de Ação Social receberam 6.043.547.353,00€, o que representa um decréscimo de 4,72% face ao valor recebido em igual período do ano anterior;

Transferências do OE – LBSS e Regime Substitutivo Bancário e do MFAP no ano 2012

Euros	
Transferências do MSSS 2012	
Rubricas	Execução
Subsistema da Solidariedade	4.373.928.257,00
Subsistema de Protecção Familiar	391.846.219,00
Subsistema de Acção social	1.277.772.877,00
Sistema Previdencial	1.295.309.395,00
P/ Sub. QREN	201.749.711,00
P/ Sub OQC	0,00
Compensação p/ cessação de contrato	2.550.000,00
Receitas cessantes	234.379.945,00
Transferência Extraordinária	856.629.739,00
Regimes Especiais	515.835.095,81
Regime Substitutivo Bancário	515.835.095,81
<i>Total das transferências do MSSS</i>	<i>7.854.691.843,81</i>
Transferências do MFAP 2012	
Subsistema de Protecção Familiar	
Iva Social (Lei nº 39-B/94, de 27 de Dezembro)	718.770.000,00
<i>Total das transferências do MFAP</i>	<i>718.770.000,00</i>
Total do Financiamento	8.573.461.843,81

Quadro 63 – Receita de Transferências do MSSS e do MFAP

Naquele valor estão incluídos:

- A transferência extraordinária para financiamento do défice do Sistema de Solidariedade e Segurança Social no montante de 856.629.739,00€;
- As transferências do MSSS para financiamento da contrapartida pública nacional dos subsídios atribuídos às AFP's no âmbito do QREN (Sistema Previdencial) ascendem a 201.749.711,00€, evidenciando um acréscimo de 71,27% face ao valor recebido em igual período do ano anterior (117.796.178,00€, valor que incluía também a componente associada ao QCAIII);
- Os valores relativos ao IVA Social (Lei nº 39-B/94, de 27 de dezembro) cifram-se em 718.770.000,00€, evidenciando um acréscimo de 0,50% relativamente a igual período de 2011 (715.190.000,00€).

Financiamento nos termos da Lei 32/2002, de 20 de dezembro (ano de 2007), Lei 4/2007, de 16 de janeiro (ano de 2008), Lei n.º 39/2005, de 24 de junho e da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril.

Transferências do MSSS				
Subsistema de Solidariedade				
Róbricas	Exec 2011	OSS Comigido 2012	Execução 2012	% E.O. ao OSS 2012
	Janeiro a Dezembro		Janeiro a Dezembro	Janeiro a Dezembro
	(1)	(2)	(3)	(4)=(3)/(2)
Transferências do MSSS	4.524.878.680,00	4.373.928.257,00	4.373.928.257,00	100,00%
Sub-Total	4.524.878.680,00	4.373.928.257,00	4.373.928.257,00	100,00%
Subsistema de Protecção Familiar				
Róbricas	Exec 2011	OSS Comigido 2012	Execução 2012	% E.O. ao OSS 2012
	Janeiro a Dezembro		Janeiro a Dezembro	Janeiro a Dezembro
	(1)	(2)	(3)	(4)=(3)/(2)
Transf. MSSS (Lei de Bases - Lei 4/2007)	478.229.758,00	391.846.219,00	391.846.219,00	100,00%
Sub-Total	478.229.758,00	391.846.219,00	391.846.219,00	100,00%
Subsistema de Acção Social				
Róbricas	Exec 2011	OSS Comigido 2012	Execução 2012	% E.O. ao OSS 2012
	Janeiro a Dezembro		Janeiro a Dezembro	Janeiro a Dezembro
	(1)	(2)	(3)	(4)=(3)/(2)
Transferências do MSSS	1.339.631.007,00	1.277.772.877,00	1.277.772.877,00	100,00%
Sub-Total	1.339.631.007,00	1.277.772.877,00	1.277.772.877,00	100,00%
Subtotal Transf p/ Sistema P. S. C.	6.342.739.445,00	6.043.547.353,00	6.043.547.353,00	100,00%
Sistema de Previdencial				
Róbricas	Exec 2011	OSS Comigido 2012	Execução 2012	% E.O. ao OSS 2012
	Janeiro a Dezembro		Janeiro a Dezembro	Janeiro a Dezembro
	(1)	(2)	(3)	(4)=(3)/(2)
Transferências carentes do MSSS - CPN	117.796.178,00	201.749.711,00	201.749.711,00	100,00%
Receitas Cesantes	258.199.939,00	234.379.945,00	234.379.945,00	100,00%
Compensação p/ Cessação Contrato	2.529.999,00	2.550.000,00	2.550.000,00	100,00%
Transferência Extraordinária	0,00	856.629.739,00	856.629.739,00	100,00%
Sub-Total	378.526.116,00	1.295.309.395,00	1.295.309.395,00	100,00%
Regimes Especiais				
Róbricas	Exec 2011	OSS Comigido 2012	Execução 2012	% E.O. ao OSS 2012
	Janeiro a Dezembro		Janeiro a Dezembro	Janeiro a Dezembro
	(1)	(2)	(3)	(4)=(3)/(2)
Regime Substitutivo Bancário	0,00	516.415.330,00	515.835.095,81	99,89%
Sub-Total	0,00	516.415.330,00	515.835.095,81	99,89%
Total das Transferências do MSSS	6.721.265.561,00	7.855.272.078,00	7.854.691.843,81	99,9%
Transferências do MFAP				
Subsistema de Protecção Familiar				
Róbricas	Exec 2011	OSS Comigido 2012	Execução 2012	% E.O. ao OSS 2012
	Janeiro a Dezembro		Janeiro a Dezembro	Janeiro a Dezembro
	(1)	(2)	(3)	(4)=(3)/(2)
IVA Social (Lei 39-B/94, de 27 de Dezembro)	715.190.000,00	718.766.170,00	718.770.000,00	100,00%
Total das Transferências do MFAP	715.190.000,00	718.766.170,00	718.770.000,00	100,00%
Total do financiamento	7.436.455.561,00	8.574.038.248,00	8.573.461.843,81	99,9%

Quadro 64 – Receita de Transferências do MSSS e do MFAP no biénio 2012/2011

↳ Transferências do Ministério da Educação

A transferência do Ministério da Educação para fazer face à componente educativa do pré-escolar na rede social (IPSS's) atinge o valor de 128.554.811,00€ até dezembro de 2012 e no mesmo período de 2011 o valor ascendeu a 125.500.000,00€, evidenciando, desse modo, uma variação homóloga de mais 1,36%.

Para esta variação concorre, nomeadamente, o facto de, em 2012, a dotação de despesa aprovada no ministério da educação/GEF ter sido objeto de um reforço da dotação orçamental em 2.154.815,00€, sem compartida na previsão de receita correspondente no OSS de 2012.

Foi ainda recebida a verba de 29.783.337,99€ referente à comparticipação de Bolsas do Ensino Secundário, ao abrigo do Decreto-Lei nº 201/2009, de 28 de agosto. A variação positiva de 37,44% face ao valor recebido no ano anterior deve-se ao facto de, em 2011, para os montantes respeitantes aos meses de setembro e outubro não ter sido contemplada a totalidade da despesa executada sendo que o diferencial entre a despesa e as transferências recebidas foi regularizado no mês março de 2012. Também, para os meses de novembro e dezembro de 2011, os valores recebidos terem por base valores previsionais, aquando da requisição desta receita por parte do IGFSS.IP (ofício 20064/2011, de 24/11/2011), sendo que a regularização dos mesmos se operou em março de 2012. Em 2012, a receita cobrada mensalmente cobre integralmente a despesa executada, com a exceção do mês de dezembro, em que o valor recebido foi calculado com base no valor previsional.

↳ Transferências MAOTDR e IHRU

Não se registaram quaisquer transferências do MAOTDR e do IHRU para o período em análise, referente ao financiamento do subsídio de renda e a encargos administrativos com os processos de subsídios de renda no âmbito do NRAU/2012, respetivamente.

↳ Transferências do MFAP - Desalojados Ex-colónias

A rubrica “Transferências da Direção Geral do Tesouro”, que regista o reembolso das pensões pagas a desalojados das ex-colónias, apresenta no período em análise, o valor de 16.597.840,09€, correspondendo ao reembolso das pensões pagas pelo CNP nos períodos indicados no quadro seguinte:

Montante Total	Período de reembolso correspondente	Beneficiários das Ex-Colónias	Beneficiários da Caixa de Previdência do Caminho-de-ferro de Benguela
2.050.359,79	Julho de 2011	1.660.768,53	389.591,26
1.025.377,52	Setembro de 2011	825.472,58	199.904,94
1.013.546,43	Outubro de 2011	819.056,97	194.489,46
997.225,29	Novembro de 2011	805.619,13	191.606,16
1.985.288,77	Dezembro de 2011	1.599.417,89	385.870,88
1.017.143,93	Janeiro de 2012	824.363,67	192.780,26
1.000.559,72	Fevereiro de 2012	811.177,55	189.382,17
985.665,96	Março de 2012	794.443,31	191.222,65
967.450,06	Abril de 2012	778.528,78	188.921,28
955.037,18	Maio de 2012	766.998,15	188.039,03
950.468,51	Junho de 2012	764.397,41	186.071,10
1.792.143,07	Julho de 2012	1.495.035,51	297.107,56
933.443,30	Agosto de 2012	750.413,44	183.029,86
924.130,56	Setembro de 2012	741.898,53	182.232,03
16.597.840,09		13.437.591,45	3.160.248,64

Quadro 65 – Reembolso das pensões pagas a desalojados das ex-colónias

Relativamente às pensões pagas pelo CNP no mês de agosto de 2011, no valor de 1.026.195,29€, o reembolso ao IGFSS.IP foi ainda efetuado no ano 2011.

↳ Transferências do Ministério Defesa Nacional

As transferências do Ministério da Defesa Nacional cifram-se no montante de 59.472,79€, correspondendo a um acréscimo de 191,68%, quando

comparados com o período homólogo do ano anterior e são referentes aos reembolsos das prestações sociais pagas nos seguintes períodos:

- novembro de 2011 – 9.526,40€;
- dezembro de 2011 – 13.838,14€;
- janeiro de 2012 – 1.434,00€;
- fevereiro de 2012 – 3.294,20€;
- março de 2012 – 13.080,95€;
- abril de 2012 – 7.000,76€;
- maio de 2012 – 288,24€;
- junho de 2012 – 3.126,40€;
- outubro de 2012 – 7.883,70€.

Relativamente aos meses de julho, agosto e setembro de 2012 não se regista despesa paga, pelo que não foi solicitado qualquer valor ao Ministério da Defesa Nacional.

No que respeita à despesa executada nos meses de novembro e dezembro de 2012, no valor de 3.172,48€ e de 24.065,42€, respetivamente, o respetivo reembolso por parte do Ministério da Defesa Nacional ocorreu durante o ano 2013.

No que se refere ao reembolso devido pelo MDN/FAC relativo às pensões pagas e relativas ao período de 2004 a 2006, não foi recebida qualquer importância em 2012.

O MDN também não reembolsou a Segurança Social pelos “Benefícios” pagos aos ex-combatentes relativos ao período de 2004 a 2008, no montante de 3.571.826,22€.

↳ Transferências do Ministério Saúde

O Ministério da Saúde deverá, nos termos legais, transferir para o IGFSS as verbas que se referem à comparticipação daquele Ministério nos benefícios

adicionais de saúde pagos aos beneficiários do “complemento solidário de idosos”.

Durante o ano 2012 o IGFSS.IP não recebeu quaisquer verbas do Ministério da Saúde, ascendendo o valor em dívida a 2.154.678,47€.

↳ Transferências da Caixa Geral de Aposentações – Rádio Marconi

O valor transferido pela CGA para cobertura dos encargos com as pensões e complementos de dependência dos beneficiários da Companhia Portuguesa Rádio Marconi S.A. ascende a 14.333.300,75€, de acordo com o Decreto-Lei n.º140-B/2010, de 30 de dezembro, e corresponde ao reembolso das prestações sociais referidas nos períodos a seguir indicados:

Transferência da Caixa Geral de Aposentações

							Euros
FUNDO	SUBSISTEMA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	
RA112004	Subs. Protecção Familiar	6.703,75	6.703,75	6.703,75	3.532,80	9.355,85	
RA211014	Subs. Previdencial	1.154.632,62	1.156.532,53	1.156.712,28	1.167.398,20	1.146.439,27	
SUB-TOTAL Jan a Mai		1.161.336,37	1.163.236,28	1.163.416,03	1.170.931,00	1.155.795,12	
FUNDO	SUBSISTEMA	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	
RA112004	Subs. Protecção Familiar	6.315,97	9.225,93	6.999,50	6.361,87	7.417,03	
RA211014	Subs. Previdencial	1.150.425,68	1.368.168,96	1.155.916,69	1.149.023,43	1.139.140,43	
SUB-TOTAL Jun a Out		1.156.741,65	1.377.394,89	1.162.916,19	1.155.385,30	1.146.557,46	
FUNDO	SUBSISTEMA	NOVEMBRO	DEZEMBRO				
RA112004	Subs. Protecção Familiar	6.574,53	6.574,53				
RA211014	Subs. Previdencial	1.142.363,19	1.364.078,21				
SUB-TOTAL Nov a Dez		1.148.937,72	1.370.652,74				
TOTAL_Ano 2012		14.333.300,75					

Quadro 66 – Transferências da Caixa Geral de Aposentações – Rádio Marconi

R.06.06 – Transferências de outras ISS e RA's

Esta rubrica, registando as transferências de excedentes de disponibilidades das RA's e as transferências de valores a regularizar das ISS's, respeitante a excedentes de tesouraria, apresenta no ano de 2012 o valor global de 47.068.149,00€, sendo que destes se destacam as transferências de excedentes das Regiões Autónomas no valor de 13.854.343,91€.

Em termos globais verifica-se uma diminuição de 46,46% quando comparado com o período homólogo anterior (87.911.401,81€). O quadro seguinte apresenta de forma detalhada os valores recebidos:

Análise evolutiva das transferências de outras ISS's e RA's no biénio 2012/2011

Euros			
	Ano 2011	Ano 2012	Δ 2012/2011
RAA	24.753.804,61	12.660.348,23	-48,85%
RAM	46.161.306,13	1.193.995,68	-97,41%
Outras ISS's	16.996.291,07	33.213.805,09	95,42%
TOTAL	87.911.401,81	47.068.149,00	-46,46%

Quadro 67 – Receita das Transferências Outras ISS's e RA's no biénio 2012/2011

No que se refere às transferências das Regiões Autónomas com impacto financeiro, vide quadro seguinte, refira-se que, relativamente a igual período de 2011, se constata um decréscimo de 84,89%.

Transferência das RA's (com fluxo financeiro)

Euros						
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
2011	5.000.000,00	5.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	0,00	5.000.000,00
2012	2.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
2011	0,00	8.000.000,00	12.000.000,00	0,00	5.000.000,00	7.500.000,00
2012	0,00	0,00	0,00	7.000.000,00	0,00	1.000.000,00
	Total			Δ 2012/2011 %		
2011	67.500.000,00			-84,89%		
2012	10.200.000,00					

Quadro 68 – Transferências de excedentes das Regiões Autónomas

R.06.07 - Transferências de Instituições sem fins lucrativos (SCML)

A parcela das receitas dos jogos sociais, consignada à Segurança Social, regista uma evolução positiva até dezembro de 2012, face a igual período de 2011, sendo os valores recebidos de 171.064.982,16€ e de 163.599.668,55€ respetivamente, representando um acréscimo de 1,81%.

Transferências da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Euros

Transferências da SCML - Dep. de Jogos - Ano 2011	Valor (1)
Cobertura de despesas ISS na Acção Social - alínea b)	45.259.892,14
Prevenção e Reabilitação de Deficientes - alínea d)	12.172.969,96
Prog., Med. Proj. A.S - alínea a)	63.274.205,10
Subsídios eventuais a IPSS - alínea c)	13.643.821,84
Projectos de auxílio pop. Idosa carenciada - alínea g)	8.292.762,79
Projectos de apoio crianças carenciadas e em risco - alínea f)	8.292.762,79
Programa de Apoio à Família e à Criança (PAFAC) - alínea i)	1.470.851,88
Combate à pobreza e exclusão social - alínea e)	11.192.402,05
Total	163.599.668,55 €

Transferências da SCML - Dep. de Jogos - Ano 2012	Valor (2)
Prog., Prest. e Proj. A.S	158.183.789,00
Apoio a IPSS para Acção Social - FSS	12.881.193,16
Total	171.064.982,16 €

Diferença (3)=(2)-(1)	7.465.313,61 €
------------------------------	-----------------------

Quadro 69 – Receita da SCML no biénio 2012/2011

O quadro seguinte apresenta de forma detalhada os valores recebidos pelo IGFSS nos anos de 2011 e 2012, em subordinação à respetiva distribuição por alíneas, conforme artigo 2º da Portaria nº 418/2012, de 19 de dezembro, e artigo 2º da Portaria nº 422/2012, de 24 de dezembro, dos resultados líquidos de exploração dos jogos sociais da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Da análise ao referido quadro pode concluir-se que:

- o O valor das transferências correntes obtidas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa até dezembro de 2012, relativamente a resultados de exploração dos jogos sociais de 2011 (28.074.531,29€), regista um acréscimo de 19,98% relativamente à parcela dos resultados dos jogos sociais de 2010 recebida em 2011 (23.398.694,73€);
- o O montante das transferências correntes obtidas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa até dezembro de 2012, relativamente a receitas de jogos sociais do próprio ano de 2012 (142.990.450,87€), evidencia um acréscimo de 1,99% quando comparado com a receita obtida em 2011, referente a 2011 (140.200.973,82€).

Euros

TRANSFERÊNCIAS DA SCML	2011 (Ref. a 2011) (1)	2011 (Ref. a 2010) (2)	2011 (3)=(1)+(2)	2012 (Ref. a 2012) (4)	2012 (Ref. a 2011) (5)	2012 (6)=(4)+(5)	Var % (7)=(4)/(1)	Var % (8)=(5)/(2)	Var % (9)=(6)/(3)
PROGRAMAS, MEDIDAS E PROJECTOS DE ACÇÃO SOCIAL	54.221.138,69	9.053.066,41	63.274.205,10	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
COBERTURA DESPESAS ISS NA ACÇÃO SOCIAL	38.783.467,71	6.476.424,43	45.259.892,14	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
SUBSÍDIOS EVENTUAIS A IPSS	11.693.930,61	1.949.891,23	13.643.821,84	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
PREVENÇÃO E REABILITAÇÃO DE DEFICIENTES	10.431.995,65	1.740.974,31	12.172.969,96	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
COMBATE À POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL	9.590.705,68	1.601.696,37	11.192.402,05	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
PROJECTOS DE APOIO CRIANÇAS CARENCIADAS E EM RISCO	7.108.900,26	1.183.862,53	8.292.762,79	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
PROJECTOS DE AUXÍLIO POP. IDOSA CARENCIADA	7.108.900,26	1.183.862,53	8.292.762,79	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
PROGRAMA DE APOIO À FAMÍLIA E À CRIANÇA (PAFAC)	1.261.934,96	208.916,92	1.470.851,88	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
PROGRAMAS, PRESTAÇÕES E PROJECTOS DO SUBSISTEMA DE ACÇÃO SOCIAL	n/a	n/a	n/a	132.223.269,92	25.960.519,08	158.183.789,00	n/a	n/a	n/a
APOIO A IPSS PARA ACÇÃO SOCIAL - FSS	n/a	n/a	n/a	10.767.180,95	2.114.012,21	12.881.193,16	n/a	n/a	n/a
TOTAL	140.200.973,82	23.398.694,73	163.599.668,55	142.990.450,87	28.074.531,29	171.064.982,16	1,99%	19,98%	4,56%

Quadro 70 – Receita da SCML no biénio 2012/2011 – distribuição por alíneas

R.06.09 - Transferências do Resto do Mundo – União Europeia

Como transferências da UE/FSE para financiamento de AFP, no ano 2012, foram registados 1.110.208.005,49€ relativamente ao QREN e 65.908.177,76€ no que se refere ao QCAIII. No mesmo período de 2011 foram recebidos 1.139.249.926,74€ relativos ao QREN e 11.474.395,22€ relativamente ao QCAIII.

Assim sendo, regista-se uma variação positiva de 2,21% na sua totalidade, conforme vidé quadro seguinte:

Análise Evolutiva das transferências UE/FSE no biénio 2012/2011

Euros

	Receita cobrada líquida		Variação
	2011	2012	%
	(1)	(2)	(3)=(2-1)/(1)x100
AFP-FSE-QCAIII	11.474.395,22	65.908.177,76	474,39%
AFP-FSE-QREN	1.139.249.926,74	1.110.208.005,49	-2,55%
ANTIGO FUNDO	-	-	-
TOTAL	1.150.724.321,96	1.176.116.183,25	2,21%

Quadro 71 – Receita das Transferências UE/FSE no biénio 2012/2011

A variação de 474,39%, apresentada, entre o ano 2011 e o ano 2012, relativamente ao QCAIII decorre do respetivo processo de encerramento.

No decorrer do ano de 2011, foram rececionados da UE, os saldos finais de 3 Programas Operacionais do QCA III, no montante de 11,5M€, enquanto que, no ano de 2012, a UE transferiu o saldo final referente a 9 Programas Operacionais do QCA III, no valor total de 65,9M€.

R.07 – VENDA DE BENS E SERVIÇOS

Conforme DL nº 26/2002 de 14 de fevereiro, neste capítulo "... incluem-se, na generalidade, as receitas quer com o produto da venda dos bens, inventariados ou não, que inicialmente não tenham sido classificados como bens de capital ou de investimento, quer ainda com os recebimentos de prestação de serviços...".

A receita cobrada em 2012 e registada na rubrica R.07.02 inclui os reembolsos obtidos de prestações sociais pagas aos representantes legais dos menores no âmbito do Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores num total de 121.237,53€.

Relativamente ao valor recuperado em 2012, no âmbito do Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, refira-se que o mesmo regista um decréscimo de 19.210,03€, isto é, 13,68%, face ao montante obtido em igual período de 2011.

R.08 – OUTRAS RECEITAS CORRENTES

Nesta rubrica, em 2012, encontra-se registado o valor de 7.601.962,34€, refletindo um decréscimo de 9,12% face a 2011, cuja receita se havia situado em 8.364.454,09€.

II. RECEITAS DE CAPITAL

R.09 – VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO

No que diz respeito a receitas orçamentais provenientes da venda de património imobiliário, verificou-se um decréscimo de cerca de 32,6 % relativamente a 2011.

Constata-se que, em 2012, o mercado imobiliário não deu qualquer sinal de recuperação assistindo-se, também, a alguma retração dos valores por m² e do potencial interesse na compra da maior parte dos segmentos do imobiliário.

É importante, também, referir que a conjuntura económica continuou a dificultar o acesso ao crédito bancário para financiamento das aquisições, dificultando a concretização de algumas propostas de compra.

Em 2012, o IGFSS.IP procedeu ao lançamento de um concurso público, de âmbito nacional, de alienação de imóveis que teve uma oferta global de 118 imóveis (46 situados na Região de Lisboa e Zona Sul e 72 localizados na Região do Norte e do Centro) com um valor base de licitação na ordem dos 20 milhões de euros.

O valor total da receita orçamental em 2012 resultante da alienação de imóveis cifrou-se em 2.645.910,29€.

De destacar que, do valor total alienado, 789,5 mil € dizem respeito a alienações à Estamo, sendo que a parcela restante da receita refere-se a alienações a particulares e a empresas privadas.

R.10 – TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

Conforme DL nº 26/2002 de 14 de fevereiro, “Entende-se por transferências de capital os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital.”

Neste Capítulo são contabilizadas as transferências de capital obtidas do OE e da União Europeia – Feder para financiamento dos investimentos em equipamentos sociais no âmbito do PIDDAC e ainda devoluções de saldos de entidades inseridas no perímetro de consolidação da Segurança Social.

Em 2012, as transferências de capital obtidas registaram um valor de 3.904.662,25€, o que traduz uma variação negativa de 8,85% relativamente a igual período de 2011 (4.283.766,14€).

Na receita em análise estão incluídas:

↳ Transferências de capital da Administração Central – PIDDAC OE, no montante de 3.310.295,43€, refletindo uma evolução positiva de 22,50% comparativamente ao período homólogo de 2011 (2.702.294,78€);

Refira-se ainda no que concerne à cativação aprovada em PIDDAC OE que, em 2011, se cifrou no montante de 916.992,00€ e no ano 2012 em 780.593,00€.

Para o período em análise regista-se ainda o montante de 594.366,82€ referente a uma devolução de capital por parte do Instituto de Informática, IP.

R.11 – ATIVOS FINANCEIROS

Por definição, este capítulo compreende as receitas provenientes da venda e amortização de títulos de crédito, designadamente obrigações e ações ou outras formas de participação, que no presente ano atinge o montante de 1.815.064.000,00€ no que se refere aos CEDIC's (Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo).

R.12 – PASSIVOS FINANCEIROS

O valor inscrito nesta rubrica refere-se à previsão da utilização da linha de crédito para fazer face aos atrasos das transferências do FSE, sendo que no ano de 2012 não se registou qualquer receita desta natureza.

R.13 – OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL

Não obstante esta rubrica não ter tido execução no ano de 2011, importa referir que, no ano de 2012, o valor registado diz respeito ao abate por retoma do imobilizado 426000003027 (máquina de abrir envelopes no valor de 246,00€).

III. OUTRAS RECEITAS

R.15 – REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS AOS PAGAMENTOS (RNAP'S)

Conforme o DL nº 26/2002 de 14 de fevereiro, no capítulo das reposições não abatidas nos pagamentos estão incluídas "... as receitas resultantes das entradas de fundos na tesouraria em resultado de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em anos anteriores, ou em razão de não terem sido utilizados, na globalidade ou em parte, pelas entidades que os receberam. Contudo, neste capítulo só se registam as devoluções que têm lugar depois de encerrado o ano financeiro em que ocorreu o pagamento. Caso contrário, ou seja, no caso de as devoluções terem lugar antes do encerramento do ano financeiro, estamos perante reposições abatidas nos pagamentos. Estas últimas implicam unicamente correções da dotação utilizada e do respetivo saldo disponível e, portanto, não são tidas como receita orçamental."

As RNAP's, atingindo em 2012, o montante de 80.780.296,75€, dizem respeito fundamentalmente à recuperação de valores pagos indevidamente em ações de formação profissional do FSE (7.534.931,06€) e ações formação profissional CPN (6.463.050,30€) e à devolução de saldos de gerência do ano anterior por parte de alguns Organismos financiados pelo IGFSS.IP.

Os quadros seguintes apresentam de forma detalhada os valores recebidos pelo IGFSS.IP e registados em reposições não abatidas aos pagamentos, no biénio 2012/2011:

Análise evolutiva 2011/2012

R.15		2011		2012		Δ %
Fundo	Designação	Valor	Peso relativo no total	Valor	Peso relativo no total	Período Homólogo
AFP2*-205	Outras Receitas - Acções Formação OSS/CPN/OQC	1.213.365,64	1,47%	4.977.070,12	6,16%	310,19%
AFP206	AFP206-AFP/QREN/OE	542.628,97	0,66%	1.485.980,18	1,84%	173,85%
AFP3*-305	Acções Formação FSE QCAIII	95.868,76	0,12%	2.394.904,21	2,96%	2398,11%
AFP307	Acção Formação FSE QREN	5.445.921,69	6,60%	5.140.026,85	6,36%	-5,62%
RA113008	Outras Receitas Correntes	151.364,72	0,18%	68.759,45	0,09%	-54,57%
RA211004	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00%	360,20	0,00%	100,00%
RA211005	Transferências de Saldos de Gerência	74.590.978,15	90,43%	66.401.373,53	82,20%	-10,98%
RA311001	Administração	445.988,86	0,54%	311.822,21	0,39%	-30,08%
TOTAL		82.486.116,79	100,00%	80.780.296,75	100,00%	-2,07%

Quadro 72 – Distribuição da receita obtida em reposições não abatidas aos pagamentos

Análise evolutiva 2011/2012

Euros

R.15 Entidade	2011		2012		Δ % Período Homólogo
	Valor	Peso relativo no total	Valor	Peso relativo no total	
Agência Nacional para a Qualificação	1.812.452,77	2,43%	2.592.092,04	3,90%	43,02%
Autoridade para Condições Trabalho	3.718.184,00	4,98%	3.104.381,00	4,68%	-16,51%
Dir. Geral Solidariedade Seg. Social	49.036,23	0,07%	0,00	0,00%	-100,00%
Gabinete de Estratégia e Planeamento	79.272,16	0,11%	0,00	0,00%	-100,00%
Insp. Geral Ministério Solidariedade Seg.Social	66,00	0,00%	7.340,00	0,01%	11021,21%
Instituto do Emprego e Formação Profissional	65.124.729,72	87,31%	58.713.889,49	88,42%	-9,84%
Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu	2.722.917,79	3,65%	857.452,00	1,29%	-68,51%
Instituto Nacional para a Reabilitação	820.092,48	1,10%	1.126.219,00	1,70%	37,33%
Sec. Geral Ministério Solidariedade Seg.Social	264.227,00	0,35%	0,00	0,00%	-100,00%
TOTAL	74.590.978,15	100,00%	66.401.373,53	100,00%	-10,98%

Quadro 73 – Devolução de Saldo de Gerência

Evolução das Receitas por classificação económica no triénio 2012/2010

Capítulo	Grupo	Designação	Euros								
			Peso Relativo %	2010	Peso Relativo %	2011	Δ 11/10 %	Peso Relativo %	2012	Δ 12/11 %	
		Receitas Correntes									
02		Impostos indirectos	99,72%	22.928.958.734,54	99,60%	22.574.234.690,94	-1,55%	92,42%	23.180.645.380,27	2,69%	100,00%
	01	Sobre consumo	0,00%	0,00	0,00	0,00		3,56%	891.894.979,54	100,00%	100,00%
03		Contribuições para a Segurança Social	56,86%	13.073.871.060,18	58,92%	13.353.726.700,96	2,14%	50,68%	12.711.768.116,96	-4,81%	-4,80%
	01	Subsistema Previdencial	56,83%	13.067.280.542,91	58,89%	13.347.899.562,72	2,15%	50,66%	12.706.618.122,06	-4,80%	-11,62%
	02	Regimes complementares e especiais	0,03%	6.590.517,27	0,03%	5.827.138,24	-11,58%	0,02%	5.149.994,90	-11,62%	-7,62%
04		Taxas, multas e outras penalidades	0,45%	104.472.597,37	0,47%	105.826.341,65	1,30%	0,39%	97.762.753,26	-7,62%	-63,77%
05		Rendimentos da propriedade	0,13%	30.976.619,77	0,40%	89.550.841,45	189,09%	0,13%	32.439.862,29	0,00	0,00
	01	Juros - Soc. e quase soc. não financeiras	0,12%	0,00	0,00	0,00		0,12%	29.378.633,11	-66,29%	3966,83%
	02	Juros - Sociedades Financeiras	0,00%	28.063.151,61	0,38%	87.141.614,33	210,52%	0,00%	361.545,28	229,32%	229,32%
	03	Juros - Administração Pública	0,00%	8.890,10	0,00%	8.890,10	0,00%	0,00%	0,00	0,00	0,00
	04	Juros - Instituições sem fins lucrativos	0,00%	12.461,23	0,00%	8.427,14	-32,37%	0,00%	27.751,96	0,00	0,00
	05	Juros - Famílias	0,00%	0,00	0,00	0,00		0,00%	0,00	0,00	0,00
	06	Juros - Resto do mundo	0,00%	0,00	0,00	0,00		0,00%	0,00	0,00	0,00
	07	Dividendos e particip. nos lucros de soc. e quase soc. não fin.	0,00%	0,00	0,00%	0,00		100,00%	0,00	0,00	-100,00%
	08	Dividendos e particip. nos lucros de soc. financeiras	0,01%	2.892.116,83	0,01%	2.391.621,30	-17,31%	0,01%	2.671.931,94	11,72%	11,72%
06	10	Rendas	42,25%	9.714.054.980,59	39,78%	9.016.590.994,45	-7,18%	37,63%	9.439.056.468,35	4,69%	4,69%
	01	Soc. quase soc.n. financeiras	0,00%	610.891,94	0,00%	651.879,48	6,71%	0,00%	650.648,93	-0,19%	-0,19%
	03	Administração Central	37,32%	8.581.497.407,04	33,59%	7.613.703.722,65	-11,28%	32,07%	8.044.158.331,59	5,65%	5,65%
	04	Admin.Regional	0,00%	0,00	0,00	0,00		0,00%	0,00	0,00	0,00
	06	Segurança Social	0,34%	78.857.237,53	0,39%	87.911.401,81	11,48%	0,19%	47.068.149,00	-46,46%	-46,46%
	07	Instituições sem fins lucrativos	0,62%	142.841.133,88	0,72%	163.599.668,55	14,53%	0,68%	171.064.982,16	4,56%	4,56%
	09	Resto do mundo	3,96%	910.248.310,20	5,08%	1.150.724.321,96	26,42%	4,69%	1.176.114.356,67	2,21%	2,21%

Evolução das Receitas por classificação económica no triénio 2012/2010

Capítulo	Grupo	Designação	Peso Relativo %	2010	Peso Relativo %	2011	Δ 11/10 %	Peso Relativo %	2012	Δ 12/11 %
07	01	Vendas de bens e serviços correntes	0,00%	185.210,64	0,00%	175.358,34	-5,32%	0,00%	121.237,53	-30,86%
		Vendas de bens	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00
08	02	Serviços	0,00%	185.210,64	0,00%	175.358,34	-5,32%	0,00%	121.237,53	-30,86%
		Outras Receitas Correntes	0,02%	5.398.265,99	0,04%	8.364.454,09	54,95%	0,03%	7.601.962,34	-9,12%
		Outras	0,02%	5.398.265,99	0,04%	8.364.454,09	54,95%	0,03%	7.601.962,34	-9,12%
09		Receitas Capital	0,12%	27.721.239,91	0,04%	8.208.104,16	-70,39%	7,26%	1.821.614.818,54	22092,88%
		Venda de bens de investimento	0,10%	23.763.328,50	0,02%	3.924.338,02	-83,49%	0,01%	2.645.910,29	-32,58%
		Transferências de capital	0,02%	3.957.911,41	0,02%	4.283.766,14	8,23%	0,02%	3.904.662,25	-8,85%
		Administração Central	0,02%	3.951.941,19	0,01%	2.702.294,78	-31,62%	0,01%	3.310.295,43	22,50%
06		Segurança Social	0,01%	0,00	1.581.471,36	100,00%	0,00%	594.366,82	-62,42%	
		Resto do Mundo	0,00%	5.970,22	0,00	0,00	-100,00%	0,00	0,00	
11		Activos Financeiros	0,00%	0,00	0,00			1.815.064.000,00	100,00%	
12		Passivos Financeiros	0,00%	0,00	0,00			0,00	0,00	
13		Empréstimos a curto prazo	0,00%	0,00	0,00			0,00	0,00	
		Outras receitas de capital	0,16%	36.068.107,06	0,36%	82.486.116,79	128,70%	0,00%	246,00	100,00%
15	01	Outras Receitas	0,16%	36.068.107,06	0,36%	82.486.116,79	128,70%	0,32%	80.780.296,75	-2,07%
		Reposições não abatidas nos pagamentos	0,16%	36.068.107,06	0,36%	82.486.116,79	128,70%	0,32%	80.780.296,75	-2,07%
		Reposições não abatidas nos pagamentos								
		TOTAL		22.992.748.081,51		22.664.928.911,89	-1,43%		25.083.040.495,56	10,67%

Quadro 74 – Receitas Correntes / Capital por classificação económica no triénio 2012/2010

O Departamento de Orçamento e Conta

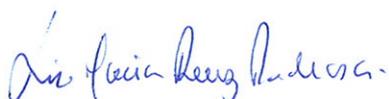


(Maria Isabel Duarte Barreiros)

O Conselho Diretivo



(Rui Filipe de Moura Gomes)



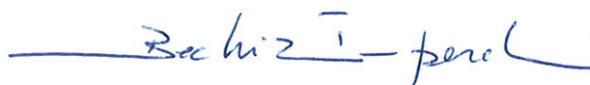
(Lisa Pedrosa)



(Nuno Miguel Simões Venes)



(Rui Manuel de Freitas Corrêa de Mello)



(Beatriz Justina Sepúlveda da Fonseca Imperatori)



INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA
DA SEGURANÇA SOCIAL, IP
Av. Manuel da Maia, N° 58
1049-002 Lisboa

www.seg-social.pt
T. 21 843 333 0
F. 21 843 372 0